

27

Cadernos

Andes

ISSN 1677-8707

Junho/2016

Ditadura empresarial-militar (1964-1985)

LUTA POR JUSTIÇA E RESGATE DA MEMÓRIA

Relatos e Debates
da Comissão da Verdade do ANDES-SN

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

LUTA POR JUSTIÇA E RESGATE DA MEMÓRIA

Relatos e Debates da Comissão da
Verdade do ANDES-SN

Luta por Justiça e Resgate da Memória

Relatos e Debates da Comissão da Verdade do ANDES-SN

Número 27

Junho/2016

Brasília (DF)



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
www.andes.org.br

Comissão da Verdade do ANDES-SN

Antonio José Vale da Costa
Júlio Ricardo Quevedo dos Santos
Márcio Antônio de Oliveira
Edson Teixeira da Silva Junior
Hélio Alexandre Mariano

Comissão Editorial

Antonio José Vale da Costa
Júlio Ricardo Quevedo dos Santos
Márcio Antônio de Oliveira
Edson Teixeira da Silva Junior
Elídio Alexandre Borges Marques

Encarregatura de Imprensa

Marinalva Silva Oliveira

Projeto Gráfico e Capa

Paola Rodrigues (10982 DRT-DF)

Normalização Bibliográfica

CEDOC/ANDES-SN

Edição e Supervisão

Imprensa ANDES-SN

Revisão

Roberta Gomes

Fotos

Adufpa SSind, Gabriela Venzke, Marcos Fernandes e José Vital/Teia Digital

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Endereço: Sede Nacional - Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco "C", - CEP: 70302-914 - Brasília-DF

Fone: (61) 3962-8400 - Fax: (61) 3224-9716

Site: www.andes.org.br

Catálogo da fonte

Cadernos ANDES-SN – nº 1 (1988)

nº 27

ISSN: 1677-8707

1. Educação – Periódicos 2. Comissão da Verdade – Periódicos 3. Verdade, Memória e Justiça – Periódicos 4. Prisões, Torturas e Assassinatos – Periódicos 5. Ditadura Empresarial-Militar – Periódicos

Sumário

Apresentação11

PARTE 1

Resumo dos Relatos e Debates ocorridos nos Encontros Preparatórios ao Seminário Nacional.....17



Encontro da Região Norte/Centro-Oeste | Universidade e Ditadura Empresarial-Militar na Amazônia19



Encontro da Região Nordeste | Ditadura Empresarial-Militar na Repressão aos Movimentos Rurais e às Universidades do Nordeste37

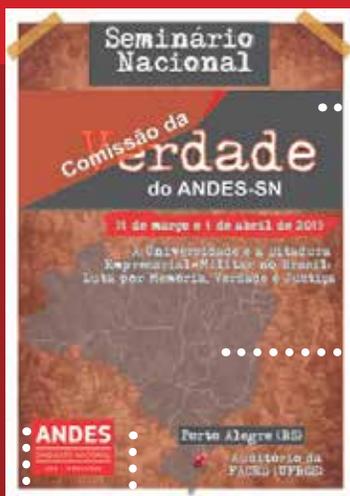


Encontro da Região Sul/Sudeste | A Ditadura Empresarial-Militar e a Repressão aos Sindicatos e aos Movimentos Populares61

PARTE 2

Relatos e Debates do Seminário Nacional | Universidade e Ditadura Empresarial-Militar no Brasil: a luta por Memória, Verdade e Justiça85

Abertura90



1ª Mesa: Os movimentos em luta por Memória e Justiça95

2ª Mesa: Movimentos sociais: repressão e resistência ontem e hoje115

3ª Mesa: Superar a herança ditatorial: o futuro da luta no Brasil133

4ª Mesa: Luta por Memória e Justiça na América Latina145

Em 2013, durante o 32º Congresso do ANDES-SN, ocorrido no Rio de Janeiro, foi deliberada a criação da Comissão da Verdade do ANDES-SN, a fim de investigar fatos ocorridos durante a ditadura empresarial-militar contra docentes universitários, entre os anos de 1964 a 1985. Como desdobramento, no 58º Conad, em Santa Maria (RS), aprovou-se a proposta de funcionamento da Comissão da Verdade, definindo prazos, número de participantes, o papel das seções sindicais e das secretarias regionais.

Refletir o significado da Comissão da Verdade equivale retomar aspectos inerentes ao Golpe Militar de 1964, o qual instituiu a Ditadura Empresarial-Militar autoritária que deixou marcas profundas no cotidiano da sociedade brasileira; o fato é que marcou um divisor de águas na história do Brasil e da América Latina. É o momento de recontar essa história, de revelar os atos arbitrários e os assassinatos cometidos, vitimando milhares de cidadãos e cidadãos brasileiros, na vigência dessa infame Ditadura Empresarial-Militar em nosso país.

Ao relembrarmos o conjunto dos acontecimentos que levaram ao Golpe e às suas inflexões, percorremos as imagens vivas e repugnantes dos porões da Ditadura e nos propomos a buscar a veracidade dos acontecimentos à luz de diversas fontes que estiveram ocultas à sociedade e ao movimento dos docentes universitários. Rever esse fatos é contribuir na escrita da história recente do Brasil. Os atos ocorridos entre 1964-1985 precisam ser revistos e não devem ficar impunes, porque eles não afetaram só a vida da sociedade civil, mas também as universidades brasileiras, posto que essa Ditadura tentou calar a voz de estudantes, de professores e de funcionários; muitos tiveram seus direitos públicos cassados, alguns foram expurgados, outros punidos e vários perderam a própria vida; no conjunto, deixaram marcas indelévels que ainda persistem na vida de suas famílias, das quais algumas ainda lutam pelo direito de enterrar os seus mortos.

Repensar esse conjunto de acontecimentos infames ocorridos há 50 anos é vasculhar os documentos dessa perversa Ditadura para que possamos compreender as táticas do regime empresarial-militar em suas formas de perseguição política, de repressão, de métodos refinados de tortura. Esses atos, muitas vezes indo à eliminação física, abateram sobre a organização sindical, os movimentos sociais, particularmente os seus militantes, sobre a classe de trabalhadores, sobre as universidades e as entidades culturais progressistas, sobre todos os democratas consequentes, que resistiram ao regime militar em diferentes organizações, como a Guerrilha do Araguaia.

A Comissão da Verdade criada no ANDES-SN denuncia, esclarece à sociedade sobre a verdade histórica e busca contribuir para recuperar as trajetórias dos protagonistas em suas resistências isoladas ou coletivas contra a Ditadura Empresarial-Militar brasileira. O itinerário de recuperação dessa verdade histórica começa em rever arquivos da Ditadura, que necessitamos

remexer para encontrar as pistas sobre os possíveis locais dos vestígios daqueles que lutaram pelos seus direitos civis, sociais e humanos em nosso país. Nossa primeira lembrança vai para todas e todos aqueles, especialmente os professores, estudantes e técnico-administrativos em Educação, que arriscaram ou que perderam a liberdade e, em muitos casos, a própria vida, como protagonistas na luta contra a Ditadura.

Somente em 2012 foi instalada a Comissão Nacional da Verdade, cujo objetivo é investigar violações por agentes do Estado de direitos humanos ocorridos no Brasil entre 1946 e 1988. Os interesses de classe que alicerçaram a Ditadura Empresarial-Militar em nosso país, lamentavelmente, ainda estão presentes e continuam a determinar a ação do aparelho repressivo do Estado brasileiro. Após 50 anos do Golpe de 1964, a lição que fica é da necessidade de somar esforços pelo esclarecimento da verdade dos acontecimentos históricos e apurar responsabilidades. Nesse sentido, o ANDES-SN se mantém firme, em pé, irredutível na luta pela justiça e dignidade humana, somando-se aos setores que lutam pela verdade histórica, por uma sociedade sem exploração nem opressão.

No Brasil, 50 anos após o Golpe, ainda persiste a violência estatal que criminaliza e justicializa os movimentos sindicais, os movimentos sociais, os pobres. A violência oficial do Estado conta com o apoio refinado da Grande Mídia, que inverte o sentido dos movimentos e das mobilizações, auxiliando o Estado no ato de criminalização das mobilizações. Por isso, que esses 50 anos de Golpe Militar em nosso país sirvam de reflexão ao momento e, além de apurar e de responsabilizar os culpados pelos atos de violência e de tortura decorrentes da Ditadura Empresarial-Militar, também sirvam de incentivo ao combate à violação dos direitos sociais, humanos e civis da classe trabalhadora na atualidade, que persiste sob o manto da democracia burguesa.

O ANDES-SN, por intermédio da sua Comissão da Verdade, quer contribuir para a elucidação da história da Ditadura Civil-Empresarial em nosso país. Só assim poderemos fazer avançar a democracia e sermos vigilantes, para que esses fatos não se repitam nunca mais. Nesse sentido, a Comissão da Verdade do ANDES-SN propõe a revisão da Lei da Anistia e a responsabilização daqueles que cometeram crimes de lesa-humanidade.

É nesse espírito, nesse comprometimento com a verdade, a memória e a justiça, que a Comissão da Verdade do ANDES-SN organizou, em 2014, encontros preparatórios em três regiões do país para o Seminário Nacional, que estava programado para ocorrer em dezembro daquele ano, mas que só pode se efetivar em 31 de março e 01 de abril de 2015, em Porto Alegre.

Todas as informações, as discussões, os debates e os comentários que aconteceram nesses eventos estão aqui reproduzidos e agora à disposição dos que se preocupam com os rumos atuais do país e que neles vão

encontrar motivos para a luta e o combate a qualquer movimento político que evoque um retrocesso democrático como o que foi vivido no período da Ditadura Empresarial-Militar. O material aqui contido neste Caderno 27 deve ser internalizado em corações e mentes capazes de manter vivo não só o caráter de resistência, mas sobretudo a disposição à luta a fim de punir aqueles que ainda hoje agem em nome do Estado para, autoritariamente, prender, torturar e assassinar a população brasileira, especialmente o povo pobre. Um triste reflexo que permanece do período ditatorial.



Resumo dos Relatos e Debates ocorridos nos Encontros Preparatórios ao Seminário Nacional

Encontro da Região Norte/Centro-Oeste

Data: 23 e 24 de outubro de 2014

Local: Auditório do Setorial Básico I da Ufpa | Belém (PA)

Horário: Início dia 23/10 às 9h | Término dia 24/10 às 16h

Tema: Universidade e Ditadura Empresarial-Militar na Amazônia



Coordenação: Antonio José Vale da Costa, Júlio Quevedo, Márcio Antônio de Oliveira, Elídio Alexandre Borges Marques, Antônio Lisboa Leitão de Souza, Olgaíses Maués (Membros da Comissão da Verdade) e Jennifer Webb Santos (Regional Norte II).

Abertura pelos membros da Comissão da Verdade do ANDES-SN: Júlio Quevedo e Olgaíses Maués.

Objetivos: levantar os diferentes aspectos da presença das políticas da Ditadura Empresarial-Militar na região amazônica e o descalabro étnico-social promovido por suas implantações.

Programação

1ª Mesa: O desimpedimento do espaço para a ocupação territorial: massacre indígena, êxodo rural e militarização da Amazônia

Palestrantes: Sidney da Silva Lobato (professor da Unifap); Lino João de Oliveira Neves (professor da Ufam) e Raimundo Gomes da Cruz Neto (liderança do Sul do Pará)

Mediador: Antonio José Vale da Costa

Relator: José Queiroz Carneiro

2ª Mesa: Reflexos das políticas da Ditadura na Amazônia de hoje

Palestrantes: José Sávio Maia (professor da Ufac); João Marcos Rodrigues Dutra (coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens/MAB de Rondônia) e Jaci Vieira (professor da UFRR)

Mediador: Antônio Lisboa Leitão de Souza

Relator: Ivan Neves (com complemento posterior de Antonio José Vale da Costa)

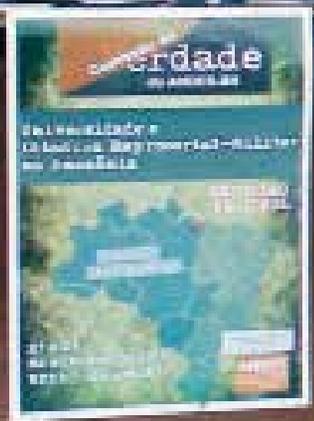
3ª Mesa: A formação das Universidades na Amazônia pela Ditadura

Palestrantes: Ana Maria Orlandina Tancredi Carvalho (professora da Ufpa); José Seráfico de Assis Carvalho (professor da Ufam) e Zélia Amador de Deus (professora da Ufpa)

Mediador: Elídio Alexandre Borges Marques

Relator: Antonio José Vale da Costa (*produzido a posteriori*)





Reflexões, relatos e debates

O início da política de colonização da Amazônia

Iniciada de forma tênue na década de 1930, a política de colonização foi aprofundada a partir do final da década de 1950, quando o “rodoviarismo” no governo JK deu o tom da expansão da interiorização do país. A política de então cometeu o erro de trocar os rios da Amazônia pelas estradas abertas na floresta. Foi uma batalha surda (no dizer de Octávio Velho), porque foram decisões tomadas de fora para dentro da região, com todas as consequências conhecidas.

A política de ocupação: os grandes projetos

Como política de “ocupação” da Amazônia, a Ditadura lançou em 1966 a Operação Amazônia, dando início aos chamados grandes projetos. Em 1967, foi criada a Zona Franca de Manaus (Sufrema), que iniciou a industrialização daquela região, atraindo grandes grupos internacionais pelos generosos incentivos fiscais, pelas condições de financiamento e pelos investimentos em infraestrutura por intermédio do governo. Em 1970, cria o Programa de Integração Nacional (PIN), com o objetivo de orientar as atividades agropecuárias e da agroindústria; e, em 1971,

o Proterra (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste). Em 1974, foi criado o Polamazônia para o desenvolvimento de polos de atividades agropecuárias e minerais da região, a partir de estudos realizados pelo projeto Radam. No começo dos anos 80, tem início a exploração mineral no projeto Carajás no Pará pela, então estatal, Companhia Vale do Rio Doce e, em 1984, entra em operação a usina hidrelétrica de Tucuruí, também no Pará.

A ideia de uma única Amazônia, coberta de riquezas e sem conflitos

A ideia de homogeneidade da Amazônia – a de uma região de grande território recoberto de uma densa vegetação, entrecortada por caudalosos rios, com fauna e flora exóticas e com inúmeras riquezas a serem conquistadas – foi acentuada pelos governos da Ditadura. A outra imagem da Amazônia, portanto, foi escondida ou negada – aquela em que convivem os conflitos agrários, a violência contra as populações tradicionais, os desastres ecológicos e a existência de uma população nativa, formada por índios e por extrativistas. As duas, porém, estão inter-relacionadas e refletem uma posição, então majoritária nos governos da Ditadura, de um espaço “deserto” a ser conquistado e de uma fronteira a ser ultrapassada

para dar lugar ao “desenvolvimento”, ao “progresso”.

Os espaços de deslocamento de fronteiras, os pioneiros das “colonizações”

Os governos militares alimentaram o ideário de que a Amazônia se constituiria como a região que poderia resolver todos os grandes problemas do Brasil, como a resolução de conflitos fundiários das regiões “mais consolidadas”, como a fornecedora inesgotável de recursos naturais. Porém, essas concepções idealizadas corriam em paralelo às ações reais de apropriação/expansão sobre terras e riquezas na Amazônia. Nesse sentido, foram construídos espaços de deslocamento de fronteiras, as colonizações, em que os “pioneiros” deveriam ir amansando o território e o empurrassem para frente para que ele fosse incorporado por estruturas mais sólidas, “civilizando”, ordenando e tornando produtivos os novos espaços articulados.

A Ditadura e a mediação dos interesses do capitalismo

Os governos da Ditadura mediaaram interesses da grande empresa capitalista, principalmente do capital internacional, que na Amazônia se acentuaram por essa ação direta do Estado. As populações locais e seus modos de

vida, que estavam há anos quase invisíveis, foram “descobertas”, ganharam visibilidade e passaram a constituir obstáculos ao processo de modernização pretendido pelas elites capitalistas. No Acre, principalmente, as tradicionais populações da floresta surgem como entraves a serem removidos por essa política de Estado. O processo de modernização, de desenvolvimento, não era compatível com a inclusão dessa população analfabeta, semisselvagem.

A questão da terra e o capitalismo empresarial

A questão da terra na Amazônia sempre esteve determinada pelo capitalismo empresarial, sobretudo na área de mineração, em que a empresa Vale predomina na exploração da riqueza regional. A criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Banco da Amazônia S/A (Basa) fez parte da estruturação do Estado contra os agricultores e na defesa do capital. Da mesma forma, a criação do órgão Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT) representou uma coordenação especial para reprimir agricultores no sul e no sudeste do Pará.

O encurtamento do extrativismo

A reconcentração da terra e o

seu direcionamento a uma utilidade econômica de interesse capitalista provocaram o encurtamento dos territórios extrativistas dessas populações e, por vezes, chegaram a eliminá-los. Ou seja, a abertura de novas fronteiras agropecuárias, minero-metalúrgicas, madeireiras e energéticas que abrigavam os chegantes à Amazônia, estreitavam as terras de seus antigos moradores.

A biopirataria: a nova forma de apropriação dos saberes

Nesta nova configuração da Amazônia, a biopirataria ganha espaço, pois o processo constitui-se em uma nova forma de apropriação de saberes, de processos e de técnicas populares para a obtenção de lucro fácil e abundante. Essa modalidade é móvel, volátil, flexiva e furtiva.

O extermínio dos povos originários

Os planos de desenvolvimento dos governos da Ditadura tiveram por objetivo praticamente a eliminação dessas populações indígenas ou a sua subserviência para que as políticas de avanço do “progresso” se dessem. Vários conflitos armados, chacinas e genocídios foram vivenciados nes-

ses anos de turbulência do período militar. Mais recentemente, essa violência se fez representar com a luta pela demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, ocupada por arroteiros, e que foi praticada por agentes públicos e criminosos pagos por empresários rurais. A violência se materializa em assassinatos seletivos e de encomenda, estupros e prisões arbitrárias. A violência também se materializa na impunidade dos culpados desses crimes, pois não há um único caso de punição de acusados de crimes contra os indígenas.

A política de supostos benefícios aos silvícolas acabou contribuindo para o extermínio dos nossos primeiros povos. A Ditadura Militar, implantada em 1964, agudizou essa questão (bem acentuada por Florestan Fernandes em *O Significado da Ditadura Militar*), que ficou bem delineada em relação ao extermínio dos Waimiri-Atroari. (Foram mostradas ao público partes de dois vídeos tratando sobre a tentativa de integração oficial dos índios e destacados os prejuízos sofridos, como doenças, assassinatos e aculturação equivocada).

A Funai usada pela Ditadura para submeter os indígenas

A própria Fundação Nacional do Índio (Funai) teria sido um instrumento utilizado pelo governo militar para subjugar os indígenas em várias partes da região amazôni-

ca. No caso dos Waimiri-Atroari, mais de três mil índios foram reduzidos, em pouquíssimo tempo, a menos de 300, pela invasão de suas terras com forças e armadilhas militares. Esse problema não foi visto com presteza pelas universidades amazônicas, com a possível exceção da Universidade Federal do Amazonas, que tratou do assunto indiretamente, por docentes vinculados a ela ao criarem o Grupo Kukuro de Apoio à Causa Indígena, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

As resistências dos indígenas

A organização dos povos indígenas da região amazônica, com ênfase em Roraima, a partir de encontros de Tuxauas (lideranças indígenas), nos anos de 1968 e 1969, é o destaque para assinalar uma resistência das populações nativas ao avanço do capitalismo promovido pelos governos da Ditadura.

As lutas dos trabalhadores extrativistas

É importante olhar a fronteira do interior para o exterior, invertendo a polarização tradicional. É nessa construção que vemos surgir as lutas dos trabalhadores extrativistas do Vale do Rio Acre, na recusa dos modelos econômicos, políticos, sociais, ecológicos e culturais das elites civis e militares. É no limiar

da Ditadura Militar para o chamado regime democrático que o confronto se dá entre essas duas noções opostas: às palavras de ordem da Ditadura, tais como desenvolvimento, progresso, expansão, crescimento, integração, queimadas, desmatamento e estrada, foram opostas as palavras oriundas dos movimentos dos trabalhadores extrativistas e seus aliados da cidade, das ONGs, sindicatos de trabalhadores, Igreja Católica, movimentos e partidos de esquerda, tais como desenvolvimento sustentável, florestania – neologismo acreano que pretende representar uma posição de Estado que valoriza os moradores da floresta –, reservas florestais, neoextrativismo, etc.

A dominação capitalista se impõe

Essa nova concepção, porém, não conseguiu desconstruir os processos capitalistas, pois trata-se agora de inserir a população tradicional (extrativistas e indígenas) em mecanismos para um tipo de mercado que visa a obtenção de lucro, o que causa, no mínimo, uma contradição político-cultural. Continuam sendo privilegiados os grandes empresários que investem nesse novo mercado: os madeireiros não têm dificuldades de obter o selo verde para “explorar sustentavelmente” a floresta; o grande fazendeiro de gado cria “boi verde”, aquele que diz ser alimentado exclusivamente de ca-

pim, mas com modelo de pecuária extensiva que exige latifúndios.

O Estado como articulador do capitalismo

Mesmo sendo inegável que as disputas e os embates entre concepções diferentes forçaram uma remodelagem do papel do Estado, o Acre se manteve fiel ao seu papel de disciplinar as condições de acumulação, recompensando quem consegue realizar com êxito a “tarefa” e punindo quem não consegue, ou seja, mesmo mudando os métodos, permaneceu como articulador da exploração capitalista. Nesse contexto, a economia do Acre hoje tem como principais produtos geradores de acumulação capitalista a pecuária e a exploração madeireira, seguidas pela manutenção de uma desproporcional concentração fundiária.

A Ditadura e o modelo energético

Durante os governos da Ditadura, foram criadas as condições do modelo do setor energético nacional. Em 1968, foi criado o Ministério de Minas e Energia, com a instalação seguida das estatais do ramo energético (Eletrobrás, Eletrosul, Eletronorte, etc.), e a prioridade de construir barragens para a geração de energia elétrica. Com essa estrutura, foram também criadas as Assessorias Especiais de Seguran-

ça e Informações (AESIs) nessas estatais, que se respaldavam na Lei de Segurança Nacional para criminalizar as lutas nas barragens.

As contradições na aplicação da Lei de Política Energética

As contradições mostram-se: na Lei que cria a política energética nacional está dito que a geração de energia por hidrelétricas é considerada de “interesse nacional”, de “todos e todas”, mas o decreto que institui o Conselho Nacional de Pesquisa Energética expressa que o representante da sociedade civil não precisa ser de organização popular, mas sim “especialista em matéria de energia”. Essa formulação de Estado reforça posturas calcadas desde o período Vargas, quando são asseguradas aos atingidos pelas barragens de hidrelétricas apenas indenizações por desapropriação das terras.

A violação dos direitos humanos

Há um verdadeiro arsenal de leis e proteções legais àqueles que querem empreender no setor elétrico, garantindo-lhes a lucratividade e a segurança (Política Nacional de Segurança de Barragens, de 2010). No entanto, o relatório da Comissão dos Atingidos por Barragens, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Secretaria Nacional

de Direitos Humanos, de 2010, aponta que “o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado de maneira recorrente graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e de desestruturação social, familiar e individual”. O relatório indica dezesseis direitos humanos sistematicamente violados.

O agravamento da questão em Rondônia

Em Rondônia, particularmente, a situação complicou-se no período da Ditadura quando o território federal passou a ser Estado da União. A presença do Banco Mundial, por meio do Polo Nordeste, estimulou a construção da BR 364, da Hidrelétrica de Samuel e dos projetos integrados de colonização, provocando migrações e conflitos agrários. A UHE de Samuel produziu um passivo social de 3 mil famílias atingidas e o agravamento dos conflitos. Dos remanejados, 231 famílias não foram assentadas. Houve uma imensa devastação da floresta. A pesca e a navegação foram comprometidas pelo assoreamento do rio. A região atingida experimentou um inchaço populacional, com inúmeros problemas sociais. E, ainda assim, a Usina apresenta

baixo rendimento.

Novas barragens e as reivindicações do MAB

Os atuais governos (federal e estadual) planejam construir mais quatro grandes hidrelétricas no que chamam de “Complexo do Rio Madeira”, além das UHE de Ji-Paraná e Tabajara, buscando uma conexão rodoviária “interoceânica” de integração Brasil-Peru-Bolívia. O novo modelo de “assentamento” nas barrancas dos rios, que se dá pelo avanço das privatizações, adapta a estrutura das moradias e mantém o padrão de violações dos direitos das populações. A luta dos atingidos por barragens defende a construção desses assentamentos no formato de mutirão, realizado por eles mesmos, mas financiado pela estatal do setor em cada região. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) prova que não existe nenhuma outra experiência no Brasil que consiga ter melhor resultado do que os “mutirões”, em termos de qualidade, tamanho, custo e pertencimento.

A ação predatória nos rios

Outro setor que afeta as populações locais é o da pesca. A mortalidade de peixes que os pescadores atestam é negada pelos técnicos do Monitoramento das Atividades Pesqueiras do governo. A ativida-

de de pesca para a sobrevivência da população está em queda, com o endividamento de pescadores com o Banco da Amazônia (Basa) para aquisição de materiais e a consequente redução de pescadores em atividade. Contudo, a luta do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) fez reduzir o número de barcos de pesca dos atravessadores. Para complicar, essas áreas de barragens veem seus territórios pesqueiros cada vez mais suprimidos.

Os efeitos do garimpo indiscriminado e das madeiras

Outras ameaças são a presença de garimpeiros, a afetação das áreas de agricultura pela modificação dos níveis das águas e o incentivo ao extrativismo (presença de madeiras). Como consequência da “expulsão” de moradores, a cidade de Porto Velho vive problemas sociais: presença o aumento de homicídios dolosos, o crescimento do número de crianças e de adolescentes vítimas de abuso ou de exploração sexual, e o número de estupros, que cresceu 208% entre 2007 e 2010.

A violência contra os povos da região

Paira a incerteza quanto ao número de atingidos por esse anún-

cio de novas hidrelétricas, pois os exemplos de hoje remetem sempre a uma incoerência da política de reassentamento (sempre aquém da realidade). Instalou-se um sistema de espionagem e de criminalização dos movimentos sociais que atuam na região, com a perseguição e o assassinato de lideranças, principalmente em Ji-Paraná. As audiências públicas não garantem a liberdade de expressão e nem de interferência nos projetos.

O capital na busca da consolidação de sua hegemonia

O que querem os capitalistas do setor energético? Legitimar cada vez mais o Fórum das Associações do Setor Elétrico Brasileiro (Fase), que se intensificou após as medidas anunciadas pelo governo brasileiro na renovação das concessões – Lei nº 12.783/2013. Essas associações buscam agenda positiva para o setor elétrico brasileiro que defenda o mercado livre, a manutenção de preços em patamares internacionais, a ofensiva contra direitos dos atingidos e trabalhadores do setor e o retorno às barragens com grandes lagos na Amazônia.

A luta do Movimento dos Atingidos por Barragens

O MAB luta para que água e energia sejam consideradas bem comuns e não mercadorias. Num

país em que a energia elétrica tem a sexta tarifa mais cara do mundo e as empresas pagam até 10 vezes menos que o povo, fatuando alto no mercado financeiro, com a conseqüente violação dos atingidos e dos trabalhadores do setor, a luta não pode ser outra a não ser de defesa das populações, com a aplicação da Política Nacional de Direitos às Populações Atingidas por Barragens (PNAB), do MAB, e a instauração da Plataforma Operária e Campesina para a Energia.

O impacto da Ditadura sobre a concepção libertária de educação

As políticas educacionais promovidas pelos governos do regime ditatorial foram impactantes sobre a concepção libertária de educação. O que fica como lembrança? Silêncios, sofrimentos, dor, perseguições, cassações, delações, aposentadorias antecipadas e involuntárias, prisões, desaparecimentos, torturas, mortes e um rastro de atrocidades das quais muitas perduram até hoje. Fica também uma enorme interrupção e um retrocesso no percurso de constituir uma nação livre, autônoma, democrática e soberana. Contudo, é importante registrar que nesses momentos mais duros da Ditadura Militar houve resistência que se confirmou com a sua derrubada, em 1985.

As sequelas da política da Ditadura para o ensino superior

A “Reforma Universitária” promovida pelos governos militares em 1968 conformou a educação superior do país e engendrou para ela uma política educacional cujo rastro deixado foi repressão, privatização do ensino, tecnicismo pedagógico e desmobilização dos estudantes e dos docentes e, conseqüentemente, de toda sociedade brasileira.

Constituição de 1967: pano de fundo das ações da Ditadura

O quadro em que se dão as ações da Ditadura tem como pano de fundo a Constituição de 1967 que era extremamente restritiva em relação aos trabalhadores, pois proibia greves nos serviços públicos e nas atividades essenciais, acabando com a estabilidade no emprego e estimulando o trabalho infantil ao reduzir a idade legal mínima de trabalho para 12 anos.

A invasão da Universidade de Brasília (UnB)

Uma das primeiras ações da Ditadura foi a invasão à Universidade de Brasília, em 9 de abril de 1964, provocando a prisão de vários professores e estudantes, além de demissões voluntárias em solidariedade aos colegas aprisionados. Essa

ação tinha em conta tornar inviável o projeto de reforma que vinha sendo construído e defendido por parcelas significativas da sociedade brasileira que lutavam pela autonomia universitária, indispensável à produção da ciência, pautada nos interesses da sociedade.

A extinção do Plano Nacional de Alfabetização – o “método Paulo Freire”

Cinco dias depois da invasão é extinto o Plano Nacional de Alfabetização, que havia sido criado em janeiro de 1964 para alfabetizar, utilizando o método de Paulo Freire, e paralisados todos os Círculos de Cultura Popular, integrados em grande parte por estudantes universitários. Agentes do Serviço Nacional de Informação infiltravam-se por toda parte, principalmente no meio universitário.

A ação contra os estudantes – a extinção da UNE

A Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e, entre outras medidas, torna o voto do estudante obrigatório para a escolha dos seus representantes, passando os órgãos estudantis a serem tutelados pelos Colegiados nos seus diferentes níveis. Assim, foi criado o Diretório Nacional dos Estudantes, extinguindo-se a União Nacional dos Estudantes,

que mesmo na clandestinidade resistiu heroicamente. O movimento estudantil, capitaneado pela UNE resistia por meio da organização de passeatas, como a que foi contra o fechamento do Restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, quando foi assassinado o estudante paraense Edson Luís de Lima Souto. Em outubro de 1968, a UNE realiza o XXX Congresso num sítio de Ibiúna (SP), em que são presos cerca de 700 estudantes.

Decreto nº 477 – a universidade amordaçada

Já o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, definiu as infrações disciplinares – reuniões, distribuição de panfletos, organização de passeatas, paralisação de atividades escolares – que eram praticadas pelas diferentes categorias, ou seja, docentes, discentes e técnico-administrativos dos estabelecimentos de ensino público e privado, proibindo portanto qualquer participação política. Os professores, funcionários ou empregados enquadrados nesses “crimes” recebiam a pena da demissão ou a dispensa, proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por outro estabelecimento da mesma natureza no prazo de cinco anos. Para os estudantes, a pena seria o desligamento e a proibição de se matricularem em qualquer estabelecimento de ensino pelo prazo de

três anos. Duzentos e quarenta e cinco estudantes foram expulsos de universidades brasileiras, por força desse Decreto.

Como fazer boa educação, sabendo-se permanentemente vigiado? Podemos esperar resultados positivos de relacionamento alunos/professores em ambiente em que predominam o medo, a intimidação, o pavor? Esse era o clima vivenciado no interior das universidades, como se fosse esse o papel atribuído a elas pelo governo ditatorial. O Decreto-Lei nº 477, de 1969, ficou conhecido como “o AI-5 das Universidades”, e nele se estabeleciam as punições aplicáveis à comunidade acadêmica.

A luta dos estudantes pela reforma universitária

Ao paralisar as atividades acadêmicas por três meses em 1962, na extraordinária “greve do terço”, os estudantes difundiram ideias e ideais que acabaram por torná-los também alvos da sanha e da fúria dos golpistas. Os estudantes universitários de 1964 lutavam por uma reforma universitária que efetivamente promovesse a cidadania, o pensamento democrático e republicano, ao lado das lutas por reformas urbana, bancária e agrária. Isso foi suficiente para que os golpistas dedicassem especial atenção à educação superior, exatamente com uma reforma universitária contrária aos interesses dos alunos e dos professores.

Resposta da Ditadura à resistência na universidade

O ambiente universitário torna-se, assim, o único foco de resistência manifesta ao regime, desembocando na crise de 1968. Em julho de 1968, os estudantes decidiram fazer um curso-piloto sobre a reforma universitária e ocuparam várias universidades Brasil afora. A Reforma Universitária emerge, portanto, tendo mais à frente o movimento dos estudantes, porém com o apoio dos professores, repercutindo na esfera governamental. Contudo, o governo se antecipa e cria um Grupo de Trabalho para “acelerar a reforma da Universidade Brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país”.

O GT da reforma universitária e as recomendações do Ipes

O que o GTRU fez foi concretizar as noções de que o departamento é a menor unidade universitária, instaurar a ideia de curso básico e profissional, acentuar a dicotomia curso/departamento já contidas em decretos anteriores, além de acatar as “recomendações” do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), criado em 1961 por um grupo de empresários de São Paulo e Rio de Janeiro e que funcionou até 1971, que se constituía

como um verdadeiro partido ideológico do empresariado e que teve papel fundamental na deflagração do Golpe de 1964.

Os acordos MEC/Usaid

O sistema educacional brasileiro foi alvo da ação mais imediata dos governos militares, de que dão exemplo os acordos MEC/Usaid. Doze desses acordos foram celebrados, entre 1964 e 1976. Inspirados nos valores e nos interesses traduzidos naqueles instrumentos de cooperação internacional, foram criados a Comissão Meira Mattos (1967) e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (1968). Deles resultaram as leis da Reforma Universitária e as leis concernentes aos ensinos de primeiro e segundo graus.

O atrelamento do sistema educacional ao aparelho produtivo

Os acordos tinham a intenção de transformar a educação em mero instrumento econômico, com estreita e dependente relação ao mercado de trabalho. Tratava-se do atrelamento do sistema educacional ao aparelho produtivo. No bojo dessa legislação, estava explícita a classificação do esforço das escolas ao exercerem seu papel, também amesquinçado e empobrecido: aos filhos dos pobres cumpria frequentar escolas profis-

sionalizantes, encurtando sua vida escolar, mas preparando-os para logo ingressar no mercado de trabalho; aos frequentadores das universidades – chamadas de ensino superior – ofereciam-se cursos tanto quanto possíveis afastados do conhecimento de disciplinas consideradas “subversivas”.

Os cursos primário e secundário passaram a chamar-se primeiro e segundo grau, respectivamente. Como consequência, a superioridade do curso universitário foi obscurecida, passando todos a chamá-la de terceiro grau. Tal reducionismo, interessante aos interesses do mercado, provocou mudanças de peso nas características metodológicas, variáveis ligadas às etapas do crescimento e do desenvolvimento dos indivíduos e valores sociais, como a cidadania. Outros desatinos: impôs-se o ensino da língua inglesa em todas as séries; excluiu-se o latim, a sociologia e a filosofia nos currículos; a abordagem das questões brasileiras era feita na reedição da antiga disciplina Moral e Cívica do Estado Novo, agora sob o nome de Estudos de Problemas Brasileiros, invariavelmente ministrada por militares da ativa do exército.

O enfraquecimento da escola pública e a política de privatização

A escola pública foi enfraquecida, abrindo-se margem ao aparecimen-

to e à multiplicação de numerosas empresas de educação. A criação dos campi, em suma afastados do centro das cidades, tinha como objetivo principal evitar a “contaminação” da sociedade em geral pelas reivindicações e palavras de ordem do movimento universitário, naqueles tempos em que a UNE ainda não estava atrelada ao governo. A substituição do regime seriado pelo semestral buscou impedir a formação de turmas estáveis de estudantes, facilitadoras do debate e da discussão de ideias, uma das mais importantes funções da universidade.

A reforma universitária da Ditadura

A Lei nº 5540/1968, que reforma a Universidade Brasileira, extingue a cátedra, cria departamentos e colegiados, o ciclo básico, extingue a seriação, cria a matrícula por disciplina com o sistema de créditos parcelando o curso, cria a pós-graduação, privatiza o ensino superior, e o vestibular passa a ser classificatório e não eliminatório, pondo fim à figura do excedente. Tal concepção se materializou também na construção dos prédios (campus), cujo princípio era evitar o encontro, separando docentes, estudantes e impedindo grandes reuniões.

A vigilância da Ditadura sobre a universidade

A opção pelo regime acadêmico

denominado “matrícula por disciplina”, em substituição ao regime seriado, foi uma proposta política intencionalmente incluída, que além de facilitar a ação de vigilância do SNI, modificou a própria estrutura das Universidades, com a inclusão de mais essa unidade cerceando o debate, a discussão, a liberdade de expressão. Essa vigilância era feita por pessoas não pertencentes aos quadros universitários, infiltradas na comunidade acadêmica, para vigiar, denunciar e punir estudantes, professores e funcionários. A tragédia ocorrida na Universidade Federal do Pará, em 1980, constitui exemplo cabal dessa política, com o assassinato de um estudante em sala de aula por um agente da polícia federal, causando indignação geral da sociedade paraense e gerando grande ato público no enterro do estudante, sob os protestos de várias entidades da sociedade civil. Havia ainda as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (Aesi) e a Divisão de Segurança e Informação do MEC (DSI).

A amnésia das universidades sobre o passado

As universidades atuaram diferentemente de seus propósitos fundamentais como uma das instituições responsáveis pelo esquecimento ou pela ignorância cuidadosamente cultivada, pelo apagamento da memória do que ocorreu no infausto período da Ditadura na juventude de

hoje; uma realidade temida pelos que deram o Golpe, por aqueles que o financiaram, os que dele se beneficiaram e, ainda, os que têm saudades daquele período de nossa história.

Professores e intelectuais, trabalhadores e lideranças sindicais, jornalistas e cientistas são merecedores da atenção de quem prega golpes políticos (e militares, como foram os da América Latina), justamente porque são visíveis na ação de confronto e alvos fáceis de controle dos passos e do impedimento do futuro.

Exemplos de perseguição aos professores

Como exemplo do clima de vigilância que pairava nas universidades, é citado o caso do professor Seráfico (que está expondo) com o professor Heitor Dourado, na Universidade Federal do Amazonas. Em fins de 1972, ambos são arrolados em casos que implicam em demissões; a eles são atribuídas ações contra o regime militar. Ambos são poupados da expulsão dos quadros da Ufam: Dourado, por interferência de amplo segmento científico internacional; Seráfico, negociando a redução de sua carga horária. No Pará, há, pelo menos, dois episódios: a recusa em admitir o poeta João de Jesus Paes Loureiro nos quadros docentes da Ufpa e a cassação, pelo AI-5, do professor Orlando Sampaio Silva.

A ação da Ditadura e a formação das universidades na Amazônia

Qual a formação das universidades na Amazônia pela Ditadura? A rigor, o mesmo formato adotado por outras, pois teve caráter nacional. Na Amazônia, como no Sudeste, Sul ou Nordeste, a instituição de ensino superior sofreu os mesmos reveses e constrangimentos impostos pelo autoritarismo. Por toda parte, criaram-se campi universitários e se instituiu o curso semestralizado, ou um dos artífices da educação bancária, dado o conceito de “crédito” das disciplinas. Abriram sucursais dos órgãos de inteligência, como as Divisões de Segurança e Informação, nas dependências das próprias universidades públicas. Permitiu-se espaço à privatização criminosa da educação superior no país, possibilitando a existência de empresas de educação beneficiadas com vantajosos financiamentos de dinheiro público. Ao invés de atender às justas reclamações da comunidade acadêmica que trabalha e que estuda em universidades, os governos sucessivos da Ditadura – e os que se seguiram no período pós-redemocratização – estimularam o rentável negócio de empresas que, mais recentemente, começam a ser transferidas para proprietários estrangeiros.

Momento de encerramento

No encerramento do evento, foi

apresentado o documentário *Raposa Serra do Sol – A Luta Decisiva* (2008), de Marta Caravantes e de Daniel Garibotti, sobre a violência praticada contra os indígenas por empresários arrozeiros e o apoio velado do Estado, em Roraima. Ao final, foi feito um paralelo entre as imagens do documentário e as informações prestadas nas mesas específicas.

Considerações finais e recomendações

1. Mudar os caminhos desse quadro apresentado, estimular a formação de redes de discussão e pesquisa nas universidades amazônicas, dando mais sentido às análises feitas pelos próprios estudiosos da região, e não apenas aos de fora.

2. Difundir a discussão dos problemas regionais aqui analisados nas escolas, com utilização de material didático produzido pelas universidades amazônicas. É fundamental que se saia do interior das universidades para cobrir eventos não acadêmicos.

3. Deselitizar a historiografia amazônica promovendo o diálogo franco no interior das universidades.

4. Em alguns aspectos, não houve mudanças fundamentais na forma de atuação dos governos atuais em relação a dos governos da Ditadura Militar, até a política energética permanece a mesma. Só na forma de lidar com os movimentos sociais houve mudanças – a ação é mais sutil e manipuladora. O avanço do

capital de “frente pioneira”, no entanto, permite que se formem alianças estratégicas de movimentos sociais, como a que se verificou entre seringueiros e indígenas.

5. As organizações indígenas não constituem um bloco monolítico, como parece ser difundido pelo senso comum. Em Roraima, por exemplo, atuam organizações indígenas com posicionamentos diferenciados sobre as tradicionais questões indígenas. A história acaba se repetindo, como se observa na ofensiva do Estado no processo de criminalização dos movimentos sociais, e realiza uma clara violação das fronteiras de terras indígenas.

6. Com a desativação do garimpo de Serra Pelada, levados por lideranças políticas, quarenta mil garimpeiros invadiram as terras indígenas em Roraima. Além dos garimpeiros, devem ser considerados na categoria de invasores de terras indígenas os fazendeiros, os arrozeiros e os trabalhadores rurais.

7. A destruição dos movimentos sociais no Brasil não é sutil, como se pode comprovar pelo processo de criminalização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

8. A Amazônia é uma região colonial e, nesse sentido, as decisões mais importantes são tomadas fora dela e para atender demandas externas. A floresta amazônica, por concentrar muitas riquezas, deve ser a “bola da vez” do capitalismo.

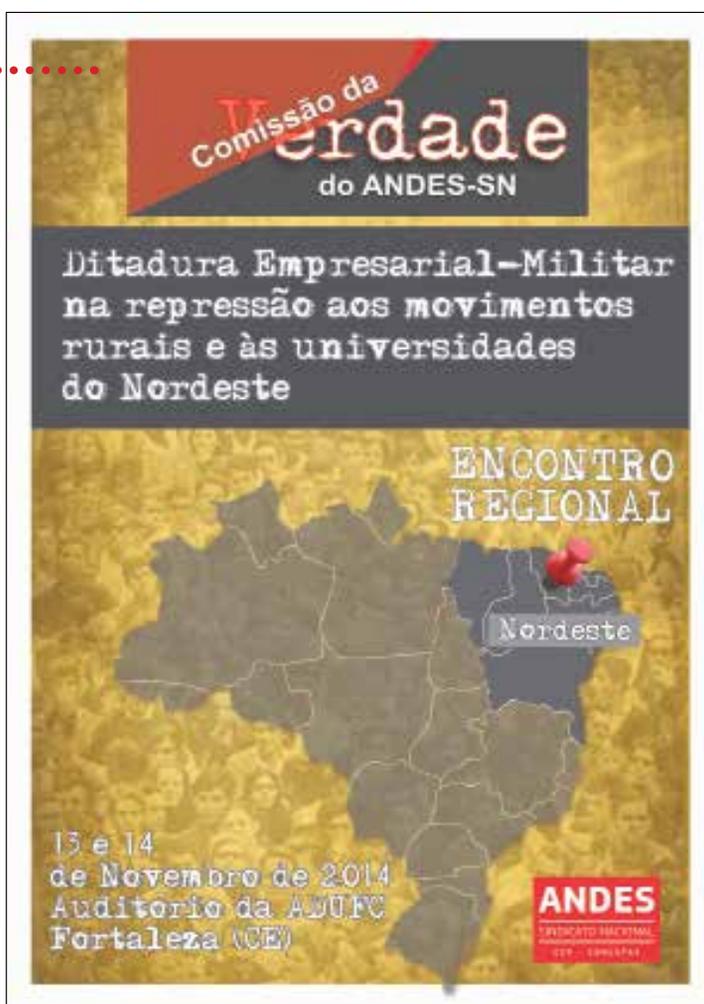
Encontro da Região Nordeste

Data: 13 e 14 de novembro de 2014

Local: Sede da ADUFC (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará) | Fortaleza (CE)

Horário: Horário: Início dia 13/11 às 17h | Término dia 14/11 às 13h

Tema: Ditadura Empresarial-Militar na repressão aos movimentos rurais e às Universidades do Nordeste



Coordenação: Alexandre Galvão Carvalho, Júlio Quevedo, Márcio Antônio de Oliveira, Elídio Alexandre Borges Marques (membros da Comissão da Verdade), Marta Maria Azevedo Queiroz e Sirliane de Souza Paiva (Regional Nordeste I).

Abertura: Márcio Antônio de Oliveira (membro da Comissão da Verdade do ANDES-SN) e Marta Maria Azevedo Queiroz (integrante da Regional Nordeste I).

Objetivos: identificar as ações da Ditadura Empresarial-Militar com os movimentos rurais do Nordeste e analisar as marcas de sua presença no interior das Universidades daquela região.

Programação

1ª Mesa: *Ações da Ditadura Empresarial-Militar nas Universidades do Nordeste*

Palestrantes: César Barreira (professor da UFC); Luciano Mendonça de Lima (professor da UFCG) e Milton Pinheiro (professor da Uneb)

Mediador: Júlio Quevedo

Relatora: Raquel de Brito Souza

2ª Mesa: *Ditadura, oligarquias e repressão aos movimentos rurais do Nordeste brasileiro*

Palestrantes: Antônio de Campos (economista, membro da Associação Pernambucana dos Anistiados Políticos – Apap); José Eudes Baima Bezerra (professor da Uece) e Marcelo Lins (professor da Uesc)

Mediador: Márcio Antônio de Oliveira

Relatora: Sirliane de Souza Paiva





Reflexões, relatos e debates

Comissão da Verdade das universidades do Estado do Ceará

A criação da Comissão da Verdade se deu em comum acordo entre os reitores da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e da Universidade Federal do Ceará (UFC) de forma paritária com estudantes, professores e servidores das duas universidades, compondo a Rede Nacional. Essa Comissão da Verdade do ANDES-SN tem como objetivo apurar o que aconteceu nas instituições de ensino superior, buscando recuperar a memória não conhecida e revelada e privilegiando três fontes: trabalhos acadêmicos, como teses e monografias que retratam o período; pesquisa em dados oficiais dos órgãos de segurança; e depoimentos das vítimas.

Fases da repressão da ditadura nas universidades do Ceará

A repressão da Ditadura Militar na universidade se divide em dois momentos: 1) No pós-1964, faz-se a “limpeza na universidade”, com o maior número de professores expulsos e a desarticulação dos grupos de pesquisa, tendo com ápice o Decreto nº 477; 2) A partir de 1968, quando atinge mais fortemente os estudantes, com a entra-

da das entidades de representação estudantis na ilegalidade. E, diante disso, vários estudantes são suspensos da universidade e passam a exercer outras funções, sempre ligados à militância, por exemplo. Assim, alguns universitários foram trabalhar na Zona Canavieira de Pernambuco e da Paraíba, participando de movimentos rurais de resistência como as Ligas.

A repressão na UFC e as perdas sofridas

A proibição de alunos de se matricularem na UFC, por um decreto do reitor, estudantes que passaram mais de 15 anos para conseguirem se formar, bem como o prejuízo de quase uma geração de estudantes que não conseguiram ter acesso à representação política das entidades estudantis, os espaços perdidos pelo Diretório Central de Estudantes (DCE) dentro da universidade, a perda de duas cadeiras cativas no Conselho Universitário e o poder administrativo do Restaurante Universitário e da Residência Universitária são alguns exemplos. Relativamente aos professores, muitos foram penalizados com o Ato 477.

Outros exemplos: de atos de ilegalidade com professores e estudantes, principalmente estudantes, são as prisões ilegais, os verdadeiros sequestros, em geral à noite, com carros com “placas frias”, levados a locais de tortura (23º Batalhão de Caçadores e

uma casa de tortura, que atualmente se acredita estar localizada próximo ao município de Maranguape, região Metropolitana de Fortaleza). Relatando diversos casos de prisões ilegais e tortura.

Demandas da Comissão da Verdade no Ceará

A recuperação do espaço em que funcionava a Assessoria Especial de Segurança e Informações da Universidade (Aesi), que ficava próximo à reitoria e tinha um papel de veto em relação aos professores e estudantes para o ingresso na universidade, com o objetivo de fazer um centro de memória; a revisão da estrutura política da universidade; a rebaixação de todos os lugares que ainda hoje têm nome de militares, por exemplo, o auditório Castelo Branco; e a revisão dos títulos dados a colaboradores da Ditadura. E por último, trabalhar casos emblemáticos, como das famílias Serra Azul e Fonseca.

A guerra pela história

O professor Milton Pinheiro, membro da Comissão da Verdade da UNEB, que também compõe a Rede Nacional, iniciou a sua fala afirmando que está em jogo uma “guerra pela história”, pela “história da verdade”. Em diversos episódios, tem-se uma visão da história, no sentido de “privilegiar uma

leitura que capitalize a releitura do pensamento liberal e das formas de interpretação do mundo dessa ideologia. Isso ocorreu na Revolução Russa, particularmente no evento da queda do Muro de Berlim”; e mais recentemente diz respeito ao “Golpe Burgo-Militar de 1964”.

Leituras revisionistas ocorrem também na universidade

A “guerra pela história” não se manifesta apenas pela mídia, que busca abrandar os fatos nos ambientes da imprensa, mas também se expressa no ambiente da universidade, com historiadores e cientistas políticos que realizam uma leitura “extremamente revisionista”, no sentido de fazer rever uma história para firmar os postulados do pensamento liberal, como aqueles que contribuem para uma perspectiva final da história, como foi a compreensão do Fukuyama. A história é estagnada e vendida com essa lógica de interpretação do mundo. Essa “guerra pela história” é situada por diversos historiadores como Eric Hobsbawm.

Explicar a Ditadura pela lógica civil-militar rompe com a realidade

Dessa forma, interpretar a Ditadura pela lógica civil-militar, com o protagonismo de forças sociais, é romper com a realidade e com a lógica que aliam teoria a evi-

dência, pois não existem dados empíricos que comprovem esse fato. Existe a comprovação, em estudos, de que o segmento da população que apoiou a “Ditadura Burgo-Militar” era de pequenos grupos espalhados pelo Brasil, que não tinha maior repercussão. Na universidade, existiam, anteriormente ao Golpe, avanços nas lutas pela Reforma Universitária, com greve, como, por exemplo, a que durou mais de cem dias, na Ufba, e o apoio de estudantes às reformas propostas por Goulart, bem como às diversas revoluções em curso na América Latina naquele período. Assim, a “universidade mesmo sendo aparelho de hegemonia burguesa, tinha forte presença desses grupos mais avançados”, sendo, pois, um “polo da contradição”.

Forças de esquerda nunca agiram visando um golpe

Essas releituras da história chegam “aos absurdos” de afirmar que se a direita e as forças militares não tivessem realizado o Golpe, a esquerda o teria feito. Sendo assim, seria um movimento preventivo e contra revolucionário. Esse é um frágil argumento, facilmente desmentido pela empiria, em especial pelos documentos do Partido Comunista Brasileiro, principal força política da esquerda naquele momento, que em nenhum instante demonstrou caminhar para um Golpe.

Em uma contextualização dos fatos, o que havia eram “frações” de classe estabelecidas em que o capitalismo se mostrava frágil; o processo de acumulação, em uma leitura econômica do Brasil entre o arcaico e o moderno, era aquilo que não conseguia avançar em virtude de medidas utilizadas pelo governo Goulart”, como o aumento do salário mínimo e as reformas que impediam uma acumulação mais consistente da burguesia daquele período.

Articulação dos militares e frações de classe resulta no Golpe

O Golpe de 1964 é uma articulação política dessas frações de classe que desejavam chegar ao poder. Esse conjunto teve operadores políticos, como o Carlos Lacerda e sua UDN, o antigo PSD, e, particularmente, a presença do futuro governador Magalhães Pinto, além de segmentos em torno desse projeto reacionário. Eles se aliam aos segmentos da burocracia militar, que advinham, desde 1947, do projeto de forças armadas estabelecido por Dutra, o qual cresce com a presença de militares nas escolas da França, dos Estados Unidos e depois das Américas. Retirar desses segmentos a responsabilidade do Golpe de 1964 não condiz com a realidade e, com isso, retoma o que foi dito inicialmente, de estarmos na “guerra pela história”.

Ufba sob controle dos conservadores e interferência política

Anteriormente ao Golpe de 1964, já era comum na Universidade Federal da Bahia (Ufba) a crítica ao acesso à universidade, que era muito restrito, e à democratização do conhecimento produzido. Era comum os políticos da UDN chegarem à Reitoria da Ufba, como ocorreu com Miguel Valmor, Edgar Santos e Roberto Santos (depois governador biônico). As vésperas do Golpe de 1964 a UDN articulou para reitor da Ufba seu presidente no Estado, Albérico Fraga. A primeira medida, relatada na tese do Professor Antônio Maurício Brito, do Conselho Universitário, foi fazer um documento de apoio ao Golpe e convidar os conselheiros a se deslocarem para 6ª Região Militar e entregar o documento ao comandante. Ao mesmo tempo, destituiu os diretórios acadêmicos da Ufba e constituiu os IPMs. Nesse processo de repressão, diversos cursos escolherem como paraninfos professores ligados à esquerda e considerados comunistas, fato reprimido pelos militares com a ameaça de prisão de todos os formandos, etc. Ressalte-se ainda que o reitor da Ufba estimulava a paranoia anticomunista e apoiava a redação de documentos dos diversos cursos em favor do Golpe, que deveriam ser enviados a mídia.

A repressão, a resistência dos estudantes

A Ufba tinha relação direta entre o quartel do Barbalha e o 29º Batalhão de Caçadores para onde os estudantes eram levados. A situação de repressão se acirrou com o Decreto nº 477, que afastou centenas de estudantes e criou a perspectiva de uma participação ainda mais efetiva, “fazendo com que uma geração de jovens resistisse à Ditadura”.

1964 – um Golpe de classe e uma ditadura de classe

O professor Milton Pinheiro inicia afirmando que é importante a aprovação da Comissão da Verdade do ANDES-SN, pois esse período é uma história muito cara ao Sindicato, que surge ainda durante a Ditadura, bem como expressa seu apoio à expressão utilizada no evento “Ditadura Militar-Empresarial”, pois ela incomoda muito a memória apaziguadora relativa aos tempos da Ditadura e que utiliza a terminologia “cultura, política e autoritarismo no Brasil”. Ressalta ainda que em 1964 houve um “golpe de classe e uma ditadura de classe”.

Regime militar a favor dos interesses do grande capital

Quanto à terminologia, afirma trabalhar em uma perspectiva marxista, que lhe permite tal interpre-

tação. Ao analisar a história do Brasil e os limites do populismo no governo de Goulart (Golpe de 1964), afirma que havia, até mesmo nas forças armadas, influência do nacionalismo e até do comunismo. Existe uma novidade no Golpe de 1964: é um Regime Militar a favor dos interesses do grande capital. Mas, os militares também ocuparam parte dessas instituições, e com essa dinâmica foi perdendo forças, chegando a um impasse que ocasionou a transição negociada, presente até na Constituição Federal de 1988.

O impacto sobre a universidade

A universidade foi profundamente impactada pelo Golpe e pela Ditadura. Sendo um dos principais alvos da Ditadura a formação de profissionais para as novas necessidades do mercado, além da repressão. E assim como outras instituições, dividiu-se entre os colaboradores da Ditadura e os que resistiram à Ditadura.

As comissões da verdade na Paraíba

Trouxe como contribuição a experiência da Paraíba, que tem seis Comissões da Verdade: uma estadual, criada pelo Governo do Estado da Paraíba; uma em João Pessoa, criada pela Câmara Municipal; uma da Universidade Fede-

ral da Paraíba; uma da Universidade Estadual da Paraíba; e duas na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), uma criada pela reitoria e outra, na qual é coordenador, fruto do 2º Congresso da UFCG. Essa funciona desde janeiro de 2014, buscando resgatar a história da universidade do período em que a UFCG era vinculada a UFPB, intitulada “Comissão da verdade, da memória e da justiça das entidades representativas da Universidade Federal de Campina Grande”.

A UFPB sob intervenção – expulsão de alunos e de professores

Foi relatado que a universidade foi fortemente atingida. O reitor da UFPB da época foi substituído por um capitão do exército e professor da universidade em abril de 1964. Ele expulsou dez alunos que se envolveram em uma manifestação realizada antes do Golpe de 1964, de repúdio contra a presença do Carlos Lacerda na Paraíba; houve uma hostilidade da polícia e os estudantes se esconderam na Faculdade de Direito, foram expulsos a partir das ações de um Deputado (Joacir de Brito Pereira) ligado à UDN e de um professor da UFPB. Em maio de 1964, mais 10 professores foram expulsos. Em seguida, foram destituídas as entidades de representação dos estudantes, ou seja, monta-

se “todo um aparelho repressor dentro da Universidade”.

Ações escabrosas antes do Decreto nº 477

Na Paraíba, a repressão começa antes da vigência do Decreto nº 477. Anteriormente ao Decreto, são expulsos de uma vez cerca de oitenta alunos, que foram impedidos de se rematricularem na UFPB. E os colaboradores da Ditadura tornaram-se diretores de centros e de escolas. Cita como exemplo, o Reitor Linaldo Cavalcante, que chega a ser considerado um liberal e aparentemente não tinha posturas excessivamente repressoras, mas existem cartas que comprovam sua ligação com a Ditadura.

Resquícios da Ditadura e avanços na luta pela verdade

Situa como legado do período da Ditadura as práticas de perseguição, os estatutos e as eleições e nomeações na universidade. Além de alguns casos de arbitrariedade, como, por exemplo, o episódio da polícia dentro da UFPB, no processo de oposição à Ebserh. E aponta uma vitória: a mudança do nome do principal auditório, que se chamava Guilhardo Martins, passou a se chamar João Roberto de Sousa, um dos estudantes vítimas de Guilhardo.

O atraso do Brasil no resgate das questões relativas ao Golpe

O Brasil fez uma das piores redemocratizações da América Latina, somente após todos esses anos estamos começando a resgatar e a fazer um levantamento de questões relativas ao Golpe de 1964 e ao período de Ditadura. Enquanto muitos países da América Latina avançaram, constituíram comissões e desenvolveram trabalhos que levaram a punição de torturadores, no Brasil essa comissão foi criada com o III Plano Nacional de Direitos Humanos, em 2009, no Governo Lula, e transformada em lei em 2011.

O Brasil perdeu o “timing”

Foi abordado como problemática o tempo passado; “perdemos o ‘timing’”, constituímos Comissões para apurar o processo de repressão no Brasil quase trinta anos depois; a Ditadura terminou em 1985, e a lei da anistia, em 1979. Todo esse atraso cria problemas, pois muitas pessoas envolvidas no processo, que sobreviveram às torturas como ele, por exemplo, já faleceram.

As propostas iniciais eram mais abrangentes

No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), apareceram

os dois primeiros Programas que se referiam ao resgate da “Verdade, Memória e Justiça”. A expressão “justiça” não é mencionada na Comissão Nacional da Verdade criada em 2011: “Art. 1º É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”. Portanto, não fica expresso de forma crítica o momento histórico da Ditadura. A partir da Comissão Nacional da Verdade, foram constituídas as Comissões Estaduais, promovidas pelo governo. Além dessas, existem as Comissões independentes, como o caso da existente no ANDES-SN, no Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos, entre outras.

Na América Latina, Comissões da Verdade têm mais poder

Foi lembrado que em outros países da América Latina as comissões que apuraram os fatos da Ditadura tinham como direito garantido e função entregar o resultado de seu trabalho ao judiciário para punição dos responsáveis. Isso ocorre de forma diferente no Brasil. A decisão do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de

Pernambuco, que levou à justiça o resultado de seu trabalho e pediu a punição dos implicados nas arbitrariedades, posição que não logrou obter êxito nos Tribunais, contrariava o Regimento da Comissão Nacional da Verdade pelo qual não se pode levar à justiça brasileira os agentes torturadores e responsáveis. Esse fato tem sido analisado também pelo Ministério Público Federal na tentativa de punir os militares responsáveis pelas torturas e mortes.

As Comissões da Verdade não devem ser de reconciliação

O papel das comissões não deve ser de reconciliação nacional, soa como “eles torturaram, mataram, perseguiram, mas não vai se fazer mais nada não, o que importa é que se tome algum conhecimento”.

De onde procede que os torturadores não podem ser punidos

Por que alguns membros das diversas comissões e do governo dizem que não podem ser punidos os torturadores? Afirmam que a Lei da Anistia não permite punições; isso levanta outra problemática, pois a Lei da Anistia de 1979 não faz nenhuma referência a que os torturadores devam ser beneficiados; trata dos perseguidos políticos, em suas resoluções, determina a anistia para os crimes conexos,

que são os praticados pelos perseguidos políticos considerados subversivos, por exemplo, o crime cometido de falsidade ideológica por usar documentos falsos.

A posição do STF sobre a Lei da Anistia

Após 31 anos, antes de aprovarem a Comissão Nacional da Verdade, que já havia sido apresentada pelo III Plano Nacional de Direitos Humanos, o Supremo Tribunal da Justiça Federal, em abril de 2010, com apoio da esfera Legislativa e Executiva Federal, respondendo a uma interpelação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), declarou que a Lei da Anistia de 1979 beneficiava a todos torturados e torturadores (crimes conexos). Em seguida, setembro de 2011, foi formalizada a Comissão, que não pode punir ninguém.

A repressão das oligarquias no Nordeste antecede à Ditadura

Em seguida, tratou da repressão das oligarquias, como os coronéis no Nordeste (que já vinha do início da república e trazia resquícios do Brasil Colônia), em que os grandes latifundiários realizavam toda espécie de pressão e de exploração aos trabalhadores do campo, como a prática de endividamento dos camponeses, que compravam os produtos para sua subsistência nos “barracões” pertencentes aos

latifundiários e nunca conseguiam pagar a dívida.

As primeiras Ligas Camponesas

Houve movimentos de resistência dos camponeses, nos anos de 1940 e 1950, até mesmo com guerrilhas, dando origem às Ligas, que surgem de forma espontânea. A primeira liga fundada em Pernambuco, no ano de 1954, chamava-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP) e não fazia nenhuma referência ao nome liga. O nome liga foi adotado na década de 1940; época em que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) construiu as primeiras Ligas Camponesas; a relação com o nome Liga teria duas interpretações: uma no sentido de união, junção; e a outra em referência à Liga Comunista Internacional, que na realidade se chamava Associação Internacional dos Trabalhadores, posteriormente conhecida como a 1ª Internacional.

A criação da SAPPP e seus objetivos – 1ª Liga

A SAPPP foi criada com três objetivos: solidariedade entre os associados; assistência em relação a problemas relacionados aos trabalhadores e suas famílias, como os da saúde; e a criação de um fundo financeiro, uma cooperativa de crédito para ajudar nas ações,

nas produções e nas organizações. De imediato, não é colocada a luta pela terra como pauta, pois os trabalhadores poderiam ser expulsos a qualquer momento. No entanto, a conjuntura faz com as suas pautas avançassem na perspectiva de enfrentamento à ordem vigente, assemelhando-se às Ligas propriamente ditas. Os camponeses da SAPPP procuram Francisco Julião, advogado, para defender o processo de desapropriação do Engenho Galileia (Vitória de Santo Antão), no qual não se plantava mais cana-de-açúcar, e permitia que 142 famílias produzissem agricultura de subsistência em troca de um pagamento pela utilização das terras. Eles explicam ao advogado que estão chamando sua organização de Liga, porém eles não são comunistas, e Francisco Julião faz a defesa de que usem o nome Liga porque esse nome denota o sentido de união. Com isso, essas organizações conhecidas como Ligas avançam novamente, em especial nos estados de Pernambuco e da Paraíba.

A proliferação das Ligas, sindicatos e outros movimentos

Em 1959, o Engenho Galileia é desapropriado, essa vitória desencadeia a criação de mais Ligas, sendo desenvolvidas as Federações das Ligas em Pernambuco e na Paraíba, espalhando-se por vários Estados do

Brasil, embora no Rio Grande do Sul existisse outro movimento que desapareceu com o Golpe de 1964, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master). Foi salientado que, enquanto os camponeses se levantavam em um movimento de enfrentamento aos latifundiários, tanto o Governo João Goulart, quanto a Igreja Católica, e o próprio PCB, tinham interesse na criação e na organização dos sindicatos, pelo aspecto formal, institucional e legal.

Estratégias distintas: Ligas e Sindicatos

Nesse contexto também ocorrem modificações na esfera da produção agrícola (modernização de usinas, por exemplo), “então realmente começava a surgir a figura do trabalhador rural, que vinha do camponês que perdia a terra expulso do latifúndio”. Além disso, os sindicatos eram de mais fácil controle, seja pelo Governo ou por organizações que se colocavam contra o confronto armado, constituindo uma mudança de visão quanto à ação desses camponeses, em que a vitória deveria ser construída com organização e não usando as mesmas estratégias das milícias dos latifundiários. Foi destacado que, com o Golpe de 1964, a maioria dos camponeses organizados, principalmente as lideranças das Ligas, foram mortos e as diretorias dos sindicatos destituídas.

Os latifundiários e as razões do apoio ao Golpe

O Golpe de 1964 ocorre nesse cenário de enfretamento, com a existência das Ligas e dos sindicatos, com os trabalhadores rurais lutando pela terra, o que demandava respostas dos latifundiários. Por isso, na compreensão do professor Antônio Campos, o Golpe de 1964 foi apoiado pelos latifundiários, grandes grupos econômicos, grupos financeiros (bancos) e pela igreja católica, por sua característica anticomunista.

Militares e a defesa das classes dominantes

Foi ressaltado, ainda, que o Exército Brasileiro retornou da Segunda Guerra Mundial com o pensamento de aliança com o imperialismo regional (Estados Unidos da América). E a ideia da segurança nacional, essa tem o princípio de que o inimigo pode não está fora e sim dentro do país, ou seja, o povo brasileiro era o inimigo, “porque discordava com uma possibilidade de encaminhar o país em determinada direção”. Por isso, não se deve preocupar em dizer se o Golpe de 1964 foi “burgo-militar” ou “empresarial-militar”, pois enfatiza que as forças armadas existem para defender o Estado e as classes dominantes, e não o povo e as forças populares, trazendo como exemplo a Escola

Superior de Guerra, que formou também vários civis.

A Disputa de Projetos e o Golpe de 1964

No contexto da Guerra Fria mundial, havia dois projetos em jogo no Brasil: um que se apresentava como governo popular do pecuarista João Goulart – segundo o professor Antônio Campos um membro da burguesia interessado em desenvolver o mercado interno –, com um projeto desenvolvimentista, de crescimento independente do mercado interno; e outro, formado por setores mais conservadores, que defendia ser preciso continuar aliado do capital internacional. Triunfou o projeto conservador.

A Ditadura Militar é uma das formas do estado burguês

Membro da Comissão da Verdade da Uece e UFC, o professor José Eudes Baima fez considerações sobre a temática do Encontro, em torno da terminologia “Empresarial-Militar”. Disse já ter visto o termo “Ditadura Civil-Militar” e entende seu objetivo, mas em relação à expressão “Empresarial-Militar”, ele teve o primeiro contato no evento, para ele é uma expressão pleonástica e que introduz a problemática de que os militares são uma categoria independente, uma cama-

da que tem uma realidade social própria, que estaria em aliança com os empresários ou com setores civis da burguesia. Afirmou que isso é algo impreciso, pois a Ditadura Militar é uma das formas políticas do Estado burguês ou do regime burguês; o fato é que as formas de dominação estão em função da correlação de forças dentro da sociedade. Quando se trata de regime militar, precisamos lembrar que a burguesia, por circunstâncias particulares, teve que recorrer a um regime de natureza militar para exercer sua dominação. Mas, não é um regime civil-militar, mas simplesmente militar, sendo uma das formas históricas que a dominação burguesa tem assumido em determinados momentos, com múltiplas combinações.

Resgate dos atos heroicos ou das resistências do dia a dia?

Em seguida, o palestrante levantou alguns questionamentos. O que estamos tentando resgatar nessa discussão? São os atos heroicos e de bravura, que efetivamente aconteceram e que devem ser preservados? Ou nós temos que colocar um acento tônico na situação absurda a que foram submetidos os militantes do movimento operário, camponês e popular no Brasil ao lado das estratégias de resistência que eles expressaram?

Crítica à Comissão Nacional da Verdade

Ressalta que, em concordância com o professor Antônio Campos em relação à crítica à Comissão da Verdade Nacional, considera essa é uma questão importante, porque ao se restringir o resgate à memória heroica, que não menos importante, existe uma tendência ao esquecimento de tratar das estratégias de luta e de resistência que os trabalhadores atingidos pelo Regime Militar exerceram no seu tempo. Outro questionamento foi: qual o lugar da verdade neste momento? É necessário fazer a discussão acerca da impunidade e da manutenção das instituições fundamentais do Regime Militar, que foram preservadas em parte pela Constituição Federal de 1988.

A militarização da polícia – o povo é o inimigo

Atualmente, existe uma discussão, muito importante, em torno da desmilitarização da polícia, o tema de debate deste encontro trata do substrato dessa questão, pois no Brasil a polícia foi revestida de características militares. E, em consonância com o que foi apresentado pelo professor Antônio Campos, quando se estabelece que a polícia é uma força militar, a identificação dos inimigos da nação está dentro da própria nação, ou seja, o próprio povo, de acor-

do com a ideologia da Segurança Nacional. A Constituição de 1988 preservou integralmente esse aspecto da polícia militarizada.

A Constituição de 1988 e os resquícios da Ditadura

A Constituição de 1988, conhecida como Constituição “meia sola”, ao mesmo tempo em que incorporou várias pautas dos movimentos populares por pressão deles, também preservou na essência aspectos da Ditadura Militar e, até mesmo, do Estado Novo, para não citar o Senado que é uma instituição do Império.

Constituinte: caminho para punição dos torturadores

A ideia do inimigo interno permanece, portanto, é atual, até mesmo, quando está sendo discutida a luta por uma Constituinte, pela Reforma Política no Brasil, esse tema deveria estar em primeira ordem e ter relação com a possibilidade de levar os criminosos da Ditadura Militar aos tribunais e à cadeia. Acredita que a Lei da Anistia de 1979 deveria ser revogada, para a punição dos torturadores, a exemplo do ocorrido na Argentina e no Chile.

No Brasil, fica consagrada a designação trabalhador rural

Em relação ao problema do campo, no período da Ditadura Militar,

consagra-se no Brasil a designação do trabalhador rural como camponês, em especial no Nordeste. É um elemento explosivo, uma vez que o termo camponês e as Ligas Camponesas trazem a evidência da propriedade rural e a luta pela desapropriação dos grandes latifúndios. O professor Eudes Baima contextualiza que no Brasil não existiu um campesinato no modelo Europeu, dos países que passaram pelo modelo burguês de Reforma Agrária.

A luta histórica das Ligas contra o latifúndio

Ressalta a violência política no campo como parte da nossa história, e que a raiz da ideia de ligas camponesas encontra nesse histórico, enfatiza a atuação acirrada do Nordeste nas lutas em defesa dos trabalhadores rurais e contra o latifúndio, citando exemplos, como Canudos (1896-1897), Contestado (1912-1916), Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, região do Cariri-CE (1926-1936), e nas décadas de 1940 e 1950, em Goiás.

Arraes, o alento à luta das Ligas e a repressão policial

Traz como um aspecto importante para o histórico das Ligas Camponesas a eleição de Arraes em Pernambuco, porque os trabalhadores percebiam, com Arraes no poder,

a possibilidade de ter a expressão política da sua luta direta pela terra. Após eleição de Arraes, em três meses, foram realizados 80 atos políticos nos estados de Pernambuco e da Paraíba. É também nesse momento, no período antecedente à Ditadura Militar, que se torna conhecida a violenta repressão no campo, combinando a violência privada dos “jagunços” com a violência policial institucional.

Repressão combinada do latifundiário e do Estado

O Golpe de 1964 institucionaliza esse processo de combinação da repressão direta exercida pelo ente privado latifundiário com a repressão do Estado. O AI5 em dezembro de 1968 intensifica esse processo e na prática realiza uma fusão entre as forças privadas e as institucionais. A repressão atinge também as organizações dos trabalhadores de natureza mais formais, como sindicatos; entre 1964 e 1966, dos quarenta sindicatos de trabalhadores rurais existentes, trinta e oito sofrem intervenção do Governo. O Nordeste era considerado como foco importante de resistência.

Estratégias de repressão na área urbana e no campo

Se na área urbana a repressão é uma ação cirúrgica, caçando, prendendo, matando e exilando

os dirigentes das organizações de esquerda e de massa dos trabalhadores, no campo a estratégia é outra, a repressão militar vai agir de forma generalizada, de que é exemplo o fato ocorrido na fazenda Japuí, na região de Canindé (CE), em que foi realizada uma “Minirreforma Agrária” com 59 famílias; posteriormente os herdeiros venderam ilegalmente essa terra a um latifundiário da região. Isso originou um conflito que evoluiu para confronto armado em que morreram seis pessoas; houve a queima das casas dos trabalhadores. Na área campo, tanto quanto em relação aos índios, a repressão tem caráter massivo e generalizado.

A mobilização dos Trabalhadores Rurais antes da Ditadura

O professor Marcelo Lins informou que tem uma pesquisa em andamento a qual trata da experiência de mobilização de trabalhadores rurais do sul da Bahia na área de Ilhéus e Itabuna, antes mesmo dos anos 1950 e 1960.

Há uma história sobre a lavoura do cacau, que vai culminar na luta em torno da disputa de terras, especialmente das terras devolutas do Estado. Os imigrantes que fugiam da seca, quando chegavam à região que eles iam fazer a solicitação de terras devolutas, mas seus pedidos eram negados. Relatou que, após a abolição, grupos de negros em

Ilhéus solicitam terras ao Delegado de Terras; e ele, por sua vez, escreve ao Ministro da Agricultura, descrevendo a situação e questionando o que deve ser feito, visto que se negar, eles vão ocupar, mas se conceder, vai se tornar alvo de outras solicitações. Assim, resolveram deixar ocupar de forma ilegal; um número grande de pessoas ocuparam terras naquela região, porém sem a possibilidade de regularização fundiária, o que configura a “grilagem”, que na região era chamado de “caxixe”.

Formas de expropriação das terras no sul da Bahia

O cultivo de cacau, por valorizar a terra, intensifica a disputa por elas. Foram usadas duas principais formas de expropriação de terras: uma era a “grilagem”, muitas pessoas que tinham a posse sem a documentação foram expulsas e assassinadas; a outra era o crédito agrícola, os “posseiros”, por falta de documentos, não tinham condições de obter crédito agrícola, então os fazendeiros emprestavam dinheiros, e as pessoas que não pagavam tinham suas terras tomadas.

Citou, como exemplo, o Coronel Misael Tavares, uma das maiores fortunas da região, ele era o maior tomador de empréstimo do Banco de Empréstimo Hipotecário, ao mesmo tempo o maior prestador de dinheiro

da cidade. Em 1914, o Misael Tavares possuía cerca de dezoito fazendas e empregava cerca de quatrocentos trabalhadores. Em 1930, apenas dezesseis anos depois, ele possuía um banco, milhares de ações e setenta e sete fazendas.

O trabalho assalariado é característica da lavoura cacauera

Chama a atenção, porém, o fato de que parte da literatura local afirma que nessa região havia apenas pequenos produtores e proprietários. Com esse quadro, os sujeitos foram expulsos da terra e um grande contingente foi obrigado a se tornar trabalhador assalariado; a característica da lavoura cacauera era o trabalho assalariado. Havia outras formas de exploração, como a que gerava a dívida dos trabalhadores para com seus patrões, porque eram obrigados a comprar os alimentos na fazenda (“barracões” ou “dispensa”), gerando uma espécie de escravidão por dívida.

O PCB, as esquerdas e a relação com os trabalhadores rurais

Desde a década de trinta, nota-se nos relatos dos grupos de esquerda, em especial o Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma

dificuldade de lidar com o trabalhador do campo, seja ele camponês ou assalariado agrícola. Nos relatos de uma Conferência do Partido Comunista Brasileiro, 1934, está registrado que durante três dias foram feitos debates sobre quem é o camponês, sobre quem é o trabalhador agrícola e sobre a classe que se devia trabalhar. Isso também pode ser demonstrado, em 1935, no que foi conhecido da “Intentona Comunista”, com o relatório do Miranda (secretário geral do PCB no Brasil), que descrevia o movimento do cangaço de lampião como guerrilha, que representava uma forma de unificação dos camponeses e como uma forma de movimento social, porém superdimensionando a situação e o quantitativo de sua estrutura. A Internacional comunista, acreditando que havia uma revolução em curso, envia membros ao Brasil.

A pauta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 1934

Em Ilhéus, 1934, foi criado um Sindicato de Trabalhadores Rurais, provavelmente o segundo do Brasil. Trazia em suas pautas a luta pela jornada de 8 horas diárias de trabalho, denunciava a existência do barracão e exigia o pagamento de hora extra, que a legislação criada para os trabalhadores urbanos fosse estendida para a zona rural, além de se de-

clararem como socialistas.

O Estado Novo: a repressão; anos 1950: o PCB e a retomada

Em 1937, em virtude do Golpe do Estado Novo, essa experiência foi interrompida, seus membros presos e o sindicato fechado. Voltam a se reorganizar, naquela região, em 1949, quando o PCB envia novamente membros com tal missão. Eles se disfarçaram de mascates para panfletar e, em 1952, conseguiram refundar o sindicato em duas cidades (Ilhéus e Itabuna). Um ano após, possuíam cinco mil filiados e, em 1963, já eram onze mil filiados. Mantinham as mesmas bandeiras de lutas, incluindo a reforma agrária.

O declínio do sindicato; o afastamento das pautas iniciais

Porém, por sua relação com o PCB (maioria dos membros era do Partido e saiu em 1956), esses militantes sofreram com os processos do partido e com o tempo, quando seus membros saíram do PCB, foram se afastando de suas pautas iniciais, fazendo uma campanha que “unificava” patrões e empregados sobre o preço mínimo do cacau. Assim, os fazendeiros poderiam pagar o salário mínimo apenas quando o governo garantisse um preço mínimo para o cacau.

O PCB esteve presente nas ações das Ligas Camponesas

O professor Marcelo afirma que irá levantar polêmica com os palestrantes em decorrência da relação do PCB com as Ligas e os Sindicatos, pois diverge dos demais quando afirmam que o PCB priorizava os Sindicatos já que não conseguiam burocratizar as Ligas, tendo em vista que as principais experiências de Ligas que partiram para o confronto armado foram organizadas a partir de membros do PCB. Assim, não concorda que o partido “abria mãos” das Ligas, apenas priorizavam a atuação em sindicatos, por sua leitura de conjuntura da época.

Sindicatos criados para desestabilizar o governo

Informou ainda sobre a intervenção dos Estados Unidos nesse processo do campo na Bahia, com a preparação de militantes para uma nova forma de produção agrária comercial; eles receberam apoio financeiro e estrutural para criar sindicatos e uma Federação (Fedag) para se contrapor aos trabalhadores ligados ao Partido Comunista – o objetivo era desestabilizar o presidente Jango. Com o Golpe de 1964, os sindicatos e a Federação ligada ao Partido Comunista são fechados e têm seus membros presos e perseguidos, enquanto os sindicatos e a Federa-

ção, que tinham o apoio dos Estados Unidos e de militares, continuam sua atuação.

A política de repressão e de espoliação dos índios

A questão indígena é forte na região e tem relação de fato com a Ditadura Militar, pois foram reprimidos desde a década de 1930, passando por processo de desorganização e negação de identidade (obrigados a se identificarem como caboclos). Em 1936, houve até a invasão por jagunços, polícia e exército de uma reserva indígena criada na década de 1920, com a alegação que se tratava de um foco comunista, de fato existiam dois sujeitos escondidos na reserva. Com base nessa situação, muda-se a política indígena, os índios deveriam conviver com os brancos para “evolúrem”, e as terras indígenas passaram a ser alugadas. Em 1974, em plena Ditadura Militar, o Governador Antônio Carlos Magalhães (ACM) transformou esses arredamentos em títulos de propriedade de terra, de forma ilegal. A Funai entrou com processo que chegou ao Supremo Tribunal Federal, o qual considerou, há cerca de dois anos, tornar nulos esses títulos concedidos pelo Estado, porém muitas lideranças morreram no processo.

Deve ser registrado que há situações que não entraram nas estatísticas da repressão da Ditadura

Militar e aparecem como simples disputas e conflitos de terra. Esses acontecimentos têm de ser denunciados. Apresentou exemplos, entre eles o de um major do Exército que “levou” o vírus da “Varíola” para uma tribo indígena a fim de dizimá-la e usar as terras para o plantio. Foi reafirmada a necessidade de serem disponibilizados os documentos da Ditadura para maior conhecimento dos casos, até mesmo dos “invisíveis”.

Debates

O professor Milton Pinheiro concordou que o capitalismo sempre impôs uma ditadura. Indicou a leitura do seu livro. Relatou a repercussão da revisão dos estatutos das universidades. Afirmou não existir na realidade preocupação com um golpe, mesmo com todas as manifestações reacionárias, pelo grande apoio de frações da burguesia ao PT.

Já o professor César Barreira concordou que o termo é Ditadura Militar, mas não retira o mérito do termo “Empresarial-Militar” ou “Burgo-Militar”. Acredita que caso siga essa lógica, deve haver outros elementos, como igreja-militar, etc. Afirmou que se impressionou com os relatos de tortura. Quanto ao contexto eleitoral recente, foi criada uma cisão na sociedade, nunca antes vista.

O professor Luciano Mendonça comentando a fala do professor

Marcelo Lins disse que, em relação à questão indígena, existem estudos sobre a construção da “Transamazônica”, com relatos de índios mortos e desaparecidos em sua construção, afirmou que isso deve ser contabilizado e colocada a responsabilidade desses fatos na Ditadura Militar. Assim como a repressão ocorrida a outras comunidades tradicionais, como os quilombolas, e os crimes do “Esquadrão da Morte” (anteriores à Ditadura Militar, mas que se intensificam com ela), e que a Comissão Nacional da Verdade não investiga. Sobre a denominação, em princípio não tem problemas com as denominações “Burgo-Militar” ou “Empresarial-Militar”, pois elas se aproximam do seu pensamento e é importante para um sindicato classista como o ANDES-SN esse cuidado. Mas, em relação ao termo “Civil-Militar” esse é de outra natureza, segundo seu ponto de vista, sendo um indício do conservadorismo e revisionismo que ocorre atualmente, relacionada às novas tendências que buscam minimizar o Golpe de 1964.

O professor Elídio Marques afirmou que as Comissões da Verdade, formadas a partir dos movimentos sociais e a do ANDES-SN fazem parte do movimento dos trabalhadores como instrumento de nossa classe, são uma perspectiva para o futuro, que busca a circunscrição da condenação moral sobre o que foi cometido e percebe as sementes negativas que a

Ditadura impôs de forma concreta, como a hierarquia, a dominação de classe no Brasil. Está ficando claro que a Ditadura Militar tem tentáculos espalhados por muitos campos que vão além de alguns mortos; inclui milhares de mortos, instituições, repressão a diversos movimentos, entre outras formas. Para tratar de uma política de superação e de reparação do que ocorreu, é necessário trabalhar esses aspectos. Citou o exemplo da Argentina. É necessário o aprofundamento de nossa própria visão das políticas que devem ser desenvolvidas nessa questão.

A professora Virgínia, da UFC e responsável pelos documentos da Comissão da Verdade da Uece/UFC, disse que a proposta é trabalhar com os documentos sobre a Ditadura Militar nas universidades. Acredita que se deve trabalhar em uma perspectiva de cruzamento de dados, pois observa, por meio dos materiais, acontecimentos relativos a outros estados. Afirmou que se deve pensar em como trabalhar os dados encontrados nos documentos, como forma de cruzá-los e socializar as informações com outras universidades. Acredita também que se deve cobrar dos responsáveis pelos atos.

Já o professor Eudes Baima citou dois aspectos: o primeiro, ainda que seja preciso o cuidado de não diluir o período da Ditadura Militar no contexto da violência histórica e continua no campo, é preciso destacar que a cassação legal das

Ligas Camponesas antecede a Ditadura Militar. O segundo refere-se à questão da repressão no campo e na cidade. Na cidade, o movimento foi obrigado a um recuo, com repressão focalizada na esquerda; no campo, esse elemento cirúrgico não ocorre, a repressão é massiva, não podendo ser ignorados os militantes de esquerda que estiveram presentes e que sofreram repressão. Apresentou como exemplo a questão indígena, pois acredita que devem ser desenvolvidos estudos dessa repressão no campo. Acredita que isso é importante para a contabilização. Também discutiu o aspecto da terminologia, afirmando que se deve ter o cuidado de associar a ideia de haver uma coligação de empresários e militares, pois pode cair em uma posição civilista; as forças armadas não são independentes, são parte de um Estado Burguês, sem que com isso se dilua a responsabilidade dos militares. A Comissão Nacional da Verdade, com suas limitações e contradições, é indigerível pelas classes dominantes. Acredita igualmente que deva ser prioridade a punição dos culpados.

O economista Antônio Campos afirmou que as discussões sempre trazem novos elementos que precisam ser estudados. Disse que é preciso admitir que nós tivemos uma das piores redemocratizações da América Latina. A esquerda abandonou a pauta e se preocupou com eleições. Apresentou dados da repressão e disse que é urgente a realização

de outros levantamentos reais. Por fim, parabenizou o ANDES-SN, pois para ele esses encontros marcam um grande avanço no tema.

O professor Marcelo Lins começou pelo questionamento da professora Virgínia, afirmando que acredita que todos devem ter a clareza de que esse processo não deve acabar com o relatório da CNV, que ele é apenas uma parte. Quanto ao questionamento do professor Elídio, observou que até hoje existe repressão no campo. Mas como ocorre atualmente? É igual ao acontecido da Ditadura Militar? Caso seja, não precisa responsabilizar a Ditadura Militar. Disse que tem certeza de que naquele período havia particularidades. É preciso responsabilizar a Ditadura por seus atos. Não havia preocupação em dar um “aspecto legal” a várias ações arbitrárias perpetradas, que eram justificadas apenas pelo combate aos comunistas e terroristas. Enfim, quanto à terminologia, afirmou que a sociedade se estrutura a partir da diferença de classe não de civil verso militar; não se pode compreender que os militares são independentes, mas ressaltou que temos que ver como isso se estrutura no debate historiográfico.

Considerações finais e recomendações

1. Todos os presentes foram contra a Lei da Anistia.

2. A justiça tem que prevalecer em relação aos crimes cometidos

pelos militares.

3. A história deve ser reconstituída e tornada pública, bem como relacionada com os resquícios atuais da Ditadura Militar.

4. Para além da discussão acadêmica sobre a terminologia empregada, tem que se dar importância aos responsáveis pela violência e repressão.

5. Sobre o sentido filosófico da palavra verdade, deve-se aplicar a ele uma espécie de padronização principalmente em relação às comissões que buscam apurar os fatos referentes às ditaduras.

6. As Seções Sindicais do ANDES-SN devem constituir e implementar em seus locais originais os GTs de História do Movimento Docente, a fim de articular a luta desenvolvida pelas Comissões da Verdade, organizando a documentação.

7. Em relação à atuação das CV nas Seções Sindicais, a Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Aduern SSind.) está reavaliando sua metodologia para o reinício dos trabalhos; a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana - Seção Sindical (Adufs SSind.) não conseguiu estruturar a sua, mas se engajaram na CV do próprio município; a Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista - Seção Sindical (Adunesp SSind.) apostou em organizar a CV da própria instituição Univer-

cidade Estadual Paulista (Unesp), porém está enfrentando dificuldades de trabalhar por interferência da reitoria; a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Santa Cruz - Seção Sindical (Adusc SSind.) está iniciando os trabalhos de levantamento de documentos que possam identificar ações repressivas em Ilhéus; na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a CV é composta por integrantes das três seções sindicais, o DCE a comissão é das

entidades de 3 Ads e o DCE. Em 2014, os trabalhos foram iniciados em três frentes: a primeira, de arquivo dos documentos das entidades, das universidades, dos órgãos de repressão; a segunda, de audiências públicas, com convite a professores e a estudantes da época para prestar depoimentos; e a terceira – política e pedagógica –, em articulação com outras comissões e movimento sociais, na realização em espaços públicos de atos públicos e de eventos.

Encontro da Região Sul/Sudeste

Data: 25 e 26 de novembro de 2014

Local: Auditório Manoel Maurício de Albuquerque – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ – Praia Vermelha | Rio de Janeiro

Horário: Início dia 25/11 às 9h30 | Término dia 26/11 às 18h

Tema: A Ditadura Empresarial-Militar e a Repressão aos Sindicatos e aos Movimentos Populares



Coordenação: Elídio Alexandre Borges Marques, Júlio Quevedo, Márcio Antônio de Oliveira, Edson Teixeira (membros da Comissão da Verdade) e Luís Acosta (integrante da Regional Rio).

Relator de todas as mesas: Edson Teixeira

Objetivos: analisar relatos que demonstrem as ações repressivas de órgãos e de agentes da Ditadura Empresarial-Militar sobre os movimentos sociais e políticos das cidades que foram o epicentro desses acontecimentos e identificar os registros dessas ações no interior das universidades.

Programação

Abertura com a participação dos seguintes convidados: Victória Graibois (presidente do Grupo Tortura Nunca Mais do RJ), Angélica Muller (da Comissão Nacional da Verdade), Angélica Lovatto (da Comissão da Verdade da Unesp) e Marco Aurélio Santana (da Comissão da Verdade da UFRJ).

Mediador: Elídio Alexandre Borges Marques

1ª Mesa: *Ditadura e Universidade: caminhos para superar a herança autocrática*

Palestrantes: Enrique Serra Padrós (professor da UFRGS); Francisco Miraglia (professor da USP) e Simone Silva (técnica-administrativa da UFRJ)

Mediador: Márcio Antônio de Oliveira

2ª Mesa: *Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça – Sessão de depoimentos*

Participantes: Ana Maria Ramos Estevão (professora da Unifesp); Mari-léa Venâncio Porfirio (professora da UFRJ) e Maria Auxiliadora Santa Cruz Coelho (professora da UFRJ)

Mediador: Alexandre Galvão





Reflexões, relatos e debates

A Comissão Nacional da Verdade resulta de muita luta

Victória Grabois ressaltou que as 93 comissões da verdade criadas no Brasil, com destaque para a Comissão Nacional da Verdade (CNV), é uma reivindicação dos movimentos sociais e da luta política da Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos, em que o Grupo Tortura Nunca Mais tem atuação de destaque. Ressaltou que nunca se abordou o tema da Ditadura brasileira como no período em que estamos vivendo. Destacou que se existe uma Comissão da Verdade, esta é a luta dos familiares de mortos e desaparecidos. Essa posição deve ser encaminhada à CNV.

É preciso punir os crimes de lesa-humanidade

É necessária a punição aos crimes de lesa-humanidade, com destaque para os ocorridos na Guerrilha do Araguaia, destacando que o Brasil já foi condenado por organismos internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Victória citou o apoio do ANDES-SN nesse processo, de reforço à condenação da Lei da Anistia de agosto de 1979. Além disso, relatou a expulsão de 19 alunos da Faculdade de

Filosofia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), durante o período da Ditadura, posteriormente reintegrados pelo reitor Aloysio Ferreira.

Fórum da CNV e comissões universitárias

Angélica Muller destacou a realização de um fórum entre a CNV e 14 Comissões Universitárias, garantindo a produção de um capítulo sobre o tema no relatório final da CNV.

Tentativas de oitivas com representantes das Asis-SP

Mencionou, ainda, que em oitivas com representantes do aparato repressivo, lotados na Assessoria de Informação e Segurança de São Paulo (Asis-SP), foi negado qualquer ato relacionado à morte do estudante da USP, Alexandre Vannuchi Leme, assassinado em 13 de março de 1973, e ao desaparecimento da professora da USP, Ana Rosa Kucinski Silva, em 22 de abril de 1974, ilustrando uma dificuldade nos trabalhos da comissão, haja vista que os casos mencionados são de público reconhecimento da ação repressiva no período ditatorial.

Ação da Ditadura persiste com a democratização

Afirmou ainda que entidades educacionais – como a Fundação Padre Anchieta – colaboraram

com a repressão pagando salários de agentes. Destacou as violações de direitos humanos ocorridas na Universidade de Brasília (UnB), Universidade do Estado de São Paulo (Unesp) e na Universidade Federal do Pará (Ufpa), registrando a morte de um estudante nesta universidade, em 1981. Fatos que revelam que a ação da Ditadura persistiu num contexto de redemocratização. Além disso, apontou que a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), criada pelo governo João Goulart, e que agrupava cursos de medicina e de outras áreas, foi destituída pelo Golpe de 1964.

As comissões universitárias devem continuar a pesquisa

Angélica Muller sugeriu que a Comissão Nacional da Verdade é um ponto de partida das comissões universitárias, indicando que novas pesquisas devem ser realizadas, diante da incidência do tema e do acervo a ser disponibilizado. Por fim, parabenizou a atuação do ANDES-SN na luta por memória e justiça.

A criação da Rede Nacional de Comissões da Verdade universitárias

Angélica Lovatto destacou a insuficiência da Comissão Nacional da Verdade diante dos desafios da memória e da luta por justiça no país. Registrou a formação de

uma Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias, em que 19 comissões estão filiadas e trocando informações. Nesse sentido, propôs a integração entre as citadas e a CV do ANDES-SN no intuito de dinamizar as ações políticas para além do relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

A importância do ANDES-SN participar desta luta

Marco Aurélio Santana saudou a importância do ANDES-SN como representante de um movimento social significativo ter uma Comissão da Verdade que possa estimular pesquisas e intervenções na sociedade. Chamou a atenção para a persistência dos elementos da Ditadura na democracia atualmente, reafirmando a importância do engajamento do ANDES-SN no enfrentamento a essa realidade.

A Comissão da Verdade da UFRJ

Sobre a Comissão da Verdade da UFRJ, relatou as dificuldades encontradas pelos membros da comissão em decorrência das atribuições profissionais, destacando que continuam a exercer suas funções, impossibilitando uma dedicação exclusiva. Relatou, ainda, que além das perseguições, os trabalhos realizados demonstram a existência de casos de estudantes perseguidos no período ditatorial que se afastaram da universidade, reingressan-

do aos estudos posteriormente.

O relatório da CNV é início de uma disputa ideológica

Marco Aurélio apontou que os resultados das comissões devem ser compreendidos como uma abertura de caminhada, mais do que um encerramento das atividades, haja vista que os relatórios das comissões – com destaque para o relatório da Comissão Nacional da Verdade – criará uma disputa ideológica entre os setores conservadores e as respectivas comissões na sociedade brasileira.

1ª Mesa: “Ditadura e Universidade: caminhos para superar a herança autocrática”

Palestrantes: Enrique Serra Padrós (professor da UFRGS); Francisco Miraglia (professor da USP) e Simone Silva (técnica-administrativa da UFRJ)

Mediador: Márcio Antônio de Oliveira

Memória e justiça são correlatas, não correspondentes

Henrique Padrós afirmou que a luta por memória e pela justiça, embora correlatas, não são correspondentes. Ou seja, a primeira não corresponde a segunda. Enfatizou as dificuldades para desenvolver uma comissão da verdade no âmbito das universidades, des-

taçando o exemplo da UFRGS, e apresentou um relato de várias atividades realizadas no ano de 2014, na UFRGS, como seminários realizados para comemorar o cinquentenário do Golpe de 1964.

Em 2014 celebramos 50 anos de impunidades

Para ele, 2014 é o ano que celebra 50 anos de impunidade e, nessa direção, na UFRGS, também foram realizadas atividades como atos em homenagem aos militantes mortos pela Ditadura e ações de extensão em escolas da educação básica envolvendo mais de 600 crianças.

Regime de 1964: violência estatal e terrorismo de estado

O professor sugeriu a incorporação – pela Comissão Nacional da Verdade – do conceito de violência estatal e terrorismo de Estado como forma de caracterizar o regime de 1964. Reivindicou a necessidade dos reitores e dos presidentes da República pedirem perdão pelos atos cometidos durante a Ditadura, combatendo o esquecimento que prevalece sobre o tema.

Agenda social pro memória e justiça

Henrique exibiu slides que ilustraram um evento ocorrido na

UFRGS, debatendo os 50 anos do Golpe de 1964, que contou com a participação de, aproximadamente, 1.700 pessoas, sendo que 80% dos presentes tinham menos de 22 anos. Ressaltou, em sua exposição, a expressão das pessoas ilustradas nos slides, que revelam o interesse pela temática. Por fim, salientou a pesquisa sobre o período como uma tarefa valiosa, sugeriu ser fundamental a criação de uma Agenda Social em torno da memória e da justiça.

CNPQ, curriculum lattes e produtivismo

A defesa de que a despolitização não é apenas nas ciências exatas, mas também nas ciências humanas, foi demonstrada com o exemplo do curriculum Lattes, contido na plataforma do CNPQ, que é demarcado por um critério produtivista, recusando um curriculum de intervenção social, que no seu entender deveria ser o critério.

Reparações, responsabilização dos culpados e justiça

Sobre o debate em torno da ressignificação dos espaços de memória, sugeriu que também é imperativo trazer à tona os responsáveis pela construção da memória dos vencedores, no sentido de denunciar sua colaboração e ressignificar a função que exercem e como exercem. Apontou um dilema sobre a de-

núncia dos colaboradores da Ditadura que ainda permanecem ativos na universidade e as implicações que essa ação traria. Debateu a necessidade das reparações pelas atrocidades da Ditadura caminhar no sentido da responsabilização dos culpados, pois só a reparação não cumpre o papel de justiça. Enfatizou que o ambiente universitário, regra geral, é um espaço em que os direitos humanos não fazem parte do cotidiano profissional, exemplificando a relação fria e desumana que ocorre entre os professores e os funcionários técnicos-administrativos e terceirizados, exemplificando a despolitização como um todo na universidade.

O pós-64 com greves das universidades estaduais paulistas

Francisco Miraglia iniciou denunciando que a Comissão da Verdade da USP, criada pela Reitoria, é uma comissão “chapa branca”. Sugeriu que é necessário articular o que ocorreu no Brasil pós-1964 com as greves das universidades estaduais, recentemente, haja vista que a gestão da USP é demarcada pelo domínio de uma elite raquítica intelectualmente com uma volúpia de poder configurando um quadro oligárquico na referida universidade, uma espécie de capitania hereditária. Para ele, esse não é um quadro só da USP, mas do ensino público universitário como um todo.

O Código Disciplinar da USP é cópia fiel do 477/69

Democratizar estruturalmente a USP é democratizar no sentido da memória, da justiça e da verdade. Ou seja, o desafio é estrutural. Denunciou que vigora na USP um código disciplinar que é a cópia fiel do Decreto nº 477/69, consubstanciando a necessidade de um debate atual estrutural sobre Memória, Verdade e Justiça. Reforçou a tese de que são necessárias sessões públicas para averiguar os crimes cometidos no período da Ditadura e citou os casos de aposentadoria de docentes compulsoriamente, após o Ato Institucional 5 (AI-5) de 13 de dezembro de 1968.

Crimes da Ditadura não prescrevem

Miraglia concordou com a necessidade de desculpas oficiais pelas perseguições ocorridas na sociedade brasileira. Analisou que os crimes cometidos pela Ditadura, ao contrário do preconizado pelos defensores da Lei da Anistia, não prescrevem e, por isso, devem ser investigados e punidos. Sugeriu que a garantia de que a Ditadura não se repita é um desafio que requer aumentar a consciência coletiva da universidade e da sociedade como um todo, logo, corroborando sua tese de que esse é um debate estrutural da sociedade brasileira.

O modus operandi atual: destruição da reflexão crítica

Analisou que o processo de coação da Ditadura e o produtivismo acadêmico, bem como o “milagre brasileiro”, difundiram um modus operandi na universidade e na sociedade, que é a destruição da capacidade de reflexão crítica, situação que precisa ser transformada.

Miraglia afirmou que na universidade há uma relação social entre funcionários, professores e uma aristocracia acadêmica. Destacou que, na USP, as ciências exatas são mais politizadas que as ciências humanas, exemplificando a politização dos integrantes da Faculdade de Matemática, da qual é membro. Portanto, inferiu que é preciso relativizar a politização das ciências humanas, que são cada vez mais reacionárias.

Fomento à pesquisa: um modelo indesejável

Sobre o fomento à pesquisa, Francisco Miraglia apresentou uma metáfora para exemplificar o que ocorre nas universidades dentro da ordem produtivista hegemônica: de um lado está o “banqueiro” do CNPQ e de outro o estudante. Aquele é um escravizador de discentes. Testemunhou que compartilhou amizade com o cientista César Lattes, que era um ferrenho opositor aos cursos de mestrado e doutorado e suas interferências

em pesquisas qualitativas de interesse público relevante. Lamentou que seu sobrenome regule a relação produtivista dos docentes universitários atualmente.

O desafio é redemocratizar a sociedade

Em relação a ressignificação dos espaços de memória, destacou que os símbolos são fundamentais para a construção de uma identidade dos oprimidos, mas ressaltou que não podem estar dissociados das lutas estruturais, do embate político presente. Destacou que, no Brasil, houve uma transição conservadora, e o desafio está em redemocratizar a sociedade. Exemplificou a necessidade de uma reforma tributária, haja vista que a população mais pobre paga 70% dos impostos diretos.

Pesquisa universitária e o modelo MEC/Usaid

Em relação às pesquisas universitárias, o professor frisou que a burguesia não elimina seus projetos definitivamente. Ela os reapresenta em momento oportuno. E o que está vigorando na universidade brasileira é o acordo MEC/Usaid do período ditatorial, reatualizado com o Prouni e outras formas de ação.

A verdade deve levar ao direito, não limitá-lo

Simone Silva abordou a correla-

ção do processo de financiamento da pesquisa científica no Brasil, tendo como referenciais seus estudos de mestrado e de doutorado. Em seu mestrado, ateu-se ao período da Ditadura e, agora, cursando o doutorado, examina essa temática após a redemocratização. Em relação ao tema da verdade, memória e justiça, problematizou a necessidade de se questionar o conteúdo dessa verdade, pois, no seu entendimento, deve ser uma verdade que leve ao direito e não limitar esse direito.

A importância das ações de desagravo

Discorreu, tendo como base ações desenvolvidas no âmbito da mobilização na UFRJ, sobre a importância das ações de desagravo como forma de recuperar a memória dos que foram perseguidos dentro da universidade, citando a luta pela cassação do título de doutor honoris causa dedicado ao presidente Emílio Garrastazu Médici no Conselho Superior da UFRJ.

Financiamento e perda de autonomia do pesquisador

Retomando seu argumento inicial, explicou que é necessário verificar quem são os integrantes da Capes e do CNPQ e em que matriz teórica atuam. Suas pesquisas sobre o período da Ditadura permitem confirmar que o financiamento da pesquisa tinha

um objetivo claro: retirar a autonomia do pesquisador, controlar sua pesquisa e o inserir numa lógica de conhecimento produtivista.

O empresariamento da pesquisa universitária

Disse que, se houve colaboração de setores capitalistas financiando a Ditadura, configurando uma Ditadura Empresarial-Militar, também houve um empresariamento da pesquisa universitária.

A produção acadêmica e a linha de montagem clássica

Simone destacou que a “produção acadêmica” atual se assemelha a uma linha de montagem clássica, banindo o pensamento crítico e reforçando a pesquisa que beneficie as empresas. Chamou a atenção da presença de militares no CNPQ e como a lógica produtivista se manteve, dado colhido em suas pesquisas de mestrado e de doutorado. Outro elemento que surge em suas pesquisas é que o empresariamento das pesquisas nas áreas exatas é produto da despolitização e imposição dos interesses das empresas privadas, violando a autonomia universitária. Lamentou o silêncio dos integrantes da universidade em relação as formas de coação e coerção ocorridas no período da Ditadura e que se mantiveram no interior da UFRJ e na sociedade de modo geral.

Debates

A professora Luciana Boiteux, da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Seção Sindical do ANDES-SN (Adufrj SSind.), fez uma reflexão sobre a existência da crítica política na área de exatas na década de 1960 e o conservadorismo nos dias atuais. Analisando os editais de pesquisa e de financiamento, questionou se o que estamos vivendo não é a privatização das universidades públicas, iniciada com a Ditadura, e sua atualização no tempo presente. Ressaltou as iniciativas realizadas no campus da UFRJ no que tange a recuperação da memória e a cassação do título honoris causa cedido ao ditador Emílio Médici.

O professor Elídio Marques apresentou uma análise do que representa a Comissão da Verdade do ANDES-SN como um instrumento de intervenção na sociedade e reforçou o sentido de construir uma pauta de superação da Ditadura no Brasil e na sociedade brasileira.

Já o professor Cláudio, da Adufrj SSind., fez uma reflexão sobre a militarização que ocorre na faculdade e no seu entorno, bem como em toda a sociedade, com destaque para o Rio de Janeiro, e a necessidade da resignificação dos espaços públicos que homenageiam ditadores e agentes da repressão.

2ª Mesa: “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça” – Sessão de depoimentos

Participantes: Ana Maria Ramos Estevão (professora da Unifesp); Mariléa Venâncio Porfírio (professora da UFRJ) e Maria Auxiliadora Santa Cruz Coelho (professora da UFRJ)

Mediador: Alexandre Galvão

Depoimento de Ana Maria Ramos Estevão

Seu depoimento é semelhante ao já prestado à Comissão de Anistia. Trata essencialmente de sua prisão e torturas sofridas durante a Ditadura.

Fui presa em minha casa, em 1970, pela Operação Bandeirante (Oban), em São Paulo. Não havia documento com ordem de prisão e os homens que me sequestraram estavam fortemente armados. Junto comigo também foram sequestrados uma companheira militante e o presidente da UNE à época, que foi jogado no carro baleado, após tentativa de fuga. O transporte estava com logotipo do jornal Folha de São Paulo. Fomos todos imediatamente encapuzados.

O interrogatório foi feito com torturas de choques, pau de arara e cadeira do dragão. Jovens do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) presenciavam as torturas e em alguns momentos contribuíam com ela. Já identifiquei vários de meus torturadores, citando

seus nomes. Depois que fui transferida para o DOPS, os interrogatórios continuaram pelo delegado da equipe do Fleury, permanecendo na ala feminina do presídio Tiradentes até 1971. Durante vários anos, acordei aos gritos à noite em decorrência dos choques. Fui presa novamente em 1972, à época estava presidente do C.A. de Serviço Social. Fui retirada da sala de aula sem saber que estava sendo aguardada do lado de fora por agentes da repressão. Permaneci presa durante uma semana, sendo novamente presa em 1973, também por um curto período.

As pessoas que sofreram essas violências nesse período, como eu, eram em grande parte pessoas de classe média, mas muitos operários que tinham sido presos já tinham sido dizimados. Verifiquei que também constavam da lista de presos e perseguidos militantes da igreja e da cultura, pois a repressão fazia distinção de classe. A classe média passava pela tortura, mas tinha tratamento diferenciado da classe operária.

Diferente da Argentina, os locais em que as torturas se tornaram centro de memória, o presídio Tiradentes foi demolido pela Ditadura. Por isso, nossa principal tarefa é recuperar a memória da Ditadura e da tortura, pois hoje negros e pobres continuam sendo torturados. Daí a importância de depoimentos em Comissões da Verdade e de justiça, como esse que faço, pois estarei sempre pronta

para continuar denunciando os crimes da Ditadura.

Depoimento de Mariléa Venâncio Porfírio

Particpei do movimento estudantil (JEC e JUC), em Juiz de Fora, e da Ação Popular (AP) e, por isso, fui presa em dezembro de 1971, em Belo Horizonte, já exercendo a profissão de assistente social.

Minha motivação para prestar estes depoimentos deve-se ao meu trabalho junto a mulheres vítimas de violência doméstica, que não conseguem denunciar a violência que sofrem.

Como participei de grupos compostos da pequena burguesia e depois com grupos operários, os órgãos da repressão, ao me interrogarem e me torturarem, tentaram extrair informações, acreditando que eu era um alto membro da organização clandestina, o que não era verdade. Tenho ainda lapsos de memória quando tento me lembrar de nomes e de eventos desse período em que estive presa e sofrendo torturas. Lembro, contudo, que ao ser presa, no dia 2 de dezembro, com apenas o dinheiro que tinha e as roupas, fui empurrada para um furgão, chegando na sede do DOPS de Belo Horizonte encapuzada. Na sala, arrancaram minha roupa e fiquei completamente desnuda. Estava com 20 anos à época. Eu me pergunto agora, por que nunca se discutiu nas or-

ganizações de esquerda como enfrentar um torturador? Então, no primeiro dia, fiquei sem roupa o dia todo. Ficamos todos sentados numa sala, de costas, sem poder conversar. A gente só escutava gritos. No segundo dia, iniciou-se o “festival” de torturas. Em meio às perguntas sobre o movimento estudantil, sofríamos choques nos dedos e ouvidos. Do terceiro dia em diante, fomos submetidas à cadeira do dragão e ao “afogamento”.

Após dias presa em BH, fui jogada em um carro, de capuz e acompanhada de uma companheira, e depois de três horas chegamos ao quartel Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Ali, se repetiram as práticas: fico desnuda, isolada e me levam para um canto com holofote. Em seguida, me levaram para a cela. Isso se repetiu por mais alguns dias. Depois, voltaram comigo para BH e recomeçaram os interrogatórios. Fui informada pelos agentes da repressão que antes da minha prisão um agente havia sido colocado na porta da minha casa para me vigiar durante uma semana, o que me causou surpresa e indignação. Durante minha ausência, entraram em casa para investigar meus pertences. Após quinze dias de prisão, fui informada que apesar dela não dizer nada, a direção já havia dado informações. Um membro da organização me disse que já tinha falado tudo e que não precisavam mais me torturar. Quando vi o membro da organiza-

ção dizendo aquilo, fiquei desnortada e me senti muito destruída. Minha mãe ficava na porta do DOPS todos os dias. Os agentes me torturavam emocionalmente, falando-me que minha mãe tinha tido um enfarte porque ela não colaborava.

Em seguida, fui transferida para um quartel de Juiz de Fora. Lembro que a jovens enfileirados lhes eram perguntados se conheciam os presos. Fui solta, mas permaneci em prisão domiciliar. Não podia sair, e um agente ficava sempre na porta de minha casa.

Em 1972, fui para São Paulo. Permaneci no Brasil, mesmo tendo opção de ir para o exterior. Fui a julgamento, respondi processos por três situações, decorrentes de três processos, mas fui julgada em um processo chamado “Pequena Burguesia” e aí condenada. Cumpri pena em JF em um colégio e também os direitos políticos por 10 anos.

Quando finalmente fiquei em liberdade, no final de 1973, não consegui arrumar trabalho. Após a Anistia, em 1984, obtive novamente um documento de identidade, já que o anterior havia sido confiscado na Ditadura. Fiz mestrado e trabalhei posteriormente nos movimentos sociais no Rio de Janeiro. Demitida que fui de meu emprego à época da prisão, até hoje não consegui ser reintegrada, o que configura mais uma forma de tortura.

É preciso que a justiça seja feita. A cada momento, parece que ainda estão tirando alguma coisa de dentro de mim. Contudo, vou

lentamente conseguindo expurgar o que ficou entranhado. Por isso, milito para que a justiça seja feita.

Depoimento de Maria Auxiliadora Santa Cruz Coelho

Seu depoimento é semelhante ao já prestado à Comissão Nacional da Verdade.

Meu irmão é Fernando Santa Cruz, desaparecido político da Universidade Federal Fluminense em 23 de fevereiro de 1974. Apesar de não ter sofrido tortura física na Ditadura, a perda de um irmão, morto pela Ditadura, e nunca encontrado, me é tão doloroso, ou mais, quanto a tortura sofrida pelos ativistas. Fernando foi preso pela primeira vez em 1966 durante a passeata em Recife contra o programa MEC/Usaid. Nosso pai era médico sanitário. O juiz telefonou informando que Fernando havia sido preso, porque ele teria dito que era menor de idade e por isso ele foi parar do juizado de menores. Meu pai ligou para o advogado, que o aconselhou como deveria agir para tirar Fernando do juizado. Fernando contribuía financeiramente e dava a chave do apartamento para os membros da AP. Após seu desaparecimento, iniciamos por sua procura em quartéis, OAB, ABI, etc. Além de Fernando, tive também uma irmã presa no Rio de Janeiro.

Meu irmão foi casado e teve um

filho, meu sobrinho, que hoje é presidente da OAB no RJ. Meu sobrinho relatou que viveu momentos de tensão, pois qualquer guarda que via na rua imaginava ser o homem que matou seu pai. Em 1982, no rastro das cartas-bomba que matavam ativistas, participei de uma passeata, levando a foto de meu irmão. No dia seguinte, fui chamada ao gabinete da reitoria da Universidade Santa Úrsula, em que trabalhava, para me perguntarem por que eu não tinha dito que era irmã de Fernando. No final do ano, fui demitida. Continuei participando ativamente da luta pela Anistia e, até hoje, continuo militando, indo para as passeatas.

Na UFRJ, em 2009, vivi momentos de tortura psicológica. Recebi um telegrama da divisão de saúde do trabalhador dizendo que uma carta havia sido enviada pela minha chefe para a perícia psiquiátrica. Diante da psiquiatra, confirmei que costumo falar do meu irmão na primeira aula dos cursos que ministro, para reavivar a história do país. Eu tive três quedas do tablado e aquilo que era um acidente de trabalho virou estopim para a investigação. A audiência parecia até um interrogatório do DOI-CODI. Lembro que a psiquiatra usou de métodos que não se diferenciaram da tortura da época da Ditadura e, para meu espanto, ela me disse que entre os docentes aquele procedimento não era tão comum, mas entre os técnicos-administrativos, era. Fui até

as últimas consequências para ter acesso à carta.

Comentários finais

Ao final dos depoimentos, foi ressaltado que o Estado brasileiro deve muito a todos os familiares que perderam seus entes no período ditatorial. No que diz respeito aos mortos e aos desaparecidos, foi feito muito pouco pelo Estado. O governo de Dilma Roussef deve ter a coragem de abrir os arquivos da Ditadura.

(Foi apresentado um vídeo sobre Fernando Santa Cruz, contextualizando historicamente a Ditadura, e relatos da família sobre a trajetória política e sua prisão.)

3ª Mesa: “Dispositivos autoritários e repressivos nos movimentos sociais contemporâneos”

Palestrantes: Thiago Mello (integrante do Instituto Defensores de Direitos Humanos/Rio); Carlos Bittencourt (integrante do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase/RJ); Vitor Lima Guimarães (coordenação do MTST/RJ)

Mediador: Elídio Alexandre Borges Marques

As Jornadas de Junho

As “Jornadas de Junho”, que trouxeram uma série de demandas importantes da sociedade brasilei-

ra – por democracia real, serviços públicos e gastos excessivos com os megaeventos e mesmo contra a violência policial –, enfrentaram as tradicionais respostas a movimentos de reivindicação: a repressão e a criminalização. E isso aconteceu exatamente quando nos propomos a “rememorar” os 50 anos do Golpe e a fazer o balanço dos 25 anos da “Constituição Cidadã”.

O modelo de desenvolvimento excludente e autoritário

Esta violência está vinculada a um certo modelo de desenvolvimento e que não existe apenas no Rio de Janeiro, mas que se expressa no Brasil afora por megaempreendimentos. Nas cidades, tal modelo também é caracterizado pelo seu caráter excludente e autoritário. Percebe-se que esse modelo pretende que a população pobre não ameace os negócios, como a elite os concebe. Os expedientes utilizados pra isso têm, até mesmo, sua nomenclatura originada na Ditadura, um dos mais importantes é o “auto de resistência”, que justifica a grande dizimação de jovens negros pobres e da periferia do Brasil. Também são lançados expedientes como as barreiras acústicas, os “caveirões” – que vêm de Israel e da África do Sul – e os “ecolimites”, quando se perseguem certos interesses da especulação imobiliária. O uso de uma favela cenográfica como lugar de treinamento de policiais

denota o tipo de abordagem que o poder público faz sobre certos setores e locais de moradia.

Bope e Militarismo têm raízes na Ditadura

Portanto, não falamos de meros resíduos, mas de algo importante que restou e que é permanentemente ressignificado. Se tomarmos o Bope e o Militarismo de forma geral, estaremos diante das áreas que mais recebem investimentos no campo da segurança e são elementos cujas raízes se vinculam à Ditadura.

Perdas e ganhos com as jornadas

No processo das Jornadas de Junho, houve conquistas – evitou-se a demolição da Escola Municipal Friedenreich e de outros aparelhos esportivos no entorno do Maracanã – mas houve também derrotas significativas e que permanecem, ainda, com a utilização de mecanismos autoritários.

Prisões coletivas e injustificadas: os artifícios do poder

O uso da figura do desacato, um tipo penal que cria uma espécie de privilégio de proteção a certos agentes públicos é, na realidade, uma reversão da contestação do abuso de poder. Ou seja, quando

se contesta um abuso de poder, há o risco de se ter que responder por desacato. Tivemos flagrantes forjados, com pessoas que tiveram objetos colocados em suas mochilas, ou mesmo carros quebrados pela própria polícia, para provocar prisões. Quebras de sigilo telefônico e na internet, até mesmo de advogados ativistas, foram verificadas, violando o princípio da ampla defesa. Isso viola a garantia de que a defesa possa ser discutida antes de se decidir qual versão final virá a público. No caso do Instituto de Defensores de Direitos Humanos, entre os assistidos estão vítimas do próprio Estado, como a família do Amarildo. Essas comunicações foram devassadas.

Disseminação de armamento “menos” letal – que também mata

A utilização de armamento “menos” letal (inalação de gás, atropelamento ou outras causas “naturais”) foi adotada com o suposto objetivo de dispersar. E mesmo o uso de armamento menos letal provocou várias mortes; 24 mortes em todo o país por diferentes motivos decorrentes dessas ações; só no Rio de Janeiro, 10 mortes ocorreram na Favela da Maré.

A repressão foi preparada

É importante lembrar que não

foi algo improvisado. Na preparação do PAN, houve a chacina do Alemão com 19 mortes; em 2012, com recursos ou linhas de financiamento voltadas para a Copa, foram construídas quatro cadeias e, em 2013, com esses mesmos investimentos, foram comprados oito “caveiões”, mostrando que há um planejamento da atividade repressiva. Outro exemplo dessa preparação, é que para a Copa das Confederações estavam mobilizados 3700 militares, 500 viaturas e oito helicópteros. No final da Copa do Mundo, havia 26 mil soldados para 3 mil manifestantes que ficaram presos na Praça Saens Peña por muitas horas, sem nenhuma possibilidade de sair. Tudo isso se deu por uma orientação política: tratar os protestos de um ponto de vista policial arbitrário.

O tratamento inadequado dado pela mídia aos fatos

Um dado importante também é o de que 133 jornalistas e comunicadores foram agredidos, sendo mais de 70% pela polícia, segundo a Associação dos Jornalistas Investigativos. Porém, o tratamento dado pela mídia foi completamente distorcido. Até mesmo a observação dos fatos reais em torno da morte do jornalista Santiago mostra que há um processo inquisitorial que visou culpabilizar todos os manifestantes.

Leis utilizadas contra as manifestações

A proibição das máscaras, que é algo completamente fora da competência da Assembleia Legislativa; a discussão da tipificação do crime de terrorismo, um tipo penal absolutamente aberto para permitir o enquadramento de movimentos sociais; a apresentação da proposta que eleva de 8 para 12 anos a pena de um dano ao patrimônio provocado durante um ato, numa demonstração totalmente desproporcional, passando a considerar essa ação como uma das mais graves; a própria Lei de Segurança Nacional, que advém da Ditadura, foi usada em SP; a nova Lei de Organizações Criminosas foi utilizada contra os manifestantes. Até a lei contra milícias foi usada, o que é uma lição para não pensarmos o Direito Penal como forma de defender direitos, já que é sempre seletivo, ou seja, sempre fará uma escolha dos que serão atingidos pelas respostas penais.

A desmilitarização é fundamental para que a democracia avance

Das questões que são estruturantes na tradição autoritária e que foram alimentadas na Ditadura uma é o Militarismo. Trata-se de uma opção da Ditadura que é muito racional. Ter um aparelho marcado pela subordinação prati-

camente cega e uma recompensa que não é salarial. Um conjunto de valores que não são os democráticos, mas dizem respeito à disciplina, à “honra”. Uma ideia de um corpo em separado, com missão própria. A defesa da desmilitarização é fundamental – não apenas o fim da PM, mas do que há de militarismo na polícia civil.

A democratização da mídia é também fundamental

A criminalização não é feita apenas pelo Estado, mas antes, muitas vezes, pela própria mídia. Isto que se explicitou nas manifestações não é algo alheio ao dia a dia. A criminalização da população que luta para sobreviver é recorrente.

O caso emblemático de Rafael Braga

Um dos casos emblemáticos dessas arbitrariedades é o de Rafael Braga, o único condenado, no caso a cinco anos de prisão. Portava produtos de limpeza que foram manipulados para configurar que se tratasse de artefato explosivo. Mesmo com todo o acompanhamento, sofreu arbitrariedades. E pelo simples fato de tirar uma foto em frente a uma pichação, sofreu a sanção de dez dias de isolamento. Na verdade, um preso jamais pode ser impedido de falar porque é a forma pela qual ficamos sabendo das arbitrariedades,

a exemplo da carta do Frei Tito, uma das mais fortes denúncias de tortura no Brasil.

A permanência autoritária no Estado

O próprio Geisel dizia que a transição deveria ser lenta, segura e gradual e que era um processo de diástole (relaxamento), sugerindo que há sempre uma sístole (contração), refletindo uma visão da permanência autoritária no Estado brasileiro.

O Brasil passou por um processo de reprimarização econômica e passou a haver mais interesse em terras que antes não eram produtivas, como indígenas, quilombolas ou tradicionais. Antes havia o argumento da questão de segurança nacional, enquanto hoje há toda uma alegação de utilidade pública ou interesse nacional. No caso da mineração isso significa, por exemplo, que não há como impedir que a atividade aconteça, nem por estar tendo outro uso e nem mesmo pela propriedade privada daquela terra.

O colonialismo interno

Uma ideia que pode ser interessante para se tratar disso é a do mexicano Juan Pablo Casanova que fala do “colonialismo interno”, aquele que se manifesta dentro do próprio país. Isso se articula com a percepção construída de “espa-

ços vazios”, que seriam aquelas vastas áreas a serem ocupadas de forma produtiva, concepção que foi reforçada pela Ditadura. Essa é a lógica do sul-sudeste: expandir sua forma de funcionamento para as demais regiões. É importante observar que essa concepção da fronteira está muito relacionada à lógica da guerra, do inimigo, de alguém que precisa ser derrotado. A ideologia do vazio demográfico foi um instrumento para esse colonialismo também.

Mega empreendimentos; escalas esmagadoras; novo extrativismo

Carajás, que é um símbolo de projeto que vem da Ditadura, produzia 15 milhões de toneladas à época. Hoje, o projeto é de que apenas uma das serras, a serra D, produza 90 milhões de toneladas (a produção atual já é de 100 milhões). E tudo para exportação a preços literalmente de banana, algo como 80 dólares a tonelada. Isso conduz ao ponto dos megaempreendimentos, que é uma marca autoritária. A lógica das escalas esmagadoras é muito importante. O agronegócio seguiu o mesmo caminho, com efeitos de desmatamento e um modelo de pouca gente, muitas máquinas. E o agronegócio é extrativismo, não é agricultura no sentido próprio. Leva enormes quantidades de água, sendo de longe o maior destino do uso da água.

Outros projetos: pré-sal, mineroduto, hidroelétricas

Temos ainda o pré-sal, um empreendimento muito temerário, justificado pelo pouco impacto que teria quando, na realidade, o trânsito de navios ligados à indústria tecnológica reduzirá brutalmente a capacidade pesqueira na baía de Guanabara. Um exemplo de empreendimento desse tipo é o do mineroduto, que utiliza uma enorme quantidade de água. O projeto em curso é o do maior mineroduto do mundo e chegará até o porto do Açu, um empreendimento do Eike Batista. Outro exemplo é o de Belo Monte e as hidrelétricas do Rio Madeira, sendo que só a mineração deverá consumir em torno de 15% da energia elétrica produzida no Brasil.

A luta pela terra dá lugar à luta pelo território

No que se refere a repressão, é importante observar algumas alterações que têm tornado mais complexa a questão e a luta. A luta pela “terra” vai dando lugar à luta pelo “território”, que inclui o uso da água, dos recursos. Mas do ponto de vista dos conflitos, também há alterações. O relatório da CPT é elucidativo sobre isso. Um símbolo de disputa foi o de Eldorado dos Carajás; com a destruição do garimpo, algumas pessoas vão à luta pela terra.

As investidas sobre as reservas dos indígenas e quilombolas

A questão indígena, neste cenário, é muito importante. Há uma série de iniciativas legais que busca desassociar as terras indígenas do território, propondo que tudo o que há na terra indígena – a água e o subsolo – estaria sob a égide do “interesse nacional”. Há fortes interesses que buscam hoje usurpar direitos de indígenas e quilombolas.

O papel do estado a favor dos interesses do capital

O papel do Estado continua a ser muito central e isso se revela de muitas maneiras. Uma delas é a atuação em favor de grandes interesses privados quando desapropria pequenos proprietários por valores completamente aviltados. Os “avaliadores” chegam a utilizar pedaços de papel, numa completa informalidade, para registrar os valores a serem recebidos. Importante perceber que há um processo orquestrado contra as diferentes resistências.

A sordidez é mais um elemento de paralelo entre o que acontece nesses conflitos e a Ditadura. Como exemplo, pode-se citar a situação, verificada em Conceição de Mato Dentro, em que foi construída uma barragem que tornou o rio um córrego barrento. Diante da reclamação de uma moradora que

afirmou que antes lavava roupa no rio, o secretário de meio ambiente afirmou que essa atividade era poluidora e que a obra havia recebido o licenciamento ambiental. Nesse terreno dos conflitos socioambientais, há muitos elementos de continuidade entre a Ditadura e o que ocorre hoje, e ainda estão no início as nossas descobertas sobre o assunto.

Os caminhos para a obtenção da moradia

A possibilidade de obtenção de moradia no Brasil hoje passa, basicamente, por duas possibilidades para os sem-teto: ou a construção pelo poder público ou pelo próprio movimento. Em Brasília, há um mecanismo pelo qual aqueles que participam de algum ato, de alguma ocupação de luta por moradia, são excluídos da “fila”, e isso está previsto na lei. Tal fato revela uma racionalidade autoritária. De outro lado, para participar do “Minha Casa Minha Vida Entidades”, a entidade tem que estar registrada há mais de cinco anos no programa e, ainda, está há três anos no Ministério das Cidades.

A democracia brasileira vem sendo construída sem rupturas

É importante lembrar que a democracia brasileira é sempre construída sem rupturas, vamos construindo

as transições em que são sempre negadas as possibilidades de dar saltos, exatamente por terem sido acordadas. A ocupação que é considerada ilegal, é justa, porque permite dar um salto. A nossa democracia é construída para que qualquer luta seja evitada.

Os conselhos fazem parte da racionalidade autoritária

Nesse mesmo sentido, é importante pensar sobre a participação em Conselhos. Não participamos porque não são espaços de tomada de decisões, mas de apresentação de demandas. Isso faz parte da racionalidade autoritária. As demandas serão apresentadas, mas não serão implementadas. Até início de 2013, o Ministério das Cidades falava em “quatro grandes movimentos”, que eram os que participavam dos conselhos, e excluía o MTST completamente. Essa obrigatoriedade de ter CNPJ – e uma série de outras vinculações formais – para participar do programa “Minha Casa Minha Vida Entidades” é uma forma autoritária, que busca amarrar cada vez mais os movimentos, ferindo tanto sua autonomia e quanto sua liberdade.

O discurso da garantia de direitos desmobiliza os movimentos sociais

Um ponto que parece importante é o deste “véu” de direito, este “véu”

de institucionalidade democrática. Se olharmos a Constituição, veremos a previsão de que dentro de cinco anos todas as terras indígenas estariam demarcadas. Temos um Estatuto das Cidades que prevê uma série de possibilidades, o IPTU progressivo, até mesmo desapropriações, e, ao lê-lo, pode parecer que estamos muito bem. Há uma preocupação de mostrar que os direitos são garantidos e que, no final, dificultam o trabalho dos movimentos. Há uma ideologia da preservação dos direitos e da democracia. Há um discurso de que “todos podem”, mas que não corresponde à realidade.

O estado policial do medo paralisa os movimentos sociais

Um exemplo sobre a construção de um estado policial de medo é o temor que todos têm de ser parados em uma blitz. Esse pavor, para quem está em um carro frente a uma blitz, é mais controlável. Para quem está numa favela, é algo muito mais grave. O movimento (MTST) teve uma experiência em Brasília em que havia uma memória de uma repressão tão grave, até mesmo com um cerco que proibia a entrada de comida, o que impossibilitou o desenvolvimento de uma luta com potencial de enfrentamento mais forte. Na recente ocupação em S. Gonçalo, isso se revelou. No início, apenas um pequeno núcleo duro estava pre-

sente. O medo é um mecanismo de enclausuramento e de silenciamento da população pobre. Policiais, milícias, tráfico sabem onde moram as pessoas que protestam.

Clientelismo e o servilismo a serviço do Estado

O clientelismo e o servilismo hoje presentes na periferia brasileira têm a ver também com mecanismos autoritários do Estado. A percepção de que quem chega será bem recebido apenas se tiver algo imediato a oferecer é decorrente de uma prática autoritária e que dificulta muito a prática dos movimentos sociais.

Mecanismos repressivos

No que se refere aos mecanismos repressivos, é importante pensar no mecanismo de proteção às testemunhas. O que é oferecido significa o afastamento da comunidade, da família, da identidade e perda dos contatos que tinha antes. Ou seja, significa um afastamento total da militância. Há experiências em que a comunidade inteira é protegida, mas, mesmo assim, há demarcações de áreas restritas de circulação.

A imputação criminosa aos movimentos sociais

É importante observar a utilização de certos termos por parte do

Estado. Lendo decisão da juíza que tratou de ocupação do movimento, aparece a expressão “manu militari”, que significa ter sido feita pela força e com uso de armas. Quer dizer que a utilização de uma enxada ou qualquer outro instrumento do tipo para erguer o acampamento é equivalente ao uso de armas?

As ações do poder público são voltadas contra os movimentos sociais

O que é mais impressionante na estrutura repressiva no caso desta ocupação é a vontade do policial em nos reprimir (o que pode ser motivado por outros incentivos que estaria recebendo). Ele saiu de São Gonçalo para despachar diretamente com a desembargadora, voltar para lá com a decisão em mãos e chegar lá e dizer “acabou o sonho de vocês”. Isso sem oficial de justiça, sem nenhum intermediário.

Outro exemplo emblemático de mecanismos autoritários se deu em S. Paulo quando o movimento fez uma série de ações, incluindo a que se chamava “Copa do

Povo”. Município, Estado, União e empresa proprietária do terreno já havia sinalizado a aceitação da desapropriação quando um procurador do Ministério Público foi pedir a nulidade dos acordos.

A ideologia autoritária visa impedir que o movimento se organize e faça a luta

Os mecanismos autoritários agem em diferentes dimensões. A ideologia autoritária quer impedir que o movimento se organize e faça a luta. As ações repressivas – e aí entram todas as criminalizações, prisões, repressões cruzadas – acontecem para que a luta em curso não continue. E, por último, o objetivo é impedir que o movimento a ganhe. E isso não acontece só com o MTST, mas com todos os movimentos. Isso também aconteceu quando das manifestações. E como acontece até no movimento estudantil, quando um professor registra que um aluno está “ausente de novo” por conta de atividades do movimento. Ou seja, essa ideologia autoritária está presente até mesmo na Universidade, sem que percebamos.



Relatos e Debates do Seminário Nacional

Seminário Nacional da Comissão da Verdade do ANDES-SN

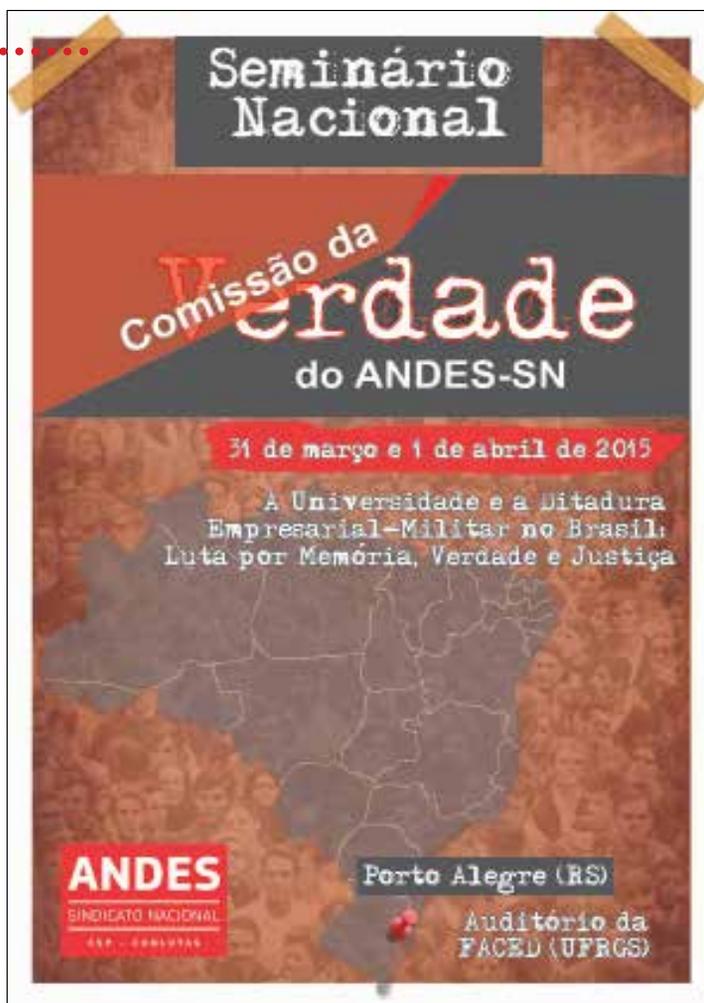
Data: 31 de março e 1º de abril de 2015

Local: Auditório da Faculdade de Educação da UFRGS | Porto Alegre (RS)

Horário: Horário: Início dia 13/11 às 17h | Término dia 14/11 às 13h

Tema: Universidade e Ditadura Empresarial-Militar no Brasil:

a luta por Memória, Verdade e Justiça



Abertura: A abertura oficial do Seminário foi realizada com o pronunciamento do prof. Paulo Borges Rizzo, presidente do ANDES-SN.

1ª Mesa: Os Movimentos em luta por Memória e Justiça

Palestrantes: Amanda Menconi Hornhardt (da Comissão da Verdade do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos - Sindmetal); Maria Bernadette de Moraes Medeiros (do Conselho Federal de Serviço Social – CFSS); Egon Dionísio Heck (do Conselho Indigenista Missionário – Cimi); Justa Helena B. Franco (do Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (Asfoc-SN/Fiocruz) e Fábio Oka-

da (Rede de Comissões da Verdade Universitárias)

Mediador: Antonio José Vale da Costa (Comissão da Verdade do ANDES-SN), assessorado por Elmo Swoboda (Seção Sindical da Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande – Seção Sindical do ANDES-SN - Aprofurg SSind.).

2ª Mesa: *Movimentos sociais: repressão e resistência ontem e hoje*

Palestrantes: Cecília Zaque (do Movimento dos Atingidos por Barragens no Rio Grande do Sul – MAB/RS); Anastácio Peralta (do Conselho Nacional dos Povos Indígenas); e Guilherme Boulos (do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST).

Mediador: Edson Teixeira (Comissão da Verdade do ANDES-SN), assessorado por Júlio Spano (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas - Seção Sindical do ANDES-SN - Adufpel SSind).

3ª Mesa: *Superar a herança ditatorial: o futuro da luta no Brasil*

Palestrantes: Márcio Antônio de Oliveira (da Comissão da Verdade do ANDES-SN); Suzana Lisboa (da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos); Christine Rondon (do Comitê Gaúcho da Memória, Verdade e Justiça Carlos de Ré); e Gilvan Odival Veiga Dockhorn (professor da Universidade Federal de Santa Maria).

Mediador: Waldir Bertúlio (Comissão da Verdade do ANDES-SN), assessorado por Luciano Miranda Silva (Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria - Sedufsm SSind).

4ª Mesa: *Luta por Memória e Justiça na América Latina*

Palestrantes: Sylvia Fabiana Larrobla Caraballo (da Universidad de la República, do Uruguai - Udelar); Veronica Valdivia Ortiz de Zárate (da Universidad Diego Portales, do Chile); e Enrique Serra Padrós (da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Mediador: Elídio Alexandre Borges Marques (Comissão da Verdade do ANDES-SN).



Abertura

A abertura oficial do Seminário foi realizada com o pronunciamento do professor Paulo Borges Rizzo, presidente do ANDES-SN.

“Agradeço a presença de todos ao evento, pois o Seminário Nacional que o ANDES-SN está realizando resgata o significado e a importância das diversas Comissões da Verdade existentes nas instituições sindicais e universitárias não só brasileiras, mas de países da América Latina, que viveram períodos ditatoriais, no sentido de lutar pelo reestabelecimento da justiça e pela responsabilização daqueles que cometeram crimes de lesa-humanidade. A Lei de Anistia do Brasil não contempla isso. Ao contrário, assassinos e torturadores não foram responsabilizados. Nas últimas duas décadas, em relação aos crimes da Ditadura, esse processo se deu de forma parcial.

É necessário responsabilizar as pessoas pelos crimes que cometeram, pois são inúmeras e difíceis as situações vividas naquela época e que se estendem até o tempo presente sem solução. A história não nos possibilita apenas conhecer o passado, mas nos motiva a pensar o presente para agir na direção do futuro. O ANDES-SN é um sindicato que tem essa vinculação com a história, na construção de lutas em defesa de direitos sociais.

No Brasil, em outros momentos igualmente históricos, além do período analisado, ocorreram também ditaduras, como nos anos de 1930 a 1945, da era Vargas. Também países latino-americanos têm marcas profundas vivenciadas por diversas pessoas em momentos ditatoriais históricos. Mas até que ponto a Ditadura acabou? Quais são os legados que herdamos das ditaduras? No Brasil, o fato de a Lei da Anistia não fazer essas responsabilizações significa que há ainda legados da Ditadura.

A Ditadura não foi apenas um período de perda de liberdades, de direitos, de manifestações, de organização; ela atingiu diretamente as universidades. Ela foi um processo de alianças da burguesia nacional, das classes dominantes da cidade e do campo do Brasil com o imperialismo, no contexto da Guerra Fria, para promover os interesses do capital contra a classe trabalhadora. Era contra ela que as repressões e as criminalizações aconteciam, ainda que possa ter atingido diversos setores da sociedade. É quando o capital se organiza para desenvolver o processo de acumulação por meio da desorganização da classe trabalhadora e da repressão.

Este dia 31 de março de 2015 registra os 51 anos do Golpe brasileiro, mas foram os 50 anos que motivaram o surgimento do movimento de cobrança por justiça e organização da luta. A importância deste Seminário acontecer agora

também se dá porque voltamos a ouvir falas recentes de golpe por parte de alguns setores da sociedade brasileira nas redes sociais, em atos de rua. Estão retomando a ideia da volta dos militares à cena política. Precisamos debater essa realidade.

Quero retomar o fato de que há legados da Ditadura na institucionalidade brasileira. Eles não estão presentes apenas nas manifestações fascistas querendo reeditar momentos quando da retirada de direitos democráticos. Eles estão presentes em todas as instituições, no interior das universidades, em todas as formas crescentes de criminalização dos movimentos sociais, na forma como se governa este país. O exemplo mais visível é o da manutenção de Medidas Provisórias prevista na Constituição, além da militarização da polícia há o aparato repressivo.

Há legados da Ditadura também nas organizações sindicais, na medida em que não se acabou com a estrutura sindical verticalizada. Somente no decorrer do processo democrático, o país conseguiu estabelecer algumas conquistas em leis, mas ainda assim continuam vigentes o imposto, a unicidade sindicais e a obrigatoriedade do Ministério do Trabalho e Emprego registrar, para efeito legal, os sindicatos. Quero registrar, neste momento, a ameaça que vive nosso sindicato. No início deste ano – e é importante dizer isso nesta universidade –, o MTE retirou a

impugnação que o ANDES-SN havia feito ao pretense Proifes-Sindicato Nacional e considerou correto o procedimento que eles tiveram no processo de sua criação. Eles o construíram numa assembleia em 2008, na sede da CUT-São Paulo, com seguranças que não deixaram entrar os professores que ali compareceram munidos de suas identificações. A assembleia foi feita em 10 minutos, com centenas de votos por procuração. E agora o Ministério diz que eles só precisam realizar a assembleia de ratificação para conceder a carta sindical. Acontece que esse sindicato fez uma manobra: não é mais um sindicato nacional; mudou seus estatutos e passou a ser um sindicato interestadual, com base territorial no Acre, no Amazonas, em Rondônia e por aí vai. Vou dar um exemplo: Rio Grande do Sul, exceção de Porto Alegre; Minas Gerais, exceção de Belo Horizonte; e Montes Claros, que são espaços em que eles já estão presentes. Agora, eles terão que fazer assembleias nesses lugares no prazo de 90 dias – com votos de procuração ou não – para obterem o registro sindical e automaticamente ser o sindicato que representará todos os docentes das universidades federais do Brasil. Parece absurdo, não? É, mas é assim mesmo, absurdo. É assim que as coisas estão ocorrendo.

Assim, a história da organização sindical do segmento da classe tra-

balhadora docente – 30 anos organizado pela base – pode, com uma canetada, ser substituída por algo de cima, autoritariamente. Essa é uma situação absurda que nós não podemos aceitar, mas é uma expressão clara de que vivemos num país supostamente democrático, que cerceia a liberdade de organização sindical, as liberdades de organização da luta, a manifestação das mais diversas formas, até mesmo institucionalmente.

O processo de luta pelo fim da Ditadura e pela construção da democracia passa necessariamente pelo processo concreto de luta pela liberdade de organização. Porém, ela não foi plena e se expressa dessas formas. Algumas Centrais Sindicais, por exemplo, que surgiram do esforço da liberdade de organização sindical, da reorganização

da classe trabalhadora, são agora seduzidas com essa legalização, a receber o imposto sindical para agir até mesmo contra a liberdade sindical. Não vamos aceitar isso! Vamos fazer um ato público conclamando todas as Centrais Sindicais e outras entidades para continuarem na luta contra a criminalização dos movimentos sociais, contra todos os legados da Ditadura em nosso país e pela restauração das liberdades em todos os níveis.

Quero aqui, mais uma vez, agradecer a presença de todos e dar as boas-vindas, pois tenho a certeza de que as discussões que se processarão neste Seminário serão muito ricas e irão contribuir para que o Sindicato possa ter um relatório importante, um documento expressivo, profundo e rico de todo este processo.”





1ª Mesa: “Os Movimentos em luta por Memória e Justiça”

Palestrantes: Amanda Menconi Hornhardt (da Comissão da Verdade do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos - Sindmetal); Maria Bernadette de Moraes Medeiros (do Conselho Federal de Serviço Social – CFSS); Egon Dionísio Heck (do Conselho Indigenista Missionário – Cimi); Justa Helena B. Franco (do Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (Asfoc-SN/Fiocruz) e Fábio Okada (da Rede de Comissões da Verdade Universitárias)

Mediador: Antonio José Vale da Costa (Comissão da Verdade do ANDES-SN), assessorado por Elmo Swoboda (Seção Sindical da Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande – Aprofurg).

Amanda Menconi – SindMetal

Amanda agradeceu o convite e se apresentou como integrante do Grupo de Pesquisa da Comissão da Verdade do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região. Anunciou que apresentaria alguns resultados de uma pesquisa documental que o SindMetal realizou a fim de aprofundar estudos sobre a repressão

no Vale do Paraíba. Disse que a pesquisa surgiu do esforço sindical dos metalúrgicos em financiar o aprofundamento desse levantamento do que ocorreu naquele espaço. Hoje, o SindMetal é um dos sindicatos brasileiros que mais têm anistiados; são mais de 300 trabalhadores, boa parte deles com a documentação levantada e apurada pela pesquisa.

Disse que integra também o Grupo de Trabalho sobre Repressão ao Movimento Operário da Comissão da Verdade, que estuda a vinculação das empresas do Vale com a repressão no período da Ditadura. “A gente sabe que esse é um tema muito pouco estudado, mas acabamos passando por outros temas, como a relação do serviço de segurança das empresas com a repressão, o levantamento da repressão nas greves, o levantamento dos prejuízos causados aos trabalhadores e às entidades sindicais após o Golpe e o tratamento dado à mulher trabalhadora durante a repressão”.

Registrou que o Vale do Paraíba é uma região bastante peculiar, abrangendo várias indústrias de grande porte, muitas montadoras e muitas instituições militares, como o Comando da Aviação do Exército (em Taubaté), o Centro Tecnológico Aeroespacial (em São José dos Campos), a Escola de Especialistas da Aeronáutica (em Guaratinguetá e Via Dutra), que é uma pista de grande circulação. “Alguns documentos extra-

polam o Vale do Paraíba e vão até os monitoramentos que a Ford fez ao sindicato dos metalúrgicos do ABC, por exemplo. Mas foi uma surpresa para gente ter achado esse dado no meio da documentação do Vale do Paraíba.”

Informou que a pesquisa começou com os documentos levantados dos próprios anistiados, com os próprios trabalhadores indo até o Arquivo Nacional e pedir a certidão de informações para darem entrada ao processo de anistia. “Com isto, fomos ao Arquivo Nacional porque descobrimos um tal de Cecose – Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba, que acho que é a principal ‘pérola’ da nossa pesquisa. Ele é um organismo de colaboração com a repressão.”

Foram feitas também entrevistas com os metalúrgicos e com o diretor de RH da General Motors do período, Paulo Moreira, que revelou inúmeras coisas sobre a repressão aos trabalhadores daquela indústria. Sobre os documentos, disse que são informes redigidos por operadores de informação tanto do CTA quanto da Escola de Especialistas da Aeronáutica, ligados ao Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica (Cisa) e ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e ao DOPS. “Infelizmente, a gente não consegue saber o nome da pessoa que redigiu qualquer informe. O que se sabe é que existiu uma vasta rede de informações. E quais eram as

coisas monitoradas? Eram as atividades do movimento operário, tipo compilação de panfletos e jornais distribuídos dentro da fábrica; recortes de jornais como o Jornal do Vale Paraibano e a Folha de São Paulo, que são dois jornais de grande circulação; e operativos de sindicalização que aconteciam dentro das fábricas. Vou mostrar para vocês alguns desses documentos. (pede para ser exibido no projetor o documento nº 1). Então, este é um documento confidencial, é um documento que faz o monitoramento das greves – que é um piquete realizado na greve da Embraer no dia 30 de outubro de 1981. É um documento que fala de um ‘esquema organizado para garantir a entrada dos fura-greve que consistia na passagem dos ônibus e carros através do CTA para Embraer, além do policiamento ostensivo da polícia militar na porta da fábrica’. A gente (Fórum de Trabalhadores, antigo GT3 da Comissão Nacional) teve agora uma audiência na Assembleia Legislativa de São Paulo com o coronel Ozires, que é o fundador da Embraer e era seu presidente na época, e ele revelou que ‘a Embraer e o CTA é (sic) que nem copa e cozinha. Vão conversar com o Ministério da Aeronáutica’, deixando claro que acontecia mesmo a militarização da fábrica, que acontecia mesmo da polícia aeronáutica entrar na fábrica para reprimir o movimento operário”.

Amanda relatou ainda a siste-

matização dos dados relativos aos ativistas das greves nesses documentos, como um que se intitula “Greve dos operários da Embraer de 1981”, em que estão presentes informações sobre nome, local de residência, filiação, naturalidade, cargo que ocupava na empresa, atividades políticas e outros documentos de cada um dos ativistas.

Outro documento apresentado por Amanda mostra a forma de monitoramento de atos e manifestações de metalúrgicos num movimento ocorrido em 1984, na Praça Afonso Pena, em São José dos Campos, registrando a quantidade de pessoas, nome de algumas delas, em que local trabalhavam, quais os vínculos políticos e sindicais, quem usou da palavra, transcrições completas das falas (provavelmente havia um gravador próximo), as palavras de ordem nos cartazes, texto de faixas e, até mesmo, uma lista com placas de carros que estacionaram próximo ao local. “Portanto, um monitoramento muito minucioso”.

As organizações/pessoas mais monitoradas eram a CUT, o MR8, a Convergência Socialista e parlamentares de esquerda do PCdoB, PT e PMDB. “Tem um documento cujo título é ‘Ernesto Gradella Neto’ e ele vai fazer uma descrição do Gredella – filiação, data e local de nascimento, que era deputado federal, detido pela Polícia Militar na greve da Embraer por ‘promover agitações em protestos contra as demissões de funcionários’, tam-

bém por faltar ao serviço e fazer incitamento à greve. Então, aqui a gente tem evidências de que sua demissão se deu por motivos políticos, por ter incitado a greve”.

Amanda disse que em vários outros documentos estão evidenciadas as razões das demissões de trabalhadores: por questões políticas. Também foram encontrados documentos que continham registros da infiltração de repressores no movimento. Um documento da Convergência Socialista foi encontrado no arquivo do DOPS – um balanço de atividades de seu Congresso –, destinado apenas aos militantes da organização. “É de se perguntar: como ele foi parar ali?” Outro documento encontrado é do núcleo do Alicerce da Juventude Socialista (nome anterior da Convergência Socialista) dentro da Embraer. Nele, consta a estimativa numérica de quantos funcionários da fábrica estavam envolvidos com a organização, a listagem daqueles que já havia sido identificados como simpatizantes ou militantes.

Amanda anunciou: “Agora vou falar da colaboração do Cecose, que é uma sequência de documentos confidenciais que a gente encontrou de julho de 1983 a setembro de 1985. O curioso é que esse é o período que, na historiografia, é considerado como o do desmonte do aparato repressivo. Na verdade, percebemos que esse aparato estava apenas começando e se desenvolvendo.

São 26 informações, 17 relatos de reuniões e 9 repasses dessas reuniões para a Comunidade de Informações. Eles reuniam uma vez por mês no interior das fábricas os chefes de segurança das principais empresas do Vale do Paraíba para tratar dos interesses comuns do empresariado e do estado ditatorial, para discutir como conter e monitorar o movimento operário. O curioso é que a maior parte desses chefes de segurança eram funcionários das empresas, mas também ex-militares. Ou seja, um pé aqui e outro lá”.

Relatou que, na primeira reunião do Cecose, fizeram-se presentes 25 empresas da região, sendo 13 transnacionais, oito nacionais e quatro estatais. O documento cita o nome das empresas: Caterpillar, Cebrase, Embrape, Ericsson, Fiel, Ford, General Motors, Johnson & Johnson, Kodak, National, Philips, Rhodia e Volkswagen; Avibras, Confab, Engesa, FNV, Mecânica Pesada, Tecelagem Parahyba, Vibasa e Villares; Cosipa, Embraer, Petrobras e Telesp, respectivamente. Esses documentos foram produzidos com o apoio da aeronáutica, por meio da Escola de Especialistas da Aeronáutica. “Numa dessas reuniões, conforme o relato, o representante da Volkswagen se expressa da seguinte forma: ‘eu não vou falar nada, a minha parte eu vou entregar para vocês’ e entrega um calhamaço de documentos com o nome ‘lembretes’, que é o monito-

ramento que a própria fábrica fez. Não foi um órgão da repressão que se infiltrou na fábrica e fez; foi a própria fábrica que produziu! Inclusive, na audiência ocorrida na Assembleia Legislativa, quando interrogamos o representante da Volkswagen sobre esse caso, ele disse nada saber, não conhecia a existência desse documento, mas mostramos que o documento relata minuciosamente uma reunião da CUT no ABS. Lá diz que foi exibido o filme *Dez Dias Que Abalaram o Mundo*, do Eisenstein; diz que no interior da sala foi vendido, por José Arcanjo de Araújo, presidente do Fundo de Greve, vinho, quentão, pipoca e chocolate; tudo em detalhes. A Villares também era outra empresa que fazia seus monitoramentos e entregava nas mãos dos militares sem que eles precisassem ter muito trabalho”.

Sobre a repressão propriamente dita, Amanda disse ter encontrado documentos das empresas elogiando a repressão da polícia militar durante os piquetes das greves, pedindo para ampliar a violência contra os trabalhadores, o “inimigo”, era assim que os documentos se referiam. Há indícios de contribuição financeira, como o registro de um representante da Caterpillar de Piracicaba, que vai até o sindicato e diz que as empresas estão financiando a repressão. “Mas o registro acaba aí; nada mais se fala dessa pessoa”.

E continua: “Nós encontramos várias fichas funcionais de traba-

lhadores da General Motors nos arquivos do DOPS. As fichas tinham detalhes da vida das pessoas, e a gente acredita que era para facilitar o monitoramento e a perseguição, que são a antessala das grandes violações dos direitos humanos”. Sobre as reuniões políticas, Amanda argumentou que elas existiam para produzirem as tais “listas sujas”. Os trabalhadores que perdiam o emprego por conta da greve, por demissão política, continuavam sendo perseguidos e reprimidos, pois as empresas passavam informações sobre os ativistas para que não fossem mais contratados. Dessa forma, vários trabalhadores tiveram que se mudar do Vale do Paraíba.

Ao concluir sua fala, Amanda expôs o caso do operário Paulo Veneziani Pasin, que trabalhava na Kodak. Numa das reuniões do Cecose, há o registro do depoimento do representante dessa empresa: “nós demitimos o Pasin e vocês, da Siderúrgica Fiel, o contrataram. Ele é ativista político”. Amanda disse que três semanas depois ele foi demitido da siderúrgica. Tudo está registrado nas documentações.

Em seguida, Amanda cede parte de seu tempo para complementação do colega metalúrgico, Mancha.

Mancha – CSP-Conlutas

O sindicalista se apresenta e agradece esses poucos minutos, dizendo que também integra a Co-

missão da Verdade do SindMetal e é metalúrgico anistiado. Explica que foi demitido de várias empresas metalúrgicas de São Paulo e da região de São José dos Campos, em que foi presidente do sindicato por dois mandatos. Hoje, trabalha na General Motors.

Mancha ratifica as informações prestadas por Amanda, mas diz que a realidade vivida naquelas condições não é apenas do Vale do Paraíba, mas de diversas outras regiões do país. “Nós trabalhamos, através do GT da Comissão da Verdade Nacional, com outras centrais sindicais e descobrimos situações idênticas em Santos, Osasco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, na região do ABC. Essa é uma demonstração de que as empresas sempre estiveram juntas com o regime militar, coisas como a Operação Bandeirantes, que era financiada pelas empresas. Nos arquivos do DOPS de diversas regiões, encontramos na lista as assinaturas de empresários, que iam até essas delegacias e outros que até presenciavam torturas. Enfim, era uma ligação direta até porque foram os empresários que financiaram o Golpe com a ajuda dos Estados Unidos. Existem vários trabalhos de pesquisa que já demonstraram isso”.

Ressaltou a importância deste trabalho exposto no Seminário Nacional para que se possa exigir a punição das empresas que colaboraram com o regime militar, até mesmo as empreiteiras,

dizendo que se encontram hoje sendo investigadas na Operação Lava Jato por serem efetivamente nascidas e crescidas nas grandes obras do regime militar, intimamente ligadas à Ditadura. “Não há nenhuma empresa ou empresário hoje que não tenha participado de ataques aos direitos dos trabalhadores. Então, um dos pontos fundamentais da luta é a necessidade de punição das empresas, incluindo punição criminal, que tenha um fundo de reparação às entidades e aos trabalhadores que foram perseguidos e foram afetados pelo regime militar”.

Mancha lamenta que estas recomendações não resultaram em acordo entre as centrais sindicais para apresentar à Comissão da Verdade Nacional, que não apresentou nada nesse sentido. “A questão do envolvimento das empresas é uma luta que queremos continuar; queremos elaborar uma ação com o Ministério Público, com esses dados, não só esse estudo, mas também as diversas pesquisas existentes a fim de exigir a criminalização dos envolvidos. Nós temos o caso da Argentina em que não só os militares foram punidos; temos no Chile, mas foi na Argentina, em particular, em que as empresas foram investigadas. Estamos exigindo a abertura do livro das empresas, a abertura de seus arquivos. Esta ainda hoje é uma incógnita”.

Mancha fez coro com a fala de abertura do presidente do ANDES

-SN, quando disse que a luta não se dá apenas por uma questão de elucidar a história, mas por uma questão de justiça. Ressaltou que é necessário o combate a essa estrutura, pois hoje ela está ainda desgraçadamente intacta. “Vemos hoje o direito de greve cada vez mais limitado pelo ‘interdito proibitório’. Hoje, os ativistas sindicais dentro das empresas ainda vivem o clima da Ditadura, ninguém pode manifestar sua opção partidária, principalmente se ela é de esquerda. E isso o que é? Herança do regime militar. Se um trabalhador, na Justiça do Trabalho, pegar a chamada justa causa, a gente vai perceber quais os argumentos utilizados para isso. Quais os métodos usados. Existe uma vigilância completa sobre os trabalhadores dentro das empresas; câmeras e uma repressão muito grande até para fazer assembleias ou coisa parecida. Então, essa herança precisa ser eliminada e só será eliminada se houver punição daqueles que participaram, daqueles que colaboraram com o regime militar”.

Maria Bernadette – Cfess

Depois de agradecer por estar participando do Seminário, com uma mesa que resgata a memória de um período da Ditadura Empresarial-Militar, Bernadette iniciou reafirmando que a Ditadura não foi só militar, mas de expressivos setores da sociedade brasileira. Citou o escritor português José Saramago

que alertava sempre que as pessoas devem recuperar, manter viva e transmitir a memória histórica, pois se começa pelo esquecimento e se termina pela indiferença. “É nesse sentido de recuperar a memória dos trágicos e violentos acontecimentos da Ditadura do grande capital no Brasil e de recuperar a resistência de assistentes sociais que vou me manifestar”.

Após se identificar e dizer que é por ser representante do Conselho Federal das assistentes sociais que ela se referiu a essas profissionais, Bernadette incluiu diversos outros sujeitos sociais e individuais que lutaram bravamente nessa trincheira. “Não só o Cfess, mas diversas outras organizações construíram o projeto de recuperar a memória da resistência contra a Ditadura. No dia 31 de março de 1964, um Golpe Civil-Militar derubava o presidente João Goulart, e o que se seguiu foi a completa liquidação do regime democrático, que, embora restrito, tinha vigência no país desde 1945. O Golpe foi produzido pelos setores mais tradicionais da sociedade brasileira e com o apoio de grande parte da imprensa. Autoproclamada revolução – para nós foi uma contrarrevolução –, contou com a ativa colaboração do governo dos Estados Unidos e instaurou uma Ditadura no país, que durou por duas longas e violentas décadas”.

Destacou que essa estratégia capitalista não atingiu apenas o Brasil, mas outros países do

continente latino-americano, destruindo diversos regimes democráticos. “O Brasil é uma eterna construção interrompida, para usar o conceito de Celso Furtado. Nas poucas tentativas de ruptura, na perspectiva de construção de um outro modelo de sociedade, as elites reagiram com violência. Cito também Florestan Fernandes, que nos ensina que toda vez que a classe dominante se sente ameaçada em seu status quo, mobiliza seus aparatos ideológicos e repressivos para oprimir, coibir e sufocar qualquer possibilidade de ruptura. No limite, aceita mudanças superficiais, mas jamais aquelas que ameaçam os seus interesses econômicos”.

Bernadette disse que o Golpe foi uma resposta às forças do movimento social que lutava por uma revolução efetivamente democrática. Afirmou que a intolerância da classe dominante contra esse risco revelou toda sua agressividade, enquanto a Ditadura retroalimentou a questão social não resolvida. “Interpretar as manifestações presentes na sociedade hoje é nossa tarefa. É necessário resgatar, transmitir e resistir na luta social. Por isso dizemos coletivamente, violência e tortura nunca mais! Além de exigir realmente a punição dos que assim o fizeram”.

Enfatizou ainda que há um desastroso legado da Ditadura no país e que é preciso, coletivamente, lutar contra ele. Teceu um mosaico desse legado, ressaltando

a) a institucionalização da violência por parte do Estado e da sociedade; b) uma construção social democrática violentamente interrompida; c) os impactos na organização do mundo do trabalho; d) o massacre de povos indígenas; e) a concentração da comunicação no país por meio da construção de impérios midiáticos.

“Passados todos esses anos e com toda luta social para ter acesso às informações contidas nos arquivos da Ditadura, não é mais possível ocultar o legado de violência promovido pelo Estado e por agentes da Ditadura que construíram essa mácula indelével na nossa história. Uma mácula tão terrível que hoje até seus maiores beneficiadores se dispõem a proceder – de modo insignificante – a ‘lavagem’ do passado com autocriticas oportunistas”. Bernadette chamou a atenção para o perigo do retrocesso na sociedade, como ficou evidenciado em inúmeros cartazes exibidos nas manifestações do dia 15 de março de 2015. Ressaltou a importância do seminário promovido pelo ANDES-SN, dizendo ser mais do que nunca necessária a união de todos na continuidade da luta pelo resgate da memória e a construção da resistência. “É com a intenção de resistir para que tais fatos não mais aconteçam no país que o Cfess vem se somar a outros sujeitos coletivos, ampliando as vozes para o restabelecimento da verdade e da justiça”.

Em seguida, exibiu um vídeo cur-

to sobre a participação de inúmeras assistentes sociais na luta contra a Ditadura, ressaltando que ele faz parte desse projeto de ampliação de vozes por memória e justiça.

Egon Dionísio – Cimi

Após seus agradecimentos ao ANDES-SN, por realizar o seminário e garantir sua participação, acrescentou outros elementos de reflexão – que chamou de reflexão indignada – a esse quadro, já demonstrado por falas anteriores de histórias de violência, de vidas ceifadas, de torturas. Da parte dos povos indígenas, existe também uma luta de resistência e, mais do que nunca, é necessária a união de todos para construir uma sociedade diferente, que reconheça a pluralidade e as diferenças como valores de uma nova sociedade.

Para Egon, é fundamental que, a fim de compreender o que ocorre até hoje com os povos indígenas no Brasil, se estenda o período para antes da Ditadura Militar, da Ditadura Empresarial-Militar de 1964-1985, pois eles enfrentam toda uma história de negação de vidas, de existências, de projeto de sociedade, de economias, de culturas nestes últimos cinco séculos. “Foram atingidos mais de mil povos indígenas que viviam no imenso território brasileiro. É preciso entender isso para podermos pensar o futuro”.

“Eu lembro que quando se fala

em populações indígenas, quando se fala um pouco desse grande genocídio nesses cinco séculos, desse holocausto de talvez mais de cinco mil pessoas, a gente percebe que está diante de algo muito desafiador para nós que buscamos contribuir para esse processo de construção de uma nova sociedade no país. Eu estava pensando, vendo algumas informações que são importantes para se entender esse período na Ditadura Militar, que vamos nos deparar com uma história de negação da presença indígena, de inúmeros extermínios, num período antes do Golpe Militar, no qual se falava que no Brasil sobreviviam 90 mil índios. Esse dado, infelizmente, foi sendo revertido, mas ele foi tomado como base para se continuar uma mentalidade que pode se traduzir num 'Brasil sem índios'. Essa foi e continua sendo, em grande parte, a obsessão de nossas elites econômicas e políticas, as quais não conseguem perceber a importância e a valiosa contribuição que serão os povos, as culturas, as populações diferentes deste país de plurinacionalidade que somos".

Egon afirma que sempre houve uma ligação entre a questão indígena e a questão militar desde o início da história do Brasil. Não só foram usadas armas para destruição das populações indígenas, mas também foi utilizada a estratégia de aproximação, de instrumentalizar, de utilizar-se dos povos indígenas para não só do-

minar, mas também construir uma realidade em que fosse destruindo as populações originárias. Disse que isso aconteceu no período de Pombal, em 1755, quando se começa a estruturar fortemente a ideia de destruição total das populações nativas deste país. "E qual era a estratégia? Era muito simples: era fazer com que a língua materna não fosse usada nas aldeias, nos povoados. Era também transformar as lideranças de outros povos que lhes prestavam serviço em opressores dos seus próprios irmãos. Essa violência foi algo que permaneceu nesse patamar, nesse período. Tivemos, pois, um grande processo de extermínio dos povos desta terra e nós estamos sentindo que ele continua até os dias atuais".

Acentuou que é importante lembrar este fato para não julgar que apenas durante os processos ditatoriais de 1945 e 1964 se instaurou uma violência mais articulada a partir da estrutura militar. "Teve antecedentes, sim. Eu acho da maior relevância que as pessoas saibam disso, que tenham consciência desses fatos para proporcionar uma reflexão, para que daqui para frente possamos construir uma realidade que seja mais justa, mais igualitária e que reconheça a pluralidade de nosso país".

A partir da exibição de alguns slides, Egon foi comentando que, no período de 1964-85, os dados levantados revelam que 8.350 indígenas foram mortos numa conjun-

tura, numa visão de mundo, numa visão de sociedade que reflete toda uma violência estruturada sobre os povos indígenas deste país. “A primeira questão é a visão do pensamento militar de que a diferença está na fraqueza e que, para ter um país forte, é preciso eliminar as diferenças. As diferenças – aí entendidas em termos sociais, culturais, mas principalmente dos povos e suas organizações –, significou realmente uma permanente agressão aos povos indígenas e as mais diversas tentativas de eliminá-los, rumo à homogeneização de um país forte”.

Para Egon, a militarização da questão indígena está bem expressa em Frederico Rondon, quando dizia “o índio é um soldado nato e a aldeia é um quartel”, projetando o imaginário militar dentro, e sobre a diversidade dos 305 povos indígenas que ainda hoje sobrevivem, dos quais vários grupos de resistência reassumiram suas identidades. Egon resgatou ainda outro pensamento que esteve muito presente no período da Ditadura e que perdura até hoje em grandes setores das elites econômicas e financeiras da burguesia, que é a de que os índios são apenas um dado transitório, que eles estão aí, mas vão se acabar em pouco tempo. “Então, essa ideia de projetar o fim dos índios e seus pensamentos foi uma das questões muito presentes no período da Ditadura Militar. Mas havia outras obsessões, alguns riscos e perigos: a Ditadura

considerava os índios um ‘câncer’, um óbice, um ‘quisto’ a ser eliminado. Também o reconhecimento dessa plurinacionalidade era vista como uma ameaça à integridade do país, um perigo a ser extirpado. Infelizmente a nossa Constituição não reconheceu essa plurinacionalidade, apesar de ter sido levada ao debate durante a Constituinte. Houve uma reação muito forte desses setores, que a inviabilizaram”.

Egon chamou a atenção ainda para outro pensamento muito forte e que guiou a relação dos militares com os povos indígenas, que foi a concepção de progresso e de segurança nacional. Disse que, quando foi proposta a construção da estrada BR-174, que atravessou o território dos povos Waimiri-Atroari, foi proposto um desvio da estrada para que não ocorresse um massacre àqueles povos. “Os militares que estavam à frente desse processo de abertura da estrada deixaram bem claro: ‘a estrada terá que seguir o traçado que foi estabelecido; se a estrada encostar em algum esteio de alguma casa da aldeia, a aldeia será destruída. Nós não vamos deixar de construir aquilo que entendemos ser o progresso do país’. O resultado, hoje sabemos, foi o massacre de dois mil índios entre 1977-87, o período da construção da estrada”.

Outra compreensão vigente na época, para a instalação da violência, das mortes, das torturas e tudo mais em relação aos indíge-

nas, foi o pensamento de que os índios não poderiam ser um peso, um ônus, para o país. Essa postura deu origem a que fosse estabelecida dentro do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), e depois na Funai, uma política de obtenção de recursos não só para manter as atividades dos órgãos do Estado brasileiro, mas também para instaurar um processo de grande corrupção. “Isto fez com que o próprio general Costa Cavalcanti dissesse que nunca havia visto na sua vida algo semelhante à corrupção praticada no SPI no período da década de 1960. Hoje continuamos a ver essa corrupção sem tamanho; não é privilégio de um ou outro momento, ela está no âmago, pois está no sistema que corrompe as pessoas e as estruturas”.

Outras questões que foram mencionadas por Egon naquele período, e que contribuíram para a instauração dessa política contrária aos índios, foram relacionadas ao não respeito às terras indígenas e à presença de grandes empreendimentos como serrarias, projetos agrícolas, extrativismo e mineração, administradas pelo próprio SPI e Funai, e por empresas criadas posteriormente para esses fins. “Então, com esse SPI corrupto e a Funai militarizada e sucateada é a história da questão indígena, que, infelizmente, continua. Do Relatório Figueiredo, de 1967, que produziu 7.700 páginas de relatos de corrupção e violência, de crueldade, de violação aos direitos

dos povos indígenas, de ter indiciadas algumas pessoas, ninguém foi punido. Infelizmente, continua até hoje o Estado brasileiro não tendo uma definição de uma política, ou melhor, a indefinição é a política de uma relação de um Estado que não quer cumprir a Constituição”.

Na década de 1970, com o Milagre Brasileiro, foi instalada a militarização total da Funai, desde o presidente até o chefe do posto. Ocupavam esses postos gerais e sargentos, pois a compreensão do Poder era de que não precisava entender de índio para ser da Funai, que era necessário apenas ser um bom administrador. Ou seja, o índio passou a ser visto como um objeto a ser administrado. “É aí que percebemos toda a migração de militares do Serviço Nacional de Informação (SNI), do Conselho de Segurança Nacional, dos departamentos sociais de informação, da Assessoria do Serviço de Informação no interior da Funai, da Guarda Rural Indígena. Esse foi um período que transformou o órgão de uma política de estado em algo totalmente militarizado”.

Para Egon Dionísio, esse relato reflete um pouco o que foi essa política integracionista e assimilacionista da Ditadura Militar, que foi assumida depois no Estatuto do Índio, o qual esteve presente no Plano de Integração Nacional – e que hoje tem continuidade nos Planos de Aceleração do Crescimento, os PACs. “Para o Plano de Integração Nacional, os índios não

poderiam ser obstáculos ao Projeto Calha Norte, por exemplo”.

Em seguida, apresentou uma sequência de slides com imagens de recortes de vários jornais do país que mostraram os registros dessa violência praticada contra os povos indígenas. Egon disse que, nesse período, registrou-se a luta dos povos indígenas pela sua resistência até o presente momento, mas também a grande contribuição de aliados a ela. Salientou ainda que essa aliança, a convocação para uma solidariedade a uma causa, é muito importante, pois ela é uma causa de todos os brasileiros, não só por causa de um passado, mas do futuro do país. “Dependendo de como podemos respeitar e integrar os povos indígenas num projeto de país, também possivelmente poderemos ter boas contribuições desses povos para o futuro do Brasil”.

Justa Helena – Asfoc-SN/ Fiocruz

Agradecendo o convite de participação do Seminário da Comissão da Verdade do ANDES-SN, disse que por ser assistente social e advogada, estando hoje na presidência da Asfoc/Fiocruz, se identificou bastante com a análise feita pelo presidente Paulo Rizzo e por outros que a antecederam discutindo tão importante tema.

Justa salientou que os movimentos que ganharam as ruas nos últimos anos demonstram como é

atual essa discussão do período da ditatorial. “Quando a gente vê faixas pedindo a volta dos militares, a volta da Ditadura, entendemos que é preciso estar presente, nós que sofremos o que passamos num período tão difícil. Assim, é importante falarmos para esses jovens o que foi aquele período”.

Acentuou que a ação de lesa-humanidade não prescreve e, dessa maneira, existem dois grandes motivos para a luta: 1. As pessoas que a fizeram praticaram atos contrários à vida, elas precisam ser punidas como foram punidos aqueles que praticaram a ação danosa do nazismo no mundo; 2. A razão e importância de trazer o tema para o momento atual, pois se está observando um retrocesso no Congresso Nacional ou daquelas pessoas que não viveram o período da Ditadura Militar. “Existe uma mídia que impõe uma certa ditadura por conta de um momento difícil do capitalismo. Somos vítimas do capitalismo e pra onde a população brasileira pode ser jogada. Então, é oportuno este debate”.

“Eu sou filha de um militar que foi preso e torturado pela Ditadura, então falo de um outro lugar, que é o lugar do filho, do sofrimento que os filhos tiveram. Eu vivi isto. Quando eu entrei para o serviço público, em 1975, fazendo concurso, quase não pude tomar posse porque eu era filha de uma pessoa que foi presa na Ditadura. Vejam, então isto se estende ao filho, e até para netos, de pessoas

que por uma ideologia, em busca de justiça, se rebelaram contra o regime. Eu trabalho na Fiocruz e ela viveu o massacre de Manguinhos. Pesquisadores foram perseguidos e tiveram que se exilar, e a perda que isso trouxe para a pesquisa na área de saúde no nosso país foi enorme. Essas pessoas ficaram distantes, tiveram que ir para o Chile, tiveram que ir para Cuba, tiveram que ir para outros países e todo um referencial que estava sendo investido nas pesquisas se perdeu. A gente chamou isto de Massacre de Manguinhos. Depois que o Sérgio Arouca voltou para o Brasil – ele foi deputado, cientista político e presidente da Fiocruz – houve o retorno de vários pesquisadores, infelizmente todos já falecidos. Mas esse episódio nos é muito caro”.

Em seguida, Justa Helena falou sobre a formação do núcleo da Comissão da Verdade da Reforma Sanitária na Fiocruz, que resgata as dores de brasileiros da área da saúde. “Já vimos aqui a experiência dos metalúrgicos, das populações indígenas, o grande movimento das trabalhadoras do serviço social e agora vamos ver o dos trabalhadores da saúde, um contingente de pessoas que não podia se manifestar e foi barbaramente torturado, algumas chegando a desaparecer. Foi Ana Maria Tambellini, que veio de São Paulo para o Rio de Janeiro, que fundou a Comissão da Verdade, que tem o propósito de ouvir

aquelas pessoas que prestavam assistência e que foram punidas exatamente por prestarem assistência aos presos. Ou seja, aquelas pessoas que cumpriam aquilo para o qual foram formadas; elas cuidavam dessas pessoas e por isso elas eram únicas. Foram presas e algumas exiladas.”

Explicou que a Comissão da Verdade da Fiocruz tem o propósito de ouvir os filhos e os netos daqueles que sofreram no período da Ditadura. Assim, destacou que é bastante oportuna essa discussão que se coloca no Seminário Nacional, e que, na Fiocruz, a questão está se tornando um movimento forte com a coleta de depoimentos ou com a fala dos depoentes em um site na internet. “Tem uma coisa bem interessante nesse processo e que aconteceu comigo. Eu passei muitos anos da minha vida sem conseguir falar sobre isso e só quando a gente iniciou esse movimento de fundar a Comissão da Verdade, eu consegui falar para o meu companheiro que eu era filha de um militar que sofreu, passou dois anos preso e morreu num hospital militar. Com isso, fomos até esse hospital militar para levantar o histórico não só do caso dele, mas de muitos outros semelhantes. Descobrimos que não há nenhum registro da passagem dele, do óbito dele. Só tenho a certidão de óbito que diz que ele morreu lá, mas ele desapareceu e não se sabe o que aconteceu. Na certidão, o óbito

diz que ele enfartou, mas meu pai era um homem forte, foi paraquedista e nunca teve uma história de doença cardíaca. Ele foi internado no hospital e um mês depois faleceu, sem deixar nenhum registro. Outros nomes que buscamos nesse hospital também não têm registros do que aconteceu a eles; desapareceram. Nós, da Comissão, estamos resgatando dados e ouvindo os depoimentos possíveis para que possamos de alguma forma saber o que aconteceu naquele período; para que sirva de exemplo para os jovens do que aconteceu, para essa população que vai às ruas. Para que a gente possa punir aqueles que ainda temos condição de punir”.

Justa Helena lembrou o exemplo do povo judeu na II Guerra Mundial, que buscou reparação prendendo aqueles que provocaram o horror do nazismo sobre os judeus, lembrando que é preciso punir os que provocaram os crimes de lesa-humanidade na Ditadura brasileira. Disse que isso, é algo que precisa continuar na nossa memória, que não pode cair no esquecimento. “Muitos falaram e aqui algumas pessoas lembraram como isto hoje impacta as nossas vidas. Nós temos a militarização da polícia, nós temos companheiros que hoje vivem num regime que se diz democrático e que são perseguidos brutalmente pelos agentes do Estado. Os companheiros do ANDES-SN devem conhecer o que se passou com os

companheiros do IBGE, que, num movimento grevista, paralisaram por dois dias e tiveram dois meses sem receber os salários. E hoje eles sequer podem se reunir para discutir, só podem se reunir da catraca para lá, eles não têm liberdade em seu ambiente de trabalho. Nós estivemos lá na comemoração ao Dia da Mulher, e eles tiveram que fazer a homenagem às mulheres da catraca para fora porque da catraca para dentro nada podem comemorar. Como isso está presente ainda em nosso país! A gente sabe da importância dos companheiros do IBGE para nosso país, e eles são punidos por terem uma visão diferente, por quererem maior autonomia para elegerem o seu representante máximo, como faz a Fiocruz e o ANDES-SN. Elegemos nossos diretores de unidades, nossos chefes de departamento. A Fiocruz não vive no melhor dos mundos, mas somos herdeiros desse tempo, de uma ditadura que ainda está presente. Não é o melhor dos mundos, mas é um movimento muito próximo daquela concepção de democracia que a gente espera que todos consigam ter”.

Ressaltou que o trabalho dos servidores do IBGE, que vai além do movimento de conquista salarial e que busca a conquista da liberdade de escolha de seus dirigentes, de proporcionar aos pesquisadores a possibilidade de falarem a verdade do que veem, está sofrendo rupturas e perseguições. Essa é uma

demonstração de quanto a Ditadura ainda é atual e está impregnada na mídia. “Algumas leis estão sendo aprovadas no Congresso Nacional, por exemplo – só pra citar uma – a lei dos transgênicos, que agora querem retirar. Quer dizer, nós não teríamos mais o direito de saber se aquele alimento que a gente consome é transgênico ou não. Então a gente vê uma ditadura, a do mercado, impedindo o nosso acesso à informação. Essa é também uma forma de ditadura que a gente precisa conhecer a fundo e nos organizar para combatê-la. Outra forma de ditadura que atinge em cheio a saúde do nosso país é a abertura ao capital estrangeiro dos serviços de saúde do Brasil. O capital estrangeiro que vai poder fazer hospitais filantrópicos e vai poder abrir laboratórios que possam dar laudos daquilo que a gente consome. Hoje os laudos são produzidos na Fiocruz, mas isso que é um dever do Estado vai passar para a iniciativa privada, financiada pelo capital externo. Então, é uma ditadura do capital no nosso conhecimento, na nossa liberdade de conhecermos aquilo que a gente usa e ingere, naquilo que somos.”

Fábio Okada – Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias

Depois de se identificar como docente do Departamento de Sociologia e Antropologia da Unesp

de Marília, diretor da Adunesp SSind. e substituto representante da professora Angélica Lovato (que deveria estar presente no Seminário), Fábio parabenizou a direção do ANDES-SN pela organização de todos os encontros preparatórios e o presente Seminário Nacional, nos quais a Rede sempre esteve presente. Disse que a Rede foi uma construção iniciada em 2014 e que ela conta com a afiliação de 18 Comissões da Verdade das 22 existentes em universidades públicas. Na Unesp, existe uma Comissão da Verdade fundada entre 2013 e 2014 e que se desenvolveu num contexto muito particular recente das universidades estaduais paulistas, que foi a greve de 120 dias envolvendo docentes, técnico-administrativos da Usp, Unesp e Unicamp, num contexto de repressão por parte de setores dessas instituições.

Fábio expôs que a Comissão da Verdade da Unesp é atualmente presidida pela professora Ana Maria Martinez, também fundadora do Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem). “Foi dentro desse contexto da greve que pudemos vivenciar os elementos que muitos companheiros de mesa apontaram que são os da sobrevivência do regime militar, o tempo todo presentes como forma de repressão ao movimento organizado pelos trabalhadores. Desde o início da greve em 2014, as reitorias dessas três universidades

se utilizaram de todos os recursos provenientes do Regime Militar na tentativa de desmobilizar os trabalhadores e minar a legitimidade do movimento. Lembro que, todo o tempo, eles se ampararam num regimento que foi instituído durante o contexto da Ditadura Militar. Assim, em 2014, vinculando-se até mesmo à Comissão Nacional da Verdade, foi realizado um intenso trabalho envolvendo professores e estudantes para um levantamento de dados que apontava para as várias formas de repressão que atingiram a comunidade acadêmica durante a vigência do Regime Militar. Mas sempre trazendo para o movimento recente, chamando a atenção para a repressão que os três segmentos sofreram por parte das reitorias embasada num regimento criado durante o Regime Militar”.

Fábio ilustrou a repressão que ocorre nos dias de hoje dizendo que desde 2013 a reitoria da Unesp ameaça com corte de ponto, abertura de sindicâncias contra docentes e técnico-administrativos, suspensões, expulsões, despejos contra representantes do movimento estudantil (o número de atingidos é de mais de 100 alunos). “Nós não estamos apenas nos deparando com essa realidade, mas estamos vivenciando atualmente a transposição de um modelo fabril e empresarial de gestão do trabalho e da produção do conhecimento. Então, cada vez mais, a gente vem se deparando com um projeto de univer-

sidade que relega a um segundo plano as dimensões de ensino e das atividades de extensão universitárias, dando uma ênfase extremamente desproporcional à produção da pesquisa científica. Mas não é uma produção científica qualquer, mas aquela que tem imediatamente vinculação a interesses econômicos, de forma que, cada vez mais, nos deparamos com uma modalidade de pesquisa científica que está não apenas distanciada do conhecimento da realidade, mas também do propósito original da filosofia da ciência, mas subordinada de forma explícita aos interesses do capital. Sobretudo aos interesses da agroindústria canavieira e do agronegócio de um modo geral”.

Chamou a atenção para a importância de entendermos o que está ocorrendo, de que não se tratou de uma Ditadura Civil-Militar, mas de uma Ditadura Burguesa-Militar, Empresarial-Militar. Disse não estar surpreso com o que está ocorrendo na sociedade brasileira atual, pois é a continuidade do projeto burguês de civilização. Toda vez que a classe trabalhadora está se organizando, se constituindo como movimento de luta, no sentido de fazer a ruptura com esse modelo de sociedade, o grande recurso institucional dos representantes da burguesia é a repressão, o estado de exceção. “Nós estamos nos deparando novamente com um discurso que vem se tornando recorrente na

sociedade, não só questionando a presidência da república, mas também solicitando o retorno ao Regime Militar. Por isso, é importante o propósito deste Seminário e de todas as atividades que se propõem a recuperar as atrocidades cometidas pelo Regime Militar. Elas assumem uma importância decisiva, porque tratam da reconstrução da memória com vistas à luta no momento presente e à construção do futuro”.

Na Unesp existe uma gestão empresarial que se vale dos elementos do Regime Militar para direcionar a produção do conhecimento científico para fins econômicos. Fábio se pergunta: “Por que em alguns momentos não nos é possível estabelecer claramente uma diferença entre o atual modelo de gestão daquele que foi vivenciado pelo Regime Militar?” Ele responde: “Porque além de todos esses elementos que eu mencionei, no exato momento que iniciei meu trabalho nessa unidade da Unesp, soube que um dos alunos era capitão da polícia militar, depois chegou outro. Primeiro, fiquei bastante preocupado em saber que estaria ensinando Marx para capitães da polícia militar, mas depois descobri que eram policiais dissidentes da corporação. Então, até hoje existem dissidentes dentro da corporação policial. Mas, não só eram dissidentes como sofreram perseguições dentro da corporação por estarem cursando Ciências Sociais, sendo transferidos para ou-

tros municípios. Soube por um desses alunos que o comando recebia semanalmente informes de como andavam as atividades políticas na Unesp, sobretudo na Unesp de Marília, que até hoje é conhecida como a Unesp Vermelha, por congregar um número considerável de docentes vinculados ao materialismo histórico”.

Ao afirmar que essa é uma situação bastante “pesada”, de saber que são monitorados pela polícia militar, com todo o clima de medo instaurado por esse modelo de gestão, Fábio chamou a atenção para a importância de recuperar todos esses elementos que ocorreram sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, fazendo exatamente essa vinculação com o atual momento em que vivemos. “O que estamos vivendo não representa de fato uma ruptura com aquele poder que se constituiu no Regime Militar. Todos dizem que estamos vivenciando um estado democrático de direito, mas um estado democrático de direito que conta o tempo todo com a vigilância da polícia militar sobre estudantes, docentes, servidores técnico-administrativos, que monitora as nossas atividades políticas, que direciona nossas atividades científicas para fins econômicos e empresariais, que administra nosso trabalho como se fosse uma atividade fabril?”

Dizendo ser nesse sentido que considera importante a continuidade das atividades das Comissões da Verdade, Fábio aposta

que, com o conhecimento do passado recente, se pode, cada vez mais, ter a percepção do estado de subordinação a que estamos sujeitos, até mesmo de um modelo de universidade mais vinculado a interesses econômicos e distanciado da necessidade do conhecimento da verdade. “Trata-se, então, de uma estrutura de universidade comprometida com uma modalidade de ciência muito mais vinculada à inovação, à tecnologia, à busca de novas patentes. Esse é um projeto de

universidade que não nos serve, ele é absolutamente indiferente às demandas reais da sociedade. Está o tempo todo vinculado a objetivos completamente estranhos à comunidade acadêmica e vai contra o envolvimento ideológico de muitos docentes”.

(Antes do início da 2ª mesa, foi exibido o filme *Ainda Existem Perseguidos Políticos*, da ONG Acesso – Cidadania e Direitos Humanos e do Coletivo Catarse, sobre a realidade do Rio Grande do Sul).



Seminário Nacional

Comissão da Verdade
do ANDES-SN

11 de agosto a 1 de outubro de 2011

Uma comissão e a política
de direitos humanos no Brasil:
Luta por memória, verdade e justiça

ANDES

Paralelo 13/08/11

12 de agosto a 1 de outubro de 2011

Uma comissão e a política
de direitos humanos no Brasil:
Luta por memória, verdade e justiça

ANDES

Paralelo 13/08/11

12 de agosto a 1 de outubro de 2011

Uma comissão e a política
de direitos humanos no Brasil:
Luta por memória, verdade e justiça

ANDES

Paralelo 13/08/11

12 de agosto a 1 de outubro de 2011

Uma comissão e a política
de direitos humanos no Brasil:
Luta por memória, verdade e justiça

ANDES

Paralelo 13/08/11

12 de agosto a 1 de outubro de 2011

Uma comissão e a política
de direitos humanos no Brasil:
Luta por memória, verdade e justiça

2ª Mesa: “Movimentos sociais: repressão e resistência ontem e hoje”

Palestrantes: Cecília Zaque (do Movimento dos Atingidos por Barragens no Rio Grande do Sul – MAB/RS); Anastácio Peralta (do Conselho Nacional dos Povos Indígenas); e Guilherme Boulos (do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST).

Mediador: Edson Teixeira (Comissão da Verdade do ANDES-SN), assessorado por Júlio Spano (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas Seção Sindical do ANDES-SN Adufpel SSind.).

Cecília Zaque – MAB/RS

Cecília agradeceu o convite e a oportunidade de representar o MAB no Seminário. Informou pertencer à coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e acompanhar uma região, denominada Garabi-Panambi, que se encontra em processo de estudo e de impacto ambiental para construção de duas grandes usinas hidrelétricas. Além disso, ressaltou ser estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Em seguida, explicou que o MAB é o movimento que trabalha na luta por direitos dos atingidos e dos ameaçados por barragens em todas as regiões do país, compreendendo que um grupo social quando é ameaçado pela construção de uma barragem passa a integrar o movimento de atingidos por barragens. Afirmou que o movimento teve suas origens no final dos anos 1970, a partir de mobilizações de resistência contra projetos de construção das barragens na bacia do rio Uruguai e também do surgimento de comissões dos ameaçados e atingidos pela barragem hidrelétrica do Tucuruí, no Pará. Contaram com apoio de povos sindicalizados do submédio do rio São Francisco, no Nordeste, e do movimento de ameaçados por barragens do Vale do Ribeira, em São Paulo. No mesmo sentido, destacou a luta dos que foram atingidos pela barragem de Itaipu, no Paraná. Enfatizou que naquela época vigorava o Regime Empresarial-Militar e a atuação na luta por direitos dos atingidos por barragens se dava em outra perspectiva, que difere da forma atual. As barragens eram administradas pelo Estado; atualmente são administradas por empresas privadas, que têm concessões do direito de administração das barragens. Os projetos – que naquela época eram propostos pelo Estado – não deixavam claro quais eram os direitos e as possibilidades de futuro das famílias que eram atingidas

pelos barragens. Dessa forma, as populações se organizavam a partir da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Além disso, igrejas cristãs luteranas foram importantes na parceria da organização da luta dos atingidos e militantes de esquerda, que se organizavam em comissões regionais debatendo a questão das barragens. A partir de 1991, vários militantes definiram que o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) deveria ser um movimento único, nacional, popular e autônomo, organizando e articulando as questões contra as barragens a partir das suas realidades locais. Vários movimentos que tinham atuação na organização da luta mais pontual acabaram se aliando ao MAB. No país, ao longo da história da construção de barragens, verifica-se um padrão de violação de direitos humanos, daí a importância de articular o movimento nacional, porque os problemas sociais e ambientais que sucedem das construções das barragens são recorrentes, frequentes, comuns e não são conflitos isolados. São inúmeros casos de diferentes regiões do país que mantém, historicamente, a violação de direitos junto à implantação das barragens.

Atualmente, o MAB possui uma estimativa de que são mais de um milhão de pessoas que foram atingidas por essas barragens. Desse total, pelo menos 70% não tiveram os seus direitos reconhecidos. As projeções dos próximos 15 a 20

anos sugerem que vão ocorrer mais barragens, afetando mais de 200 mil pessoas. Portanto, persistirá o mesmo padrão de violação de um milhão de pessoas. E um dos direitos que o MAB quer ver reconhecido é o de dizer não às barragens, de dizer não às obras das usinas. Ressalvou que esse um milhão de pessoas atingidas por barragens já é um passivo social, econômico e ambiental. É por esse motivo que o MAB defende que se faça um fundo para aplicar recursos em planos de recuperação dos movimentos regionais, com destaque às regiões que já foram afetadas há muitos anos. Tais regiões convivem com baixo desenvolvimento, baixa qualidade de vida e acesso aos serviços públicos.

Contextualizando a ação do movimento, Cecília narrou que no período da Ditadura (1964-1985), com a privatização de grande parte do setor elétrico, ocorreu uma mudança na responsabilidade sobre a construção das obras das barragens. Isso fez com que o movimento demandasse uma reorganização e reflexão interna, destacando que as violações dos direitos não cessaram e continuaram com todas as suas características, provocando a desinformação da população, a perseguição e a criminalização dos militantes e das manifestações populares. Destacou que a criminalização foi e é praticada nos aparatos do Estado em defesa dos interesses das empresas privadas, citando,

atualmente, mais de 130 militantes no MAB que sofrem processos judiciais por suas ações políticas.

Cecília indicou que, na região Sul, o conflito é bem recente, com início no ano de 2008/2010 e que se encontra na fase de impacto ambiental, ou seja: a barragem nem começou a operar e já há militantes sofrendo criminalização e interdito proibitório – cujo teor determina que não se chegue perto de um dos escritórios da empresa responsável. Isso leva o MAB a reivindicar que o Estado, ao invés de criminalizar, tenha uma política de direitos aos atingidos por barragens. Em seguida, pontuou que, apesar de alguns avanços, ainda não foi efetivada a reivindicação dos direitos mais básicos de compensação pelos danos sofridos e a realização de projetos de desenvolvimento regionais, amparando as regiões que ficam com os custos sociais e ambientais das barragens. Além disso, destacou mais uma vez que seja assegurado o direito de dizer não às barragens e, no caso delas serem construídas, que o MAB possa ser o protagonista nas negociações pelos direitos que compensam as obras, e não meros receptores de uma política que já vem implementada, já decidida, a toque de caixa, como no caso de Belo Monte, que é o exemplo claro da expressão dos conflitos ocasionados sem que a população seja plenamente compensada, sem considerar a construção de modos de vida muito específicos, destruindo a natureza.

Cecília enfatizou que o projeto Garabi-Panambi é um projeto de construção de hidrelétricas com duas barragens, no Rio Grande do Sul, nas fronteiras com a Argentina, caracterizando-o como um projeto estratégico para a América Latina. Tal projeto já demonstra violações e opressões aos movimentos sociais.

Em seguida, explanou que a forma como se desenvolvem as barragens, na atualidade, se insere em um modelo energético problemático, que submete a energia como mercadoria, um negócio extremamente lucrativo para os empresários do setor elétrico, principalmente os da produção, que são donos das usinas hidrelétricas. Lembrou ainda que o referido modelo energético só se configura como tal por estar inserido no modelo de capitalismo, modelo que necessariamente vai precisar da acumulação do capital, somada à mais-valia da exploração da classe trabalhadora e buscando os lucros dos donos dos meios de produção. Nesse sentido, afirmou a concepção estratégica da necessidade de romper com esse modelo econômico, advertindo que se não for a construção de barragens serão outras formas de lidar com a matriz energética – o modelo de produção de energia, de geração e de venda – atingindo não só aqueles diretamente afetados pelas barragens, mas também a população que paga altos preços da energia. Advertiu ainda que a população paga uma con-

ta de luz alta, porque a regra do modelo diz que tudo que for gasto pelas empresas distribuidoras de energia, com a geração de energia, todo esse custo é repassado automaticamente ao consumidor final. Explicou que o custo da distribuição de energia não abala o balanço fiscal dessas empresas, mas sim as nossas contas de luz.

Em seguida, Cecília denunciou que o custo de outras fontes de energia, como as termoelétricas, não é a principal causa do aumento. Explicou que as empresas do Governo Federal, em Itaipu, vendem o megawatt-hora a R\$33,00 (trinta e três reais), conforme medida que o governo adotou em 2012. A partir das concessões com as hidrelétricas, houve uma pressão para que baixasse o preço da venda do megawatt/hora das usinas. Logo, Itaipu cobra 33 reais no megawatt-hora, mas a Companhia Energética de São Paulo (Cesp) e Tractebel (Empresa franco-belga responsável pela maior geração de energia no Brasil, que atua em vários estados; sua sede é em Florianópolis) estão vendendo a energia 25 vezes mais caro. Detalhou que cada distribuidora, em média, compra 5% no mercado livre e esse mercado livre é autorizado a fazer especulação em cima do preço da energia, chegando a cobrar, nos últimos tempos, R\$ 822,00 pelo megawatt-hora. Esse custo é repassado na tarifa da energia.

Finalizando sua comunicação,

ressaltou que o modelo energético mercantil é estruturado e organizado para tentar manter, fundamentalmente, os interesses especulativos do capital financeiro, atuando e lucrando no setor elétrico. Denunciou que isso afeta enormemente a vida das populações, que estão sendo ameaçadas, que já foram atingidas pelas barragens e é por isso que o MAB tem se organizado e resistido, apesar da criminalização. Destacou ainda que um dos maiores problemas da construção das barragens recai sobre as mulheres. “De que modo? Se o direito de propriedade, quando existe, se o título de propriedade da terra encontra-se no nome do marido, a indenização da família transcorre e o beneficiado é ‘o homem da família’. Logo, o trabalho da mulher não é contado: o trabalho doméstico e o trabalho que é tipicamente feminino no espaço rural como tirar leite, cuidar da horta, são trabalhos que não são considerados, porque, algumas vezes, não são contabilizados. Pelo menos no Rio Grande do Sul, as mulheres têm sido protagonistas dessa luta, têm vindo pra rua, viajando, se ausentando da casa e também sofrendo a maior repressão, os maiores constrangimentos políticos e constrangimentos morais por serem mulheres e estarem saindo de casa. Embora em cada região haja peculiaridades, é recorrente

a participação masculina quando a concessão do direito está encaminhada”. Por último, destacou: a luta inicial de tentar dizer não às barragens tem uma participação fundamental das mulheres.

Anastácio Peralta – Conselho Nacional dos Povos Indígenas

Após saudar o público presente, Anastácio Peralta passou a expor os problemas indígenas, que não é um problema indígena, mas sim um problema do país, de quem o governa. Advertiu que as culturas são diferentes, que na Constituição está registrado pluriétnico, mas não existe “pluripolítica”.

Exemplificando essa situação, narrou: “Vou contar o que aconteceu comigo em 1996, com aquele Decreto nº 1775. Tinha ido pra São Paulo, fui à PUC falar do suicídio do Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Não conhecia o tal do Zero-cal. Chegando lá, o pessoal me ofereceu um café, num coffee break. Eu também não conheço coffee break, estava ‘perdidinho’. No sul se toma chimarrão, eu também tomo. Vi o pessoal tomando o café. Pensei: eu vou tomar! Um assessor meu falou: ‘Você chega lá, você não vai falar de tribo, fala de etnia, essas coisas assim que é mais bonito, tribo já é meio que passado’. Pensei: Nem sabia o que era etnia, nem tribo, eu era bem barriga verde mes-

mo. Chegando lá, estava tomando café. Não conhecia adoçante, só conhecia aquele cristal grande que tinha no Mato Grosso do Sul, um açúcar. Cheguei lá, tomei um café amargo e quente que desceu queimando. Havia uma moça que atendia. Ela olhou em mim, eu olhei nela. Depois ela me perguntou: ‘o senhor é diabético?’. Eu pensei: deve ser o tal da etnia. E respondi: Eu sou Guarani Kaiowá. Ficamos perdidos os dois: Guarani Kaiowá, diabético. Perguntei pra ela o que era diabetes: Ela falou: ‘é uma doença, senhor!’ Falei então: Não sou eu não, eu sou Guarani Kaiowá mesmo”.

Em seguida, Anastácio sugeriu que o Brasil precisa entender de culturas, advertindo que o país tem muitas línguas, muitos povos e que os políticos, principalmente, são analfabetos nesse ponto. Destacou que os políticos atuais descendem dos políticos da época da Ditadura Militar (1964-1985), que agora são os netos e os filhos desses políticos do passado recente. Afirmou: “Mudou a casa, mas não mudou quem mora dentro!”.

Continuando, lembrou que sempre tem um professor que fala que expulsaram os pais dos colonizadores, mas os filhos continuaram com a mesma ideia. Disse que, desde a chegada dos colonizadores até a atualidade, a questão indígena só piorou. Denunciou: “Tiraram nossos matos, acabaram com os nossos rios, acabaram com a nossa produção alimen-

tar”. Evocou um poeta boliviano que ensina: “Envenenaram nossos rios, roubaram nossos frutos, cortaram nossos galhos, queimaram nossos troncos, mas não conseguiram destruir as nossas raízes”. Afirmou que podem ter acabado com os indígenas como eles eram, mas as raízes indígenas estão vivas. Mais uma vez citou que desde a colonização a comunidade indígena tem uma vida cada vez pior, mesmo considerando que houve avanços na Constituição de 1988. Ressaltou que, atualmente, as conquistas constitucionais estão ameaçadas, estão modificando a legislação e algumas garantias.

Em seguida, alertou: “Vou direto lá nos Guarani Kaiowá. Nós somos um dos primeiros grupos que enfrentou a colonização, a chegada dos europeus; somos os guaranis. Sou do tronco tupi. Daquela época até agora, a gente só perdeu: perdemos vida, perdendo mata, perdendo terra. E a terra pra nós é diferente, a terra faz parte da nossa vida, a terra pra nós não é negócio: é mãe. Então, a gente não negocia a mãe. Agora, para o agronegócio, é dinheiro, é valor. Ele não quer saber se a terra vai fazer falta pra ele mais pra frente, ele quer destruir tudo lá na minha região. Lá começou com boi, depois veio soja, agora é a cana. Então, assim eles destroem tudo pra ter essa ganância do dinheiro, de ganhar dinheiro, e são poucos que ganham e muitos trabalham”.

Explicou que, atualmente, há uma média de oito mil Guarani Kaiowá, muitos trabalham no corte da cana, dando lucro aos grandes agricultores que atuam na região. Anastácio lembrou que há rejeição absoluta quando o assunto é a demarcação das terras da comunidade. Afirmou que a Ditadura e a Colonização são muito parecidas. Disse que é necessário criar universidades com novas ideias, pois a educação ainda é prisioneira da colonização. Anastácio afirmou que também é professor, começou a estudar aos 37 anos e com bom desempenho conseguiu se formar. Frisou que tem 54 anos. Reforçou a tese de que a Educação está atrasada. Afirmou que hoje há universidade para os indígenas no Mato Grosso do Sul, onde estuda. Denunciou que a PEC 215 [*nesta PEC, cabe ao Congresso Nacional a palavra final dos limites das áreas protegidas*] retira os direitos dos indígenas e da sociedade brasileira e, principalmente, a palavra dos cientistas, dos antropólogos, dos advogados, dos ambientalistas, dentre outros, para fazer valer a palavra final do Congresso Nacional. Em suas palavras: “Vai valer a palavra de quem? Do Congresso, do homem do boi, da soja, da cana, do eucalipto”.

Indicou a necessidade de enfrentamento desses problemas, destacando o papel da juventude, advertindo que não basta ser aluno e depois se tornar um professor

opressor, tal como ocorrem com os políticos ligados à elite. Eles são filhos de Ditadores e continuam oprimindo os pobres e os trabalhadores. Destacou que a população brasileira não tem direito à terra, não tem direito à moradia, não tem direito ao estudo, ressaltando que nem mesmo há o direito de andar de avião, ironizando que só resta andar a cavalo. Reforçou que a classe dominante não tem muito compromisso com o Estado brasileiro, a não ser explorar até acabar, daí abandonam e vão embora. Mas, advertiu que a natureza está cobrando, como pode ser constatado no desabastecimento de água, que já é uma cobrança divina, que a natureza não aguenta tanta pressão, indicando que nós precisamos, e os Guarani Kaiowá principalmente, ter uma vida política do bem-viver e ser feliz, ser alegre. Afirmou que constata que o não índio nasce, cresce, fica refém da casa, estuda, casa, tem filho, coloca o filho na creche, ele e sua companheira trabalham, pagam uma empregada. À noite, briga com a mulher. Já na política Guarani Kaiowá, se trabalhava de 2 horas a 3 horas por dia, preferencialmente pela manhã, reservando a pesca à tarde, preservando o direito de curtir com a família, de ser feliz, de ser alegre. Para Anastácio, há de existir uma política que trabalhe a alegria e a felicidade. Citou que estará presente na Conferência Nacional dos Indígenas e irá tratar do tema da descolonização.

Mencionou que a presidente da República, Dilma Rousseff, leu e não gostou do termo descolonização. “A mesma presidente que foi oprimida pelos militares não aceita ainda a descolonização. Então, ainda tá dentro dela a colonização. Então, precisamos desvalorizar ela também, porque ela não entendeu ainda o que aconteceu com ela”.

Continuando, Anastácio apontou que é necessário mostrar esses caminhos aos políticos ditadores ainda no poder, que não aceitam a demarcação de terras. Eles ignoram a embate dos que lutaram na década de 1970, até a aprovação da Constituição de 1988, para além das lutas indígenas, uma luta do povo brasileiro. “Se por acaso não houver resistência, se nós deixarmos, eles vão tirar mesmo; se nós deixarmos – nós que também somos formados doutores na faculdade –, vamos cortar cana para os plantadores de cana. Estes não querem saber de nada”.

Guilherme Boulos – MTST

De início, Guilherme agradeceu o convite da Comissão da Verdade do ANDES-SN e reforçou que o tema da repressão no passado e no presente, da repressão atual e da Ditadura Militar, é uma comparação inevitável. Destacou que é um tópico bastante importante e pertinente no momento político atual do país, porque nestes últimos meses, “podemos verificar,

se haviam dúvidas com relação a isso”, o quão frágil é a democracia brasileira, que se estabeleceu com a Constituição de 1988, quão sujeita a retrocessos está a democracia, quando, por exemplo, em poucos meses se estabelece um conjunto de pautas antidemocráticas, antipopulares e autoritárias no Congresso Nacional com chances reais de serem aprovadas.

Citando Anastácio Peralta, que mencionou a PEC 215, falou da PEC 171, que trata da redução da maioria penal. Em seguida, citou o debate em torno da Lei Antiterrorismo, no Senado Federal. Advertiu que a Lei antiterrorismo foi gestada pelo próprio governo Dilma, com o apoio da sua base parlamentar, no período que antecedeu a Copa do Mundo de Futebol, a fim de aprovar uma lei para inibir, atacando as manifestações populares. Sob o pretexto de simplificar o crime de terrorismo no Brasil, o projeto de lei é extremamente vago. Advertiu: “o que se estabelece é uma criminalização aberta das manifestações populares, qualquer coisa vai poder ser taxada como terrorismo e com uma série de agravantes. O suposto crime pode chegar a pena de mais de 20 anos de prisão”. Pela definição do projeto, terrorismo é causar pânico. Pode-se deduzir que uma manifestação pública cause pânico: se um movimento social, como o MAB, bloquear uma rodovia e causou pânico, é terrorista. Se botar fogo em pneus, ainda tem o

agravante de crime incendiário: 25 anos de prisão. “O que nós estamos vivendo nesse último período é a tentativa de aprovação dessa lei, que pode acontecer a qualquer momento. Ela estava na pauta do Senado há 10 dias; por um acordo ela foi adiada”.

Nesse sentido, Boulos advertiu que a repressão às lutas sociais está longe de ser coisa do passado no nosso país. Afirmou que a repressão às lutas sociais é uma realidade e se constrói para além do mecanismo prioritário do Estado brasileiro; faz-se com a judicialização. Ou seja, estabeleceram-se processos criminais contra lutadores sociais nos últimos anos. Afirmou ainda que há um processo que indica que as coisas podem piorar. “Vivemos um processo de crise econômica e um Estado que a única resposta que apresenta para essa crise é fazer os mais pobres pagarem o preço dessa crise, com o ajuste fiscal jogado nas costas dos trabalhadores do país”. Indo além, enfatizou que essa situação combinada com a mobilização social gera química explosiva e que, normalmente, gera ondas de repressão.

Guilherme advertiu que se o povo está mobilizado na rua, se há crise econômica, e o Estado é incapaz de atender as demandas populares, esse Estado normalmente recorre à intensificação da repressão das lutas sociais. “Não é à toa que aqui nesse momento se pautou novamente a lei anti-

terrorismo e temos muitas razões para estarmos preocupados quanto a uma escalada de repressão e criminalização das lutas sociais”.

Destacando outro ponto sobre repressão, Boulos apontou que a criminalização dos movimentos e das lutas é um tema que de algum modo está na agenda da esquerda, está na pauta da esquerda, mas, muitas vezes, se comete o erro de nos limitarmos a discussão da criminalização das lutas sociais e não tratar de um processo perverso que tem ocorrido em escala muito maior nas cidades brasileiras, que é o processo de criminalização da pobreza.

“Uma coisa é você criminalizar a quem luta, outra coisa é você fazer uma criminalização indiscriminada de trabalhadores pobres e negros das periferias do país. O que tem ocorrido de forma sistemática pelas polícias brasileiras, o que nós temos visto nos últimos anos é um aumento considerável do índice de extermínios pelas polícias militares do país. Na prática, hoje existe pena de morte no Brasil. E essa pena de morte – o que é pior – é aplicada sem direito de defesa, sem processo judicial. Se você é morador da periferia, você é suspeito. Se é jovem e negro, além disso, você já está condenado. E esse processo de uma polícia racista, de uma polícia segregadora, se intensifica na mesma medida em que se intensificam as contradições urbanas do Brasil”.

Em seguida, argumentou que no ano de 2015, desde o dia 1º de janeiro, a polícia militar de São Paulo matou duas pessoas/dia. E ainda: sozinha, a polícia de São Paulo está matando mais que todas as estaduais dos Estados Unidos juntas, lembrando que a polícia dos Estados Unidos não é exemplo de direitos humanos. Mas – retornando de a São Paulo – foi mencionado que num estado de 40 milhões de habitantes, ela mata mais que a dos Estados Unidos com 300 milhões de habitantes. Para Boulos, isso tem relação com o modelo profundamente segregador de cidade que temos visto se fortalecer nos últimos dez anos no Brasil. A última década foi a da especulação imobiliária, foi o período em que o setor da construção civil, o setor imobiliário e o capital, que atuam no território urbano, ganharam como nunca na história brasileira.

Guilherme denunciou que se pegarmos os índices de valorização do metro quadrado das maiores cidades do Brasil, vamos encontrar índices de mais de 200%: o Rio de Janeiro, que foi a maior valorização do país, atingiu 260% em seis anos; e esse processo de valorização imobiliária – que pode parecer uma coisa desconectada da criminalização da pobreza – é precisamente um processo que gera um modelo de cidade de exclusão e de exceção, porque na medida que se valoriza a terra da cidade, os mais pobres são mais uma vez expulsos para as perife-

rias mais distantes. “Temos visto o fenômeno de formação de novas periferias urbanas, bairros que já eram relativamente periféricos têm sido colonizados pelo capital imobiliário, com a facilitação de novos empreendimentos com crédito público, expulsando os mais pobres, seja diretamente por despejo ou remoções, ou pelo aumento abusivo do valor dos aluguéis. Famílias que moram em regiões mais próximas do centro são jogadas para regiões mais distantes, sem infraestrutura, sem serviços públicos, em que o Estado só atua como força policial. Nessas áreas, uma cidade quase que segregada por muros, está o retrato brasileiro: o lado de lá do muro é o lado em que há uma lógica de criminalização e extermínio com regra, em que a população mais pobre, particularmente a juventude, e mais especificamente, a juventude negra, é exterminada diariamente sem direito de defesa, nos conhecidos autos de resistência – a resistência seguida de morte. É quando os policiais matam, exterminam e forjam uma cena como se fosse uma troca de tiros, e as coisas ficam por isso mesmo”.

Citou um índice: 98% dos homicídios policiais são arquivados sem punição no Brasil. A impunidade é um sinal para que façam mais. Logo, essa relação entre especulação imobiliária, criminalização da pobreza e extermínio talvez tenha hoje o palco mais evidente no Rio de Janeiro com a

política das polícias pacificadoras. “Pacificadora pra quem? Pacificadora para os negócios.”

Ainda sobre as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), Boulos disse: “Nós conhecemos o caso emblemático do Amarildo, o caso problemático do dançarino VG. Enfim, inúmeros casos de moradores de comunidades que foram assassinados pela polícia pacificadora. As rotas das UPPs do Rio de Janeiro seguem fielmente as rotas da valorização e da especulação imobiliária. As UPPs foram implementadas para gerar valorização imobiliária do entorno e não só gerar valorização imobiliária nas próprias favelas. Hoje, o Morro do Vidigal está se estabelecendo, tem hotel 5 estrelas. Um produtor comprou barracos no Morro do Vidigal, e as famílias que moravam de aluguel lá estão sendo expulsas, porque o aluguel no Vidigal custava 500 reais e agora custa 2 mil reais, e elas são forçadas a ir pra zona oeste do Rio de Janeiro, a duas horas do centro. Os próprios morros estão se tornando pontos turísticos, de elitização e de valorização imobiliária, e as regiões do entorno da mesma forma, com o tal do projeto olímpico no Rio de Janeiro. Esse projeto olímpico é um projeto de especulação, é um projeto de militarização da vida social, um projeto de extermínio e criminalização dos mais pobres. Cada vez mais no Brasil ser pobre é crime, e um crime que se paga muitas vezes

com a pena de morte, quando não com as humilhações e com os ataques do Estado brasileiro, que já são costumeiros”.

“Outro caso emblemático no Rio de Janeiro é o Complexo da Maré, que nós sabemos que há mais de um ano está ocupado pelo Exército brasileiro, fazendo todo tipo de atrocidades. Nós temos visto uma turminha ir pra rua pedir intervenção militar; não precisa ter intervenção militar no país, manda ir ao Complexo da Maré que lá já tem intervenção militar; vai ao Complexo da Maré que vai ver o que é intervenção militar – é o exército matando o povo diariamente, articulado às políticas das UPPs”.

Finalizando, Boulos disse que o momento que vivemos hoje é um momento, na avaliação dos Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), de muita gravidade para a conjuntura política brasileira. “Há uma ofensiva importante, uma ofensiva repressiva e criminalizadora da direita, expressa em uma série de iniciativas e projetos de lei, que indica um retrocesso político da legislação do Congresso Nacional. Com isso, há uma política severa de ajuste fiscal do governo federal que faz os trabalhadores mais pobres pagarem o preço da crise econômica, com o aumento do agravamento da insatisfação social, que tende a se tornar cada vez mais mobilização. E essa mobilização encontra um Estado capturado pelo sistema financeiro, cada vez mais incapaz

de dar respostas às demandas populares. Nesse sentido, a resposta que nós podemos prever e supor contra o Estado brasileiro no próximo período é uma intensificação da luta pelos direitos sociais, uma intensificação da luta dos trabalhadores diante da reação e da repressão. Esse Estado, que não é capaz de proceder e de garantir direitos, é um Estado que vai recorrer à repressão. Então, o cenário se agrava, e acho que as forças populares, as sindicais, as forças políticas de esquerda têm que estar preparadas pra lidar com o que nós vamos viver no próximo período, que vai ser chumbo grosso. É o retrocesso de um período que já não era nenhuma idade de ouro, um período de democracia muito limitada que nós vivemos nos últimos anos, mas que tenderemos a viver no próximo período retrocessos ainda maiores. Vamos ter que estar unificados e com uma clareza de estratégia e de objetivos pra poder enfrentar isso da forma mais adequada”.

Debates:

1. Amanda Menconi dirigiu sua pergunta a Cecília Zaque, dizendo ter acompanhado algumas atividades do MAB, em Rondônia, nas quais a mobilização partia da denúncia de que “água e energia não são mercadorias” e que acabou se transformando numa denúncia de que “água, mulher e energia não são mercadorias”. Essa mudança

se deu a partir do crescimento da prostituição em regiões que as hidrelétricas são implantadas, geralmente regiões de extrema miséria, indutoras de prostituição feminina como única forma de sobrevivência.

Cecília Zaque: “A questão da mulher nas regiões de construção das barragens se insere, há tempos, num modelo de destruição dos direitos públicos, dos serviços do Estado. Tais regiões passam por um processo de empobrecimento. Com as grandes obras, as cidades e os municípios pequenos não têm estrutura para abrigar todas as pessoas, todos os trabalhadores que migram em busca de emprego. Esses trabalhadores são atraídos pelo fetiche de que a construção de barragens são a garantia de emprego, mas para os moradores das regiões restam, justamente, às atividades de menor remuneração, as mais precarizadas. Nesse contexto, a prostituição emerge com uma das poucas alternativas às mulheres. A gente tem casos, acho que em Rondônia, que a empresa que construía a barragem distribuía vales para essas casas de prostituição; os trabalhadores recebiam esses “vales-meretrizes” e a situação é bastante triste pra nós mulheres. Quando a barragem fica pronta, quando o pessoal vai embora, sobra um monte de filhos, filhos das barragens”.

“O MAB tem desenvolvido ações políticas com as mulheres, as mães de filhos dos trabalhadores

das barragens, juntamente com a Via Campesina, debatendo que é necessária a manutenção e a ampliação dos direitos da classe trabalhadora. Além disso, sugeriu um novo sistema político, haja vista a inoperância do Congresso Nacional – vejam a PEC 215, as terceirizações e a redução da maioria penal. É fundamental uma transformação da sociedade aliada a uma democratização dos meios de comunicação e a taxação das grandes fortunas. Afinal, quem pague a conta da crise econômica não seja os trabalhadores, mas sim os que lucram, que são os ricos. É por isso que a gente tem intensificado nosso trabalho de base, nosso trabalho de luta da consciência e diálogo com a classe trabalhadora, para que estejam defendendo, com o MAB – e com os movimentos sociais – os direitos da classe trabalhadora. Lutamos para que os trabalhadores não sejam massa de manobra ou que sejam seduzidos por argumentos fáceis que estão sendo disseminados pela mídia, que fala da corrupção da Petrobras, porque tem que falar mesmo, mas não fala da corrupção deles mesmos, da RBS aqui no Rio Grande do Sul. Enfim, a gente tem que fazer esse trabalho, o trabalho é na rua, o trabalho é com a classe trabalhadora no dia a dia, corpo a corpo. É isso”.

2. Amanda também indagou Guilherme Boulos sobre o programa habitacional “Minha Casa Minha Vida” e como a atuação desse pro-

grama beneficia os grandes grupos de empreiteiras, mesmo que reserve parcela ínfima às entidades e aos movimentos sociais. Sugeriu ainda que ele fizesse uma análise de como a Copa do Mundo de Futebol teve relação com a criminalização dos movimentos sociais.

Guilherme Boulos: “O ‘Minha Casa Minha Vida’ é um programa que não foi concebido e nem funciona para resolver o problema da moradia no Brasil. O programa foi lançado em 2009 e produziu até hoje dois milhões de casas. É um programa do ponto de vista quantitativo, digamos assim, com um número respeitável. Já é o maior programa de habitação da história do país. O Banco Nacional da Habitação produziu mais, sem dúvida. Mas, para uma faixa de renda maior que não é a habitação popular. No entanto, o número de famílias sem moradia do Brasil, em 2008, um ano antes do projeto ‘Minha Casa Minha Vida’, era de cinco milhões e 500 mil; e o número de famílias sem moradia – segundo o último dado de que dispomos, que é de 2012 – era de cinco milhões e 800 mil. Ou seja, se construiu 2 milhões de moradias e o déficit habitacional aumentou, porque essas cidades são máquinas de criação de novos sem-teto. A especulação imobiliária e o programa acabam por fortalecer essa dinâmica. Na medida em que não toca no tema da terra, que é o tema principal, o programa tinha que vir acompa-

nhado de uma política ousada de desapropriação de terra, baseada nas prerrogativas do Estatuto das Cidades, com uma proposta de uma nova lei de terras no país. Isso não aconteceu. Isso é um programa que funciona para dar dinheiro pra empreiteira e não resolve o problema habitacional do país; não é um programa concebido para o atendimento da demanda. Basta lembrar que apenas 2% é feito por organização direta e 98% vindo pelas empreiteiras”.

“Sobre a Copa do Mundo de Futebol, ocorrida no Brasil, em 2014, o que ocorreu foi um processo de agravamento de uma cidade de exclusão. Não foi a Copa que criou essa cidade da exclusão, mas ela a aprofundou no país, como aprofunda em toda parte. Vejam o que aconteceu na Copa do mundo de Futebol na África, em que, cinco anos depois, há mais de dez mil famílias morando em containers, nos arredores da Cidade do Cabo. Essas pessoas foram despejadas por conta das obras da copa. Obras que geram a especulação e geram, ao mesmo tempo, repressão. Tal como na África do Sul, aqui no Brasil foi instituída a Lei Geral da Copa, que incluiu uma série de distanciamento de direitos, tanto que as manifestações sociais durante a copa foram reprimidas. Houve todo o esquema de segurança montado pra garantir que a festa acontecesse, custasse o que custasse; festa para qual o povo brasileiro não foi convidado,

com os preços exorbitantes dos ingressos. Foi uma festa elitizada pra classe média alta, para a elite brasileira e para turistas estrangeiros. E qual foi o custo que se pagou por isso? Foram bilhões de reais repassados mais uma vez para as grandes empreiteiras do país fazerem obras absolutamente duvidosas. Não só os estádios, as obras de mobilidade também; a maior parte delas é de acesso aos estádios. O povo de Itaquera (SP), por exemplo, não demora menos tempo pra ir ao centro da cidade depois que as obras foram realizadas. As obras diárias que foram feitas em Itaquera, assim como aquelas que foram feitas na maior parte das cidades para a Copa, foram obras para o acesso aos estádios, aos centros hoteleiros e aeroportos e não para uso da população, que todos os dias faz viagem do centro para periferia. Então, a Copa representou mais um capítulo de um projeto antipopular, de um projeto de cidade excludente e repressivo”.

3. Um participante do público (não identificado) dirigiu sua pergunta a Anastácio Peralta, para que falasse sobre a necessidade da identidade dos indígenas brasileiros com o conjunto da América Latina e com o conjunto da classe trabalhadora na região.

4. Outra pessoa igualmente não identificada indagou de Peralta como ele avalia a relação entre os extermínios das lideranças indígenas e a repressão aos trabalhado-

res de modo geral; se não há uma mesma lógica de criminalização dos movimentos sociais.

Anastácio Peralta: “Vejo a colonização como um mal muito grande que caiu na cabeça dos originários. Principalmente nós que vivemos aqui. Ela vem acompanhada de várias coisas: vem acompanhada de padre, de militar, de governos. Essas coisas continuam até hoje. A gente acabou sendo dominado. Por isso, não é só o Brasil, é a América, os espanhóis. A gente ficou dominado. Por isso, e por muitos anos, a gente teve uma mentalidade colonialista. Nossas faculdades foram espelhadas do lado de fora, pode ver que poucas universidades têm uma mentalidade mais de América Latina. No Brasil, no Paraguai, na Argentina, parece que é tudo combinado. A gente é dominado pelo capital, e esse capital está até hoje”.

“A dominação do não índio é compreensível, embora não aceitável. Mas, a colonização do próprio povo deve ser recusada. Isto é ensinado entre os Guarani-Kaiowá. A gente faz igualzinho: estuda pra quê? Às vezes, a gente estuda pra ter um bom emprego e continuar sendo peão de alguém. Trabalhar para alguém. Inclusive tem um professor nosso que terminou o mestrado, fez um concurso e passou. Já não é mais nosso, ele já é comandado pela universidade. É muito difícil o trabalho de descolonização, de quando você pensa ter um parceiro, ele vai (...);

o nosso caminho é trabalhar uma política de descolonização. Acho que não se deva entrar muito nesse debate de comunista, mas entrar num debate de bem viver, de ser feliz, é o PIB do bem viver. Esse espírito de alegria, de paz, onde todo mundo pode viver sem maldade. Há certa política das esquerdas que, ao invés de ser uma alternativa na luta pela descolonização, foi capturada pela direita. No Mato Grosso do Sul, há dez anos, era recorrente o assassinato dos Kaiowá pelos latifundiários. Atualmente, a tática usada por eles é judicializar o confronto, prendendo os representantes da comunidade, ameaçando e processando. A luta pela terra, para os Kaiowá, é tudo. A gente tem prazer de morrer na nossa terra, porque a terra para nós é mãe. Morrer no colo da mãe é um prazer pra qualquer cacique que luta pela terra, porque ele pertence àquele local. Para os grandes latifundiários, matar índio não compensa. Nós precisamos preservar a natureza para dar continuidade da vida para nós mesmos, porque o problema do índio não é um problema: é solução para o planeta. Quero convidar vocês para continuar na luta!”

Outro participante do público (não identificado) solicita que Guilherme Boulos explicita a forma de organização do MTST em relação às ocupações urbanas, destacando a originalidade desse movimento social.

Guilherme Boulos: “Entendemos

que a luta por moradia não pode ser a reprodução de modelo de cidade construído pelo capital. A luta por moradia tem que ser por moradia digna e não reproduzir os modelos dos pobres atirados para regiões sem infraestrutura; que são jogados a uma situação de favelização, sem uma condição de vida decente. Entendemos que o direito à moradia deve ser assegurado pelo Estado. O Estado precisa garantir esse direito. Nesse sentido, o MTST direciona o seu alvo tanto à especulação imobiliária – que é o que impede o acesso à moradia – ocupando os terrenos que estão sendo usados, e, ao mesmo tempo, ao Estado, exigindo políticas de adaptação e de moradia dignas. Não achamos razoável que uma pessoa que já está numa condição precária vá para a ocupação viver uma situação mais precária. Por isso, a ocupação é transitória para a viabilização de uma moradia digna”.

“Quero responder aos comentários do professor Elídio Marques sobre o que não podemos fazer nesse momento político, quanto à sua angustiante dúvida, parece que nós temos duas questões, dois erros que não podemos cometer. O primeiro erro é defender o indefensável: a tentativa de defender o governo Dilma ou de defender o PT. Nessa conjuntura é um erro brutal, porque, de fato, há uma ofensiva da direita. A direita está surfando na onda da insatisfação popular do governo.

A insatisfação pessoal e aqueles que se colocarem na defesa do governo vão integrar a insatisfação da direita; vão abrir mão de fazer a disputa da insatisfação popular, deixando que a direita canalize isso. Esse governo com seu ajuste fiscal e as suas políticas antipopulares são indefensáveis. Expressa inclusive o esgotamento da estratégia de conciliação do PT, o modelo do PT, que buscou construir nesses 12 anos que seria possível um pacto de conciliação de classes, em que todos ganhariam, onde banqueiro ganha e ganha sem-teto. Esse modelo, se ele conseguiu vigorar, foi de uma forma muito limitada, pois sabemos que banqueiros ganham muito mais que qualquer outro. Esse modelo, em momentos de crise, se esgarça e força o governo a tomar iniciativa para um lado e para outro. O governo Dilma decidiu o lado de suas iniciativas; decidiu fazer – pelas suas políticas – que os trabalhadores paguem o preço dessa crise. Isso é inadmissível. Isso precisa ser combatido. Isso precisa de mobilização popular organizada. Nesse sentido, o primeiro erro é buscar ser uma boia de salvação para um governo que se mostra indefensável. O segundo erro é subestimar o avanço da direita, porque, às vezes, a gente quer mostrar que é mais de

esquerda que o outro e falha na análise por isso. O que aconteceu com as manifestações ocorridas no dia 15 de março de 2015 no Brasil? Quero destacar as realizadas em São Paulo, na Avenida Paulista. Expressam uma preocupação. No dia 15 de março quem estava de vermelho foi expulso e escorraçado das manifestações. Não foram fatos isolados alguns episódios de histeria fascista e antipopular, dos setores médios que estavam nas ruas. O PT já não é, há tempos, de esquerda. O antipetismo acaba sendo cada vez mais um movimento de direita e tenta levar com o PT a esquerda, as greves, as ocupações e o movimento social. Nós temos que estar atentos a essa ofensiva da direita e não cair no infantilismo de falar de quem está combatendo a ofensiva da direita está defendendo o governo Dilma. Nós temos que fazer uma análise rigorosa. Que compreenda, ao mesmo tempo em que o governo Dilma é indefensável e que precisa ser enfrentado nas ruas, sobretudo as suas políticas de ajuste fiscal, que a ofensiva da direita também tem que ser enfrentada, com a mesma disposição, com a mesma energia. Por isso, acho que são dois erros que numa conjuntura complexa nós temos que nos esforçar em evitar”.



ANDES

SINDICATO NACIONAL

CONLUT

Seminário Nacional

Caminho da Cidadania

do ANDES-SP

Seminário Nacional

Caminho da Cidadania

do ANDES-SP

ade

ANDES

ANDES

ANDES

www.anes.org.br





Seminário
Nacional

Comissão da
Verdade
do ANDES-SN

31 de março a 1 de abril

Seminário
Nacional

Comissão da
Verdade

3ª Mesa: “Superar a herança ditatorial: o futuro da luta no Brasil”

Palestrantes: Márcio Antônio de Oliveira (da Comissão da Verdade do ANDES-SN); Suzana Lisboa (da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos); Christine Rondon (do Comitê Gaúcho da Memória, Verdade e Justiça Carlos de Ré); e Gilvan Odival Veiga Dockhorn (professor da Universidade Federal de Santa Maria).

Mediador: Waldir Bertúlio (Comissão da Verdade do ANDES-SN), assessorado por Luciano Miranda Silva (Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria - Sedufsm-SSind.).

(O professor Márcio Antônio de Oliveira apresentou uma síntese do que ocorreu nos três encontros preparatórios a este Seminário Nacional promovidos pela Comissão da Verdade do ANDES-SN, que já se encontra expressa, com mais detalhes, na Primeira Parte deste Caderno).

Suzana Lisboa – Com. de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos

Inicialmente agradeceu o convite para participar do Seminário e enfatizou a trajetória e a luta dos familiares pelo direito de reconhecer

e de enterrar seus mortos de forma digna, tendo em vista que esse direito continua sendo negligenciado. Para isso, destacou que a Lei nº 9140/95 – já tantos anos depois da anistia – dava aos familiares de desaparecidos apenas um atestado que dizia: “Fulano de tal, morreu no ano tal, de acordo com a lei tal.” “Não tinha a causa das mortes, não tinha data; o Estado assumiu só no papel, só no atestado de óbito. Assumiu sem proceder nenhum tipo de investigação”.

Suzana falou que nos últimos anos vários documentos de arquivos desapareceram e que nada foi feito por parte do Governo Federal para abrir os arquivos ou para investigar as causas das mortes. Então, mais do que nunca, é fundamental que esse assunto esteja presente permanentemente nas universidades, exatamente onde estão os formadores de opinião, para que se possam conscientizar, cada vez mais, pessoas para dizerem “Nunca Mais Ditadura Militar”. “A Ditadura Militar não pode mais voltar. Todos são responsáveis por não se ter conseguido que este assunto seja do conhecimento de todos, de cada pessoa, em cada esquina deste país”.

Christine Rondon – Comitê Gaúcho da Memória, Verdade e Justiça Carlos De Ré

Primeiramente agradeceu e cumprimentou a todos, deixando clara sua alegria de poder falar

a respeito do Golpe de 1964 naquele 1º de abril.

Destacou que a luta por esclarecimentos a respeito da Ditadura não se iniciou de forma institucional, mas que foi fruto de movimentos populares e cívicos de grupos de pessoas que voluntariamente, e muitas vezes de forma isolada, durante décadas, têm promovido o movimento por Memória, Verdade e Justiça em nosso país. Apresentou o Comitê Carlos De Ré, que é um dos comitês de Memória, Verdade e Justiça do estado do Rio Grande do Sul, que buscou nos últimos anos atuar não só neste estado mas também na medida das possibilidades, no país, já tendo atuado no Chile e na Argentina em diversas oportunidades para construção de atividades e diálogos.

Christine ressaltou que o principal objetivo do Comitê é se aliar as lutas por direitos humanos, implantando e conscientizando para a pauta da Memória, da Verdade e da Justiça, dentro de cada esfera das lutas que são hoje realizadas por diferentes movimentos, ainda que não necessariamente trabalhem com essa pauta. “Precisamos saber de que maneira nós estamos inseridos e dialogando com esses tantos movimentos que sentem nos seus cotidianos as mazelas de toda ditadura, das violências que permanecem e de toda a falta de democracia, que são desafios que temos que lutar hoje por sua superação.”

Christine alegou que é válido mostrar a atualidade das violências, que não são pontual e exclusivamente das forças policiais, mas de diversas instituições. Disse que o Comitê participou das manifestações de 2013, defendendo a desmilitarização das polícias. Afirmou que expressar isso é falar de Memória, Verdade e Justiça, é falar de Ditadura, da cultura política do nosso país, da cultura democrática e de tudo aquilo que vem como herança desse período e que a nossa justiça de transição ainda não logrou superar.

“É muito importante fazer uma autocrítica da ação do Comitê e contextualizá-lo dentro de uma linha de vários movimentos por Memória, Verdade e Justiça mais recentes do nosso país, muitos inspirados nas lutas de comissões de familiares dos mortos e desaparecidos. Esses e outros movimentos que desde muito antes já estavam avançando e vinham corajosamente militando, às vezes, de forma isolada, para fazer a diferença que se pretende ter na nossa democracia e na nossa história. Esses movimentos, que existem um pouco antes da Comissão Nacional da Verdade, são movimentos que continuam articulados e que se articulam nacionalmente; têm uma grande extensão territorial. Em quase todos os estados do país, existem comitês populares que lutam por Memória, Verdade e Justiça, e a maioria deles se articula na rede Brasil

Memória, Verdade e Justiça, que é uma rede nacional, através da qual o Comitê Carlos De Ré pretende unificar algumas pautas e dar maior projeção a elas”.

Christine argumentou que além de iniciativas populares e movimentos de rua, é preciso pressionar o STF para uma correta interpretação da Lei de Anistia, pelo fim da violência praticada atualmente, não só com a desmilitarização das polícias, mas também com diversas reformas, até mesmo legislativa, para que se possam superar as heranças institucionais dessas violências. “É necessário insistir na ressignificação dos lugares públicos, rebatizando os nomes, não permitindo homenagens a ditadores, homenagens a pessoas que foram ícones dessas violências e que no momento em que são homenageadas se coloca um caráter ideológico de manutenção dos valores que elas representavam.”

(Antes de encerrar a participação de Christine Rondon, a representante das Clínicas do Testemunho, Alice Telmo, intervém na fala e destacou a importância de se dar visibilidade para os efeitos transgeracionais que teve a Ditadura, sendo o testemunho uma das formas de visibilidade. Convidou o público presente para uma audiência, organizada pela entidade, que seria realizada no dia 24 de abril de 2015, das 14 às 17 horas, no Memorial dos Direitos Humanos, na praça da Alfândega, em Porto Alegre.)

Gilvan Odival Veiga Dochhorn – Universidade Federal de Santa Maria

Gilvan ressaltou que as discussões acerca de Verdade, Memória e Justiça são importantes não só nas efemérides como tem sido costume, mas cotidianamente. Disse que muitos alunos seus nasceram da década de 1990 em diante, em um período democrático e que por isso impressionantemente passaram a relativizar o que significa um Estado Autoritário, ou seja, passaram a ver um passado que não viveram de uma forma até romântica e adotaram bandeiras bastantes conservadoras. Talvez isso explique o porquê de defenderem enfaticamente um retrocesso a uma estrutura autoritária, como forma de solucionar problemas.

“Essas duas questões – a massa de jovens que quebra a relação com seu passado e a forma como a academia tratou o presente –, de certa forma, respondem pelo momento que nós estamos vivendo em sala de aula, quando se fala de Ditadura, de Golpe, de repressão, de autoritarismo, de censura. É quase como falar da Idade Média ou do Império Romano ou do tempo das Inquisições. Parece algo distante, mas deve estar diretamente ligado com o presente, evitando assim seu esquecimento”.

Gilvan afirmou que mesmo passados 51 anos do Golpe de 1964 algumas figuras ainda estão na mídia, na esfera visível do poder.

“Elas estão realmente definindo na política; não houve nenhum processo de ruptura com essa memória política, essa herança. O pior é que as ações perversas de muitos apoiadores da Ditadura Civil-Militar no Brasil estão caindo no esquecimento. Na verdade, há um movimento que reforça o silenciamento, a invisibilidade, que compromete as lembranças das atuações perversas dos agentes da Ditadura Civil-Militar no país”.

Destacou que o Golpe foi apoiado por setores que depois dos anos 1980 vieram a se tornar os arautos da democracia: a cúpula da Igreja Católica, a Rede Globo, grandes meios de comunicação, banqueiros, grandes e ricos empresários, pois foram estes que financiaram a Operação Bandeirante por exemplo. Essa foi uma das heranças da Ditadura e todo mundo se desvinculou da sua participação. “Uma das tantas heranças é a estrutura universitária. Eu sou oriundo da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria é o segundo maior contingente militar do país, e nós tivemos esse paradoxo desde os anos 1960: a fundação da universidade, no Centro de Saber, que acabou se transformando na primeira universidade pública do interior do Brasil, e o Centro das Armas. Ainda persiste na UFSM os entulhos da Ditadura expressos em seus estatutos, nos regimentos das comissões superiores, regime departamental, proibições a promoção de boicotes às aulas, o livro

-ponto, autênticos resquícios das estruturas da Ditadura. Nós criamos uma Comissão da Verdade interna porque não há estudo sobre isso lá dentro, ou seja, não se fala sobre isso dentro da universidade, não se apontam os caminhos em que existiram os expurgos, as demissões compulsórias, as perseguições a alunos, professores”.

Gilvan também afirmou que o que aconteceu no Brasil foi uma ditadura da classe dominante – a classe rica, poderosa, dos patrões – contra a classe trabalhadora. “Independente do nome que se dê, essa dimensão é a que não se pode perder. Esse reencontro, essa tentativa de se relacionar com a memória desse passado recente é fundamental para se compreender os rumos que este país vai tomar; as formas de decisão para enfrentar essa conjuntura que, no mínimo, é complexa, onde se vive num cenário que é similar ao de 1964. O Golpe é midiático, basta ver o que acontece no mundo, como se desestabiliza um governo e esse é um momento muito delicado. Nesse sentido, analisar esse passado recente é fundamental para compreender como certos agentes sociais, políticos e econômicos se comportam”.

Debates e comentários:

1. *Uma pessoa do público (não identificada) fez uma reflexão sobre a vitimização dos perseguidos*

políticos e torturados e disse que não pactuava com a construção de uma memória conciliatória daquilo que foi vivido na Ditadura Empresarial-Militar na América Latina, especialmente no Brasil. Alegou haver um movimento para esquecimento do conteúdo político que a luta armada trouxe para o Brasil, para a América Latina. Disse não ter dúvidas de que o projeto político que estava colocado na América Latina, sobretudo no Cone Sul, pelas organizações de luta armada, não pactuava com a democracia burguesa que se instalou pós-ditadura. “É preciso ir além; a saída foi a democracia burguesa, mas, certamente, ao se recuperar o conteúdo que deu base à luta armada, ter-se-ia um desafio para de fato fazer uma democracia popular, de base fiel ao que, de certa forma, essas organizações defendiam”.

2. Outro cidadão da plenária (não identificado) disse que, apesar da situação atual, é preciso continuar lutando pela memória, justiça e democracia. A Comissão Nacional da Verdade, apesar do trabalho que vem desenvolvendo, tem muitos limites. O principal empecilho é o fato de a Ditadura ter sido de classe e que sucumbiu aos tempos da conciliação de classes; que mesmo pessoas que lutaram contra esse passado, estando no poder, acabaram por sucumbir ao capital. “O número de mortos reconhecidos pela Comissão Nacional da Verdade é de 434, o que já seria motivo de escândalo, buscando-se

a punição dos torturadores e dos assassinos. Porém, o horror e a barbárie da Ditadura, como situação de limite extremo, com mortes, sequestros e desaparecimentos, são muito mais que apenas números frios. A Comissão não reconheceu os crimes cometidos contra os camponeses, cujas mortes chegaram a mais de 12 mil. A Ditadura, marcada pelo êxodo rural e pelo inchamento das cidades, gerou uma população que foi denominada classe ‘perigosa’, que foram as milhares de vítimas preferenciais dos esquadrões da morte”.

Gilvan Dockhorn: “É fundamental discutir a Ditadura, o Golpe. É imprescindível para nossa história, para nossa vida coletiva, que os crimes sejam apurados e que haja a reparação. É fundamental que os responsáveis sejam punidos e que se rompa imediatamente com os continuísmos dos entulhos da Ditadura na Educação, particularmente nas universidades. Esses assuntos têm um limite, e o limite é esse: a democracia no Brasil é tão frágil que esses temas, passados 30 anos do processo de democratização, ainda são intocáveis. Então, a transição no Brasil é feita a partir desse pacto de ignorância e de cumplicidade não velada. Têm-se dificuldades de acessar arquivos sociais, de discutir seriamente as questões ligadas aos responsáveis. Temos todos os limites possíveis dada que essa transição pactuada não foi superada ainda”.

“Tão importante quanto estudar o Golpe e a Ditadura é estudar a transição que foi e está sendo negligenciada até hoje. É esse enfoque que deve ser dado para tentar entender o que sobrou da herança maldita. Esse é o pacto que foi feito pelas camadas dominantes e que levou a toda essa desestrutura que se discute aqui. É preciso continuar o trabalho, e ele é um trabalho de enfrentamento exatamente dessas limitações. É necessário que se faça uma ligação desses fatos com o que está ocorrendo efetivamente na vida real dos brasileiros. Se não for feita essa ligação, também vai ser esquecido o que está acontecendo no Brasil hoje”.

Suzana Lisboa: “Eu fui clandestina durante muitos anos nos anos da Ditadura e lutei pela anistia. Mas a Lei da Anistia não atingiu os torturadores, porque ela também não foi ampla, geral e restrita. Os presos políticos condenados pelos chamados crimes de sangue, na época, crimes de sequestro, mortes, não foram anistiados. Eles ficaram presos. Até um ano depois da anistia, havia presos políticos nas cadeias. E eles foram soltos em função da reformulação da Lei de Segurança Nacional, que atenuou as penas. Saíram em liberdade condicional, cumprida por muitos anos. E todos os que foram anistiados tiveram seus nomes publicados no Diário Oficial na época. A Lei da Anistia foi tão capenga que depois vieram ou-

tras leis para assegurar esse tipo de direito. A própria Comissão da Anistia, que existe hoje, disse que a anistia é um direito individual. Não se fala em revisão da lei. Se fala em ‘correta interpretação da Lei da Anistia’. Se não houve anistia para os presos políticos, também não houve para o lado dos torturadores. Então, os crimes não podem ser anistiados. Os crimes que deveriam ser apurados eram os cometidos pelo estado brasileiro em relação aos que tentaram, de uma forma ou de outra, atuar politicamente. Os crimes da Ditadura foram imensos. Devemos olhar para quantos morreram em função do esquadrão da morte, quantos morreram de fome. Essas são situações diferenciadas que não se pode colocar todas no mesmo balaio porque senão nunca vai ser investigado nada, e foi isso que a Comissão Nacional da Verdade fez. Ela tratou de casos emblemáticos”.

3. Luís Blume (do público) disse que o seminário é um evento do sindicato, para indicar quais as ações que irá implementar. Disse que ao todo são mais de 100 seções sindicais e apenas 17 responderam a um questionário elaborado pela CV do ANDES-SN, incluindo a Seção Sindical dele. Falou que se deveria construir GTs locais para fomentar a criação de comissões da verdade locais, porque o seu receio é que nos 51 anos do Golpe, a forma como foi construído esse processo entre

no esquecimento. *“Atualmente se percebe um retorno do conservadorismo com a implementação da diminuição da maioria penal. Do jeito que está, é necessário o seminário encaminhar pela retomada da luta em favor da responsabilização dos crimes de lesa-humanidade. Acredito que é preciso fazer uma denúncia nacional em relação a tudo que é autoritário, que existe ainda nas universidades, como o caso aqui relatado da Unesp, exemplo claro, concreto, de que a Ditadura não acabou”*.

4. Outra pessoa do público (sem identificação) disse que não consegue vislumbrar no debate e no aprofundamento da intervenção algo em prol da construção de uma democracia participativa, *“primeiro porque não existe democracia sem opinião descolonizada e sem debate, sem romper com o bloqueio do silêncio. E quando há ruptura com o bloqueio do silêncio em relação a tudo isso que está se debatendo, investigando, há uma difusão de uma informação ou de informações colonizadas, uma difusão de uma falsa consciência no sentido marxiano”*.

Márcio Antônio: *“Concordo que deve haver uma continuidade maior no trabalho a ponto de envolver as pessoas neste assunto. Penso que existe pouco envolvimento. Que o governo não quer tratar desse assunto. Uma das formas de perceber os erros presentes no trabalho pela busca da verdade seria ouvir uma análise sobre a atuação dos familia-*

res nesses anos todos, inclusive do ponto de vista histórico. Saber onde se errou, por que esse assunto tem-se mantido tão isolado. Depois do governo Lula ficou ainda mais destruída essa busca, porque defender as mesmas coisas que se defendia desde sempre era se colocar contra o governo”.

Suzana Lisboa: *“Eu questiono a análise dos dados que são trazidos no relatório da Comissão Nacional da Verdade. Deve-se olhar com muita atenção esses dados, principalmente pelos critérios que foram escolhidos. Incluir ou deixar de incluir uma pessoa numa listagem? Quais critérios e quais métodos investigativos foram utilizados quando se fala da quantidade de pessoas que foram mortas ou desaparecidas? Não se deve buscar nesses números – um critério quantitativo – aquilo que vai definir o grau de importância que se deve dar à repressão. Não é porque se têm números aparentemente mais devastadores na Argentina que a ditadura brasileira foi menos cruel. As violações dos direitos humanos não atingiram pontualmente apenas aquelas pessoas que foram vítimas diretas do regime. Atingiram uma pluralidade muito grande, incluindo familiares, incluindo pessoas que tiveram situações que não foram ainda relatadas. Essa discussão da volta da Ditadura não é algo que fica restrito a uma classe social ou a uma faixa etária de uma geração. É algo que está atingindo a juventude, como ficou explícito*

nas manifestações do dia 15”.

“Teve uma pesquisa do Datafolha, em São Paulo, que apurou que mais de 74% das pessoas que estavam nos protestos participavam pela primeira vez; 41% com um perfil de renda de mais de 10 salários mínimos; desse grupo, 76% com nível superior concluído; 32% colocavam as forças armadas como instituição com grande, alto prestígio. Foi apurado que 15% dos presentes na manifestação eram a favor do retorno do Regime Militar. Então, 15% do total dos presentes não acham que a democracia é o melhor regime, que a democracia não é o melhor caminho”.

Gilvan Dockhorn: “Grande parte da academia fala do pacto, do pacto político, que é a negociação pelo alto, pelas elites, para sair da Ditadura. Isso é tão complexo quanto a entrada dos ditadores. Toda essa transição foi negociada pelo alto entre elite civil e militar, dos que saem e dos que entram. Esse revanchismo está presente nos discursos do Sarney, está presente nos discursos do Gal. João Figueiredo, ou seja, é tão delicada a questão da saída militar do poder que o primeiro ponto firmado nas negociações era não haver o revanchismo. Ou seja, os militares, os que estavam a mando da sociedade militar cometendo seus crimes, não poderiam ser julgados. Tentar compreender esse processo significa também ver os limites dos outros”.

“É necessário demonstrar que o

poder visível não é o bloco dominante, ou seja, ganhar o governo não significa assumir o poder efetivamente. É importante estabelecer o diálogo entre os diferentes movimentos coletivos. No Brasil, no processo de redemocratização, não houve ruptura, e essa era a vontade dos militares e das elites dominantes. Foi uma redemocratização de segunda via, porque, ao invés de ser o produto de uma aceitação daquilo que vinha da base, daquilo que vinha do povo, do movimento dos que lutavam do ponto de vista sindical, social, pela redemocratização do país, fizeram a concessão da anistia. É necessário promover rupturas e enfrentar exatamente essa ideia – alterar, aumentar a concentração, participar, ir para as ruas, fazer a movimentação –, para forçar as modificações de acordo com os interesses do povo, portanto, de forma democrática”.

5. A professora Elisa, da UFRJ, da plenária, falou a respeito da insegurança das pessoas que têm o nome citado nos documentos dos arquivos referentes à Ditadura e pediu para os integrantes da mesa desenvolverem o tema, do método utilizado para o tratamento dessas fontes sem expor os envolvidos, principalmente nesta conjuntura na qual o conservadorismo aumenta sua influência.

6. Outro participante (não identificado) pediu que os integrantes da mesa fizessem uma reflexão acerca do conceito de entulho mili-

tar. Disse que muitos movimentos sociais de hoje quando vão para as ruas reivindicar direitos fazem menção à Constituição brasileira. “É preciso tomar cuidado ao mencionar a Constituição pelo fato de ela possuir em seu interior resquícios da Ditadura. Temos que problematizar a Constituição Federal nos trabalhos”. Fez menção também ao beneficiamento de alguns civis com a Ditadura, recebendo porções enormes de terras, sem pagar por elas. “Existem casos de terras indígenas – existem várias denúncias sobre isso –, de terras que ‘eram’ do Estado (e que na verdade não eram terras do Estado) e que foram doadas para particulares, todos eles colaboradores diretos da Ditadura Militar”.

7. Outro participante do seminário (não identificado) levantou a questão que, de acordo com uma publicação da Folha de São Paulo, famílias de assassinados e desaparecidos foram isoladas da Comissão Nacional da Verdade. Disse também que muitos documentos acabaram ficando nas mãos de particulares, não vindo a conhecimento público. Documentos que um grupo teve acesso quando trabalhava na Comissão Nacional da Verdade e diz agora que não conhecem esse relatório.

Gilvan Dockhorn: “Avalio que a questão do entulho autoritário foi uma expressão cunhada já no início dos anos 1980, como forma de denunciar a insuficiência do regime democrático que estava cons-

truindo com os resíduos da Ditadura Civil-Militar. As estruturas do Estado são ainda vinculadas a uma criação autoritária e não têm nada de entulho, é fruto do estado burguês que usa seu aparato repressivo para se relacionar com as classes menos privilegiadas. Ocorreu um refinamento do autoritarismo com ares de democracia. Se rearticulou com um viés democrático, dando uma áurea de participação, dando uma áurea de democracia, quando não é. Isso se vê na forma como a polícia atua, na forma como o judiciário atua, na forma como ocorre a construção dos currículos escolares, na relação que se tem com os movimentos sociais, na forma como o poder é distribuído”.

Márcio Antônio: “Não é possível fazer a discussão do que está na Comissão da Verdade apenas sob o ponto de vista acadêmico. Ou se faz a discussão vinculada com o que está acontecendo no dia a dia – e essa é a grande lição –, ou então nós vamos ficar falando de uma abstração. É preciso que entendamos o seguinte: nós não podemos falar para deixar coisas para daqui a 50 anos as pessoas lerem sobre o que foi que aconteceu. O que nós temos que falar é para tentar resolver problemas que temos neste país, que são de uma extensão enorme. E, se isto fosse feito, ainda faltaria a responsabilidade de enfrentar a necessidade de construir uma democracia efetiva neste país”.





Seminário Nacional

Comissão de Verdade
do ANDES-SN

19 de agosto de 2014 - 19h30

ANDES

Associação Nacional de História

Av. Paulista, 1508 - Bela Vista - São Paulo - SP

Seminário Nacional

Comissão de Verdade
do ANDES-SN

19 de agosto de 2014 - 19h30

ANDES

Associação Nacional de História

Av. Paulista, 1508 - Bela Vista - São Paulo - SP

4ª Mesa: “Luta por Memória e Justiça na América Latina”

Palestrantes: Sylvia Fabiana Larrobla Caraballo (da Universidad de la República, do Uruguai - Udelar); Veronica Valdivia Ortiz de Zárate (da Universidad Diego Portales, do Chile); e Enrique Serra Padrós (da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Mediador: Elídio Alexandre Borges Marques (Comissão da Verdade do ANDES-SN).

Antes de iniciar propriamente os trabalhos da mesa, Elídio informa que o objetivo dela é abordar sobre as diferentes formas de luta pela Verdade, Justiça, recuperação da História e preservação da Memória daqueles que lutaram contra as ditaduras na América Latina, particularmente no Chile, no Uruguai e na Argentina. A intenção é internacionalizar a discussão, a partir da compreensão de que os fenômenos com as quais nos deparamos – as ditaduras militares na América Latina, no Cone Sul e particularmente a Operação Condor, ocorridas desde o final da década de 1960, acentuada na década de 1970 e meados da década de 1980 –, deixaram heranças, lembranças nefastas, vergonhosas à História da Humanidade, contra as quais lutamos. No entanto, as trajetórias históricas das ditaduras

nesses diferentes países têm particularidades, mas são na realidade próprias de países da América Latina. “Reler estes momentos cruciais das ditaduras é importante para lutarmos a fim de elas nunca mais aconteçam. Assim, podemos aprender muito com essas experiências, principalmente no tocante as formas de resistência e de recuperação da memória e na luta por Justiça e Memória, trocando experiências, aprendendo uns com os outros”.

Em seguida, o professor Enrique Padrós – que estava atuando também como “tradutor” – apresentou os membros da mesa. “Fabiana faz trabalho coletivo, tem inúmeros artigos e tem também participado dos muitos eventos lá. Pesquisadora de altíssima qualidade; vai falar com muita propriedade da trajetória da luta pela Verdade, Memória e Justiça no Uruguai”. “A professora Verônica é a pesquisadora de maior plenitude no Chile sobre temas que dizem respeito ao período da Ditadura Pinochet e pós-ditadura. Ela está ampliando o seu foco de análise, mas continua preocupada com termos centrais sobre a raiz do terrorismo de Estado e suas perversas implicações na sociedade chilena”.

Continuando, Padrós recuperou brevemente o Golpe Militar no Uruguai, ocorrido em 27 de junho de 1973 e que se manteve até 1985. Na verdade, as raízes do Golpe podem ser recuperadas na década de 1950, quando a economia do país

começou a enfrentar os primeiros sinais da recessão com inflação e desemprego em alta. Para superar a crise, encontrou-se como saída a exportação de produtos agrícolas para o exterior. Porém, a pressão interna se acentuou em meio aos movimentos sociais, sindicais e de estudantes. Para resolver o impasse, a solução encontrada pelos governantes foi substituir o cargo de Presidente da República por um conselho administrativo, como forma de evitar um Golpe Militar, o que só foi restituído em 1966. Ocorrem eleições gerais e o tradicional Partido Colorado é vitorioso. No início da década de 1960, organizou-se, no país, um movimento marxista-leninista de guerrilha urbana, o Movimento de Libertação Nacional, os Tupamaros, cujas ações contribuíram para desestabilizar o frágil governo, que reagiu contando com a contribuição do Office of Public Safety (OPS), grupos de policiais estadunidenses treinados, que prestaram serviços secretos ao Estado Uruguaio. O OPS treinou a polícia uruguaia em como torturar suspeitos, sobretudo com aparelhos elétricos.

Enquanto a crise social e econômica se tensionava em meio às greves, protestos e guerrilhas, o presidente Jorge Pacheco Areco (1967-1972) declarava em 1968 estado de emergência, suspendendo as liberdades civis em 1972. As medidas repressivas se agudizavam, e, em 1972, o presidente sucessor Juan Ma-

ria Bordaberry colocou o exército para combater as guerrilhas e reprimir os movimentos sociais e sindicais. Finalmente, em 27 de junho de 1973, ele dá o Golpe de Estado dissolvendo as Câmaras dos Senadores e Representantes e criando um Conselho de Estado repressivo e autoritário, suspendendo os direitos civis, em meio as resistências da sociedade civil.

A Central Nacional de Trabalhadores (CNT) chama à ocupação das fábricas; o Partido Comunista do Uruguai (PCU) adere à greve geral, chamando milhares de seus militantes à ocupação das fábricas; o movimento estudantil atua conjuntamente. A greve durou 15 dias, a mais longa na história do país. No entanto, a repressão manteve-se contínua, sistemática e forte. Tem início o terrorismo de Estado, com práticas de tortura, detenções, desaparecimentos. Nas prisões uruguaias, morreram cerca de uma centena de prisioneiros políticos e continuam desaparecidas outras 200 pessoas. Em decorrência das tensões militares com o ditador Bordaberry, seu mandato foi suspenso em 1976, pelos líderes militares, que o substituíram por Demicheli, que criou os atos institucionais 1 e 2, que asseguravam o total domínio militar ditatorial governamental pela instituição de diversas medidas, entre elas a proibição do direito a greves.

No final de 1980, ocorre o plebiscito constitucional proposto pelo governo civil-militar, com o objeti-

vo de modificar a constituição republicana e legitimar o governo de fato. Tal proposta foi recusada por quase 60% dos votantes, o que acabou favorecendo uma abertura democrática, sendo que nos comícios eleitorais de 1982 ocorre a rejeição ao Regime Ditatorial, que mais uma vez acabaram por contribuir para a perpetuação do Regime Militar. No entanto, o “Pacto do Clube Naval”, de agosto de 1984, decide pactuar a transição da Ditadura à democracia, no acordo entre o Partido Colorado, a União Cívica e a Frente Ampla. Uma transição sem ruptura. Nas eleições de novembro daquele ano, o Partido Colorado vence o pleito, assumindo à Presidência Júlio María Sanguinetti, em março de 1985. Naquele mesmo ano, foi aprovada a lei de absolvição de encarcerados políticos. Um ano depois, foi promulgada a lei que punia os delitos de violação aos direitos humanos e o terrorismo cometidos durante a Ditadura (1973-1985).

***Sylvia Fabiana Larrobla
Caraballo – Udelar***

Fabiana começou destacando que o ano de 2005 se converteu em momento crucial para a busca de Verdade e Justiça sobre os crimes cometidos durante a Ditadura Militar no Uruguai. Com a chegada da Frente Ampla no governo, um novo capítulo se abriu para escrever a história recente do Uruguai. Nesse sentido, o dis-

curso de posse do presidente, Dr. Tabaré Vázquez, pronunciado em 1º de março daquele ano, significou uma mudança na atitude do Poder Executivo em relação ao problema das vítimas do terrorismo de Estado, concentrando-se, basicamente, nos detidos desaparecidos. Ali manifestou a vontade de investigar, dando lugar a uma nova interpretação da Lei de Expiração da Proteção Punitiva do Estado que, sem eliminá-la do ordenamento jurídico-legal pós-ditadura, possibilitou a intervenção da justiça penal aos efeitos de investigar e de processar os responsáveis por crimes de lesa-humanidade sob a Ditadura, em uma série de “casos emblemáticos” que, por decisão expressa do Poder Executivo, ficavam fora da Lei de Anistia. Casos que, em seguida, foram ampliados em quantidade com o passar do tempo.

É nesse contexto que o Presidente da República reuniu-se, em maio de 2005, com uma equipe universitária de arqueólogos da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, para levar a cabo as investigações nas instalações militares, na busca de restos de seres humanos detidos e desaparecidos. No mês de setembro, se organizou outra equipe universitária, por meio da convocação dos historiadores José Pedro Barrán, Gerardo Caetano e Álvaro Rico, a fim de investigar os arquivos estatais que o Poder Executivo autorizara na busca de documentação oficial sobre o

fenômeno da repressão e de desaparecimento forçado no Uruguai, bem como nos dados prontuários das pessoas qualificadas como vítimas de desaparecimento forçado por parte da Comissão para a Paz.

Transcorridos esses quase dez anos, desde que foi convocada pela Presidência até agora, a equipe universitária tem desenvolvido suas investigações históricas, cumprindo várias fases de trabalho com quatro publicações (livros), como resultado do seu trabalho:

1) Junho de 2007. Nesta data, foram apresentados os resultados do trabalho das equipes universitárias de investigação contidos em 5 tomos. Quatro deles correspondem à pesquisa histórica sobre Detidos Desaparecidos, e o quinto refere-se aos resultados de pesquisas arqueológicas realizadas pelo Grupo de Investigação em Antropologia Forense (GIAF).

2) Dezembro de 2008. Depois de mais de um ano de trabalho na universidade, incorporando-se material documental da pesquisa histórica apresentada sob a Presidência (Acordo Udelar), resultou na publicação de três tomos sobre o terrorismo de Estado e a Ditadura no Uruguai. Foram incluídos nos tomos, além do fenômeno do desaparecimento forçado de pessoas, assassinatos políticos, prisões políticas, a vigilância da sociedade civil, a repressão de gênero, o exílio, a vigilância, a monitorização dos partidos políticos, do movimento sindical e da

Universidade, mudanças na institucionalidade estatal, organismos de inteligência e da justiça militar.

3) Durante a presidência de José Mujica (2010-2015) [ex-guerrilheiro Tupamaro, que coparticipou do episódio conhecido como Tomada de Pando, de 8/10/1969, quando os tupamaros tomaram a delegacia de polícia, o quartel do corpo de bombeiros, a central telefônica e alguns bancos da cidade de Pando. Passou 14 anos na prisão, de onde só saiu no final da Ditadura, em 1985], teve continuidade o trabalho de ambas as equipes, tendo-se como primeiro objetivo tornar público as atualizações da investigação antes que se completasse o prazo formal definido para uma possível prescrição dos crimes cometidos durante a Ditadura. Finalmente, um debate parlamentar concluiu com a votação de uma lei sobre a aplicabilidade dos crimes contra a humanidade, de lesa-humanidade.

Nessa etapa, se ampliou a investigação e se incorporou, por decreto presidencial, a dimensão de assassinato político, anteriormente não contemplada.

4) No final de 2014 e início de 2015, ao se encerrar o governo Mujica, as equipes fizeram uma nova publicação digital atualizando a pesquisa histórica sobre os detidos-desaparecidos e incorporando os avanços realizados na investigação sobre os assassinatos políticos durante 1973-1985.

O eixo dessa pesquisa esteve

focado no estudo dos fenômenos de desaparecimento forçado e de assassinato por razões políticas, sob responsabilidade do Estado, assim como as diversas formas de violação dos direitos humanos e outros crimes de lesa-humanidade conexos; o contexto repressivo em que as pessoas são detidas e as circunstâncias em que desapareceram ou morreram no Uruguai e outros países do Cone Sul da América Latina: Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia e Colômbia; as operações contra organizações políticas às quais as vítimas pertenciam; a cooperação regional repressiva – Plano da Operação Condor e as forças de segurança intervenientes; os testemunhos presenciais ou de parentes das vítimas.

Embora a abordagem seja centrada no estudo da repressão e de violações dos direitos humanos, também contribuiu para o conhecimento da oposição e da resistência política, social e sindical ao autoritarismo, dos avanços sobre a compreensão mais geral da história das ditaduras e do passado recente do Uruguai e outros países do Cone Sul nas décadas dos anos sessenta, setenta e início dos anos oitenta do século XX.

Essas pesquisas, por sua vez, se compõem de dois eixos inseparáveis: um se refere ao contexto histórico mais amplo no marco em que se produzem os desaparecimentos e/ou assassinatos políticos, especialmente no que se refere a operações repressivas

contra organizações políticas. E o outro eixo estruturante é representado pela dimensão individual da vítima, e essa dimensão – única e intransferível – se materializa na elaboração de Fichas Pessoais que contêm informações dos arquivos pessoais: informações, documentos e testemunhos que remetem a dados biográficos, militância político-sindical e, observado em cada caso particular, os ambientes repressivos.

O conteúdo geral da publicação é o seguinte:

Primeira Seção

Operativos e Cronologia da Repressão

- Apresentação de acordo com organizações políticas pertencentes às vítimas:

Grupo de Ação Unificadora – Agrupamentos Militantes Socialistas

Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros

Partido Comunista Revolucionário

Partido Comunista do Uruguai

Partido para a Vitória do Povo

Partido Peronista Montoneros

- Visão Geral das vítimas

- Estatística descritiva

Segunda Seção

Assassinatos Políticos

- Fichas pessoais das vítimas

(1973-1985)

- Casos e informações mínimas - processo de investigação
- Lista de pessoas assassinadas no período 1968-1973
- Lista total de pessoas assassinadas
- Quadros gerais sobre assassinatos políticos por responsabilidade do Estado (1973-1984).

Terceira Seção

Detentos Desaparecidos

- Fichas pessoais das vítimas (1971-1982)
- Quadros gerais sobre os detidos desaparecidos
- Lista de pessoas detidas desaparecidas

Quarta Seção

Sequestro e Desaparecimento de crianças e adolescentes

- Fichas pessoais das vítimas
- Anexos

Quinta Seção

N.N. Encontrados nas Costas uruguaias

- Vestígios identificados correspondentes a N.N. encontrados em costas uruguaias
- Vestígios não identificados que corresponde a corpos N.N. encontrados em costas uruguaias (Dados de 2012)

A investigação supôs avanços conceituais importantes, modifi-

cando os critérios utilizados anteriormente a respeito do arranjo dos arquivos pessoais das vítimas de desaparecimento forçado, adotando a forma cronológica por datas de detenção ou por sequestro. Essa modificação se fundamenta em que o ordenamento utilizado antes por países do Cone Sul não permitia dar conta da dimensão da Operação Condor nem como se teria dado o fluxo de repressão na região. Não permitia visualizar com clareza a dinâmica dos traslados ilegais, dos voos grupais clandestinos, e nem as idas e vindas dos organismos repressivos.

Além disso, em ordem cronológica, agrupando detenções por datas, se permite visualizar melhor os momentos de maior concentração da repressão e possibilita estudar o fenômeno do desaparecimento forçado ao longo do tempo, a relação ou sequência dos casos entre os países, a alternância da repressão em relação às organizações políticas de resistência, aos políticos e organismos intervenientes e suas coordenações.

Também as fichas pessoais dos cidadãos assassinados foram ordenadas cronologicamente, com base nas datas de detenção. Esse novo critério de classificação baseia-se, similar ao anterior, principalmente no que diz respeito à necessidade de explicar os procedimentos e as operações concretos, assim como o estabelecimento de periodizações da repressão contra as organizações e sua se-

quela de vítimas, tentando destacar os momentos de maior intensificação do avanço repressivo e as ações coordenadas, tanto em nível nacional quanto em estrangeiro.

Resumo dos principais resultados da investigação

Universo das Vítimas:

Detidos desaparecidos (1971-1982) e assassinatos políticos (1968-1973/1973-1985): 401 pessoas (total).

a) Detidos desaparecidos: 192 vítimas reconhecidas até agora. O Relatório Final da Comissão para a Paz, lançado em 10 de abril de 2003, constatava 172 casos de detidos desaparecidos, o que nos permite dizer que não é possível falar de números finais em qualquer dos casos.

b) Assassinados por razões políticas: até o momento (fevereiro de 2015), a cifra que tem sido observada é de 209 pessoas mortas por responsabilidade do Estado, nos cinco anos entre junho de 1968 e junho de 1973. Esse universo é discriminado nos dois períodos estudados, como se segue: entre 27 de junho de 1973 e 28 de fevereiro de 1985: 124 pessoas mortas; entre 10 de junho de 1968 e 27 de junho de 1973: 85 cidadãos mortos.

Quanto à investigação judicial, em 2011, com a aproximação do prazo que foi interpretado como uma possível data de prescrição para crimes contra a humanidade,

lesa-humanidade, foram realizadas, num curto espaço de tempo, numerosas denúncias penais e criminais sobre esses crimes, o que resultou em grandes mudanças na dinâmica do trabalho em equipe.

Nesse contexto, as pesquisas históricas e a documentação anexada começaram a ser demandadas pela Justiça, tanto em casos tratados e tramitados no Uruguai quanto no exterior, bem como pela Comissão Especial da Lei nº 18.596 (Lei de Reparação Integral às Vítimas do Terrorismo de Estado). Esse novo trabalho implicou numa redefinição da atividade profissional que até então estava focada exclusivamente na pesquisa histórica. Assim, adquiriu outras características e outros objetivos. Não só se tratava de dar conta do que aconteceu, mas também de continuar a investigar em profundidade, a fim de que os resultados do inquérito fossem relevantes para o processo judicial e o fornecimento de provas.

O novo campo de trabalho não supôs apartar-se dos objetivos iniciais nem resignar o rigor acadêmico, mas sim enriquecer, qualificar a perspectiva e permitir o desenvolvimento de distintos focos de atenção e novas vias de investigação.

Por fim, Fabiana relata os resultados do trabalho sobre Memória, Verdade e Justiça no Uruguai, afirmando que naquelas circunstâncias a equipe já realizou mais de 80 relatórios técnicos em vários processos judiciais nacionais e in-

ternacionais, e também participou na qualidade de perito em júzós [tribunais de direito e/ou julgamento], como é o caso realizado na Argentina sobre a Operação Condor, a apropriação sistemática dos bebês e Automotores Orletti. “De certa forma, podemos dizer que os relatórios apresentam progresso, que a incorporação de outras dimensões na pesquisa sobre os processos políticos que foram vivenciados e se vivem no Uruguai têm tido sucesso. Esses dez anos têm mostrado mais progressos do que retrocessos, mas têm também expressado freios e certa ambiguidade na concepção de estratégias claras sobre a política de direitos humanos no passado recente”.

Veronica Valdivia Ortiz de Zárate – Universidad Diego Portales

A professora iniciou sua fala recuperando que a Ditadura no Chile começou pelo Golpe de Estado, em 11 de setembro de 1973, perpetrado pelos comandantes das Forças Armadas, que puseram fim ao mandato do presidente eleito da Unidade Popular Salvador Allende. Naquele dia, tropas do exército e aviões da Força Aérea atacaram o Palácio de La Moneda, sede de governo, em que Allende supostamente teria se suicidado antes que as tropas militares entrassem no Palácio. Em 11 de setembro de 1973, as Forças Armadas e a polícia derrotaram o

governo socialista de Salvador Allende, que chegou à presidência da República por meio das eleições de 1970, concorrendo pela coalizão de esquerda Unidade Popular (UP), com Projeto de Sociedade Marxista “via chilena para o socialismo”. Allende ao assumir a presidência procurou socializar a economia chilena, a partir de propostas de reforma agrária, nacionalização das indústrias, bancos e minas de cobre, por intermédio da transição pacífica, com respeito às normas constitucionais chilenas e sem o emprego de força, para uma sociedade de paradigma socializante.

O triunfo de Allende foi intolerável para os Estados Unidos. Desde o dia em que Allende venceu as eleições, os EUA – e não apenas os EUA como também os segmentos de oposição a Allende, uma nova direita, um centro dividido – se lançaram a preparar um golpe de Estado. Portanto, o projeto socialista de Allende, implementado durante seus três anos de governo, além de gerar a oposição dos democrata-cristãos de orientação direito-conservadora, também provocou a esquerda radical chilena, o Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR), que propugnava pela tomada do poder pela força e que criou antipatia com uma parte importante do efetivo militar chileno, cujos chefes sempre foram treinados e doutrinados nas academias militares estadunidenses. O ano de 1973 é marcado por inflação,

que alcançou cifras superiores a 380%, pelo desaparecimento das prateleiras dos produtos básicos de consumo, pelo crescimento do desemprego e pela queda do valor da moeda, que caía rapidamente.

Veronica evidencia que o Golpe no Chile é o resultado do enfrentamento aberto entre a Unidade Popular, que propugna pela via socialista, e uma forte oposição de centro-direita, liderada por setores conservadores, entre eles os empresários que defendiam a via capitalista, particularmente o neoliberalismo. Esse enfrentamento expressa uma “sociedade chilena fraturada”, fragmentada, cuja evidencia são as eleições departamentais de março de 1973, em que a Unidade Popular conseguiu 44% dos votos, enquanto a oposição de centro-direita obteve 55% dos eleitores. Tratava-se de dois projetos de sociedade em disputa – as forças capitalistas, que obtiveram maioria, e as forças socialistas, em minoria. Em meio a essas circunstâncias, ocorre o Golpe preparado ao longo dos três anos, porque a experiência socialista tinha raízes sociais profundas e não foi fácil expulsar Allende. Finalmente, em setembro de 1973, o Golpe se realiza, e o Chile passa a fazer parte das ditaduras terroristas que dominavam o Cone Sul. No entanto, a Ditadura de Pinochet tinha apoio social, portanto a base da sociedade chilena apoiava a Ditadura. Um ano após, em 1974, o ditador Pinochet cria

a Direção de Inteligência Nacional (DINA), por meio do Decreto-Lei n° 521, com faculdades para deter e confinar pessoas em seus centros operativos durante os estados de exceção. Como esses estados duraram quase toda a Ditadura, a DINA teve essas faculdades durante toda sua existência.

A professora destaca ainda que a Ditadura no Chile foi tão repressiva que, em 1976, todos os dirigentes da Unidade Popular ou estavam mortos ou exilados. Os dirigentes da esquerda marxista – Partido Comunista, Partido Socialista, Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), Movimiento de Acción Popular, de orientação social cristã –, todos aqueles que não estavam mortos, estavam fora do país. Um segmento muito pequeno ficou no país. Em 1976, no MIR, que reivindicava a via armada desde sua fundação em 1965, de mil militantes, restavam cinquenta vivos no Chile.

“As bases sociais e políticas que garantiram os atos da Ditadura, base da sociedade que apoiou as forças militares e todo o processo de mudanças do governo e que adotou o neoliberalismo, cujas teorias são desenvolvidas pela direita pinochista, impôs um processo de liberalização econômica no país, apoiou o “mercado livre” e a desregulamentação da economia, teve como grande impulsor um grupo de economistas da Universidade de Chicago. O governo ditatorial tratou

de conquistar mentes e corações de parte da população, enquanto destruía as bases sociais e políticas da esquerda bem como a democracia real. Cada vez mais, entre 1973-1989, a sociedade foi se acentuando como fraturada, quebrada. Nas eleições de 1989, após 16 anos de Ditadura Pinochet, vence o democrata-cristão Aylwin de proposta de direita-conservadora com 44% dos votos, e Pinochet manteve-se como o mais alto responsável pelas Forças Armadas, sendo eleito, em 1998, senador vitalício ao Congresso. A partir desses exemplos, percebe-se o quanto a sociedade estava fraturada, fragmentada”.

Segundo Veronica, a posse de Aylwin, em 1990, marca a transição da Ditadura à democracia. Nesse governo pós-ditatorial, começa o reconhecimento de que o Estado foi o responsável pela violação dos direitos humanos e pelo assassinato de pessoas. Porém, Veronica salienta que mais de 40% da população não tinha consciência ou não se interessava em saber, em conhecer, sobre a violação dos direitos humanos e os assassinatos no Chile, e não tinham precisão sobre o terrorismo de Estado. “Sabiam que existira apenas perseguições e repressão às esquerdas”.

É no governo Aylwin que se configura a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação (CNVR), implantada em 1990, com o fim de apurar as violações dos direitos humanos praticadas pelo governo

que resultaram em morte ou desaparecimento. A CNVR representa a aliança governamental entre a democracia cristã e os diferentes setores da direita, residindo aí o fato de ser conciliadora. “Por que conciliar? Por questões internas, por se tratar de uma transição democrática pactuada com a Ditadura, pois o pacto garantia a impunidade às forças armadas, distante dos direitos humanos”. Dessa forma, à medida que se concilia, não ocorrem os avanços necessários no julgamento dos acusados devido a Lei de Anistia, que protege os crimes ocorridos entre 1973 a 1979. A Lei de Anistia foi um decreto aprovado pelo regime Pinochet em 1978 para proteger do processamento judicial aquelas pessoas suspeitas de terem cometido violações aos direitos humanos entre 11 de setembro de 1973 e 10 de março de 1978. Os tribunais condenavam apenas os autores de crimes praticados entre os anos 1979 e 1990. Mesmo com a prerrogativa da Lei da Anistia, a justiça chilena utilizou-se de instrumentos legais para contornar essa lei e garantir o julgamento dos violadores.

“Não se judicializava o tema dos Direitos Humanos. A CNVR garantiu que as Forças Armadas e a direita pudessem se defender dos crimes cometidos na Ditadura, as quais elaboraram um discurso de que o que ocorreu no Chile na época Pinochet não foi terrorismo de Estado, mas uma guerra civil,

e como em toda guerra, sempre há mortos. Era uma forma de justificar as mortes. Os casos que não terminaram em morte, como a tortura, ficaram fora da área de abrangência da Comissão, fato que culminou em muitas críticas por parte dos defensores dos Direitos Humanos. O trabalho da Comissão resultou no reconhecimento oficial do governo e das Forças Armadas na sua responsabilização pela violência do período e em algumas resoluções, como a criação de um grupo de trabalho para decidir sobre as indenizações e os benefícios para as vítimas. Convém destacar que distintas comissões foram criadas: Oficina Nacional do Retorno (1990), Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação (1990), Corporação Nacional de Reparo e Reconciliação (1991), Comissão da Verdade sobre Prisão Política e Tortura (2003). Porém, essa tese passou a ser refutada, e o Estado passou a admitir o terrorismo de Estado e a violação dos Direitos Humanos como fato histórico a ser investigado para se fazer justiça”.

A partir desse momento, Verónica abordou sobre as batalhas pela memória que se estabeleceram de forma conturbada na década de 1990, em decorrência da atuação da CNVR. Inicialmente, ela destacou três campos de memória em dinâmica batalha:

a) A memória dos pinochivistas, reconhecida como a “memória da salvação”, ou seja, a Dita-

dura Pinochet salvou a sociedade do comunismo, da catarse, do caos social e político da Unidade Popular. Essa memória é preservada pelas forças da direita, identificadas com o neoliberalismo, e pelas forças armadas. Aqui se observa o quanto a Ditadura ganhou “corações e mentes”. Para contrapor a Ditadura real chilena, se valiam do imaginário político de que a Ditadura totalitária acontecia na URSS. Trata-se de uma memória fanática que absorvia mais de 40% da população.

b) A memória da ruptura, presente nas lembranças das pessoas que sofreram com a violação aos seus direitos, de vítimas e familiares de vítimas da repressão ditatorial. Ela se identifica com a luta pelos direitos humanos e propugna pelas organizações clandestinas que enfrentaram a Ditadura Pinochet. É a memória da denúncia à violação e aos mortos e desaparecidos.

c) A memória da “caja cerrada”, ou seja, da caixa fechada, aquela defendida pelas forças militares, que silencia sobre os crimes da Ditadura Militar. Parte-se da alegação de que “o que passou é passado”, não se quer falar sobre o assunto.

Em meio às batalhas pela memória, vai se propor reconciliar o presente com o passado. Inicialmente, os tribunais começam a investigar os casos de repressão e os desaparecimentos, com base na Lei da Anistia, que se aplica a partir da investigação. Nessa lógica, não

podia se aplicar a anistia sem a investigação policial. Conforme Veronica afirma, “ocorrem quatro fases: primeira, só se investiga casos específicos, um assassinato; segunda, passam a ser investigados casos de violação de Direitos Humanos; terceira, após 1999, as investigações são direcionadas às questões de sequestros, não se aplicando mais a Lei de Anistia. O sequestro se torna um argumento a investigar; e quarta, todo o crime ocorrido durante a Ditadura passa a ser considerado crime de lesa-humanidade. Nesse sentido, mais de 800 agentes de segurança são processados pelos tribunais por abuso e excesso de autoridade”.

Finalizando sua exposição, Veronica aprofundou a questão das batalhas da memória, cujo marco se dá em 1998 com a prisão de Pinochet, quando ocorre o que denomina de “explosão de memórias”. Nesse sentido, a análise recai para a questão do pensamento intelectual chileno, particularmente as mudanças na historiografia e nas escolas.

No que se refere à historiografia, os historiadores passam a lidar com os impasses da memória. De um lado, se constrói uma consciência da violação dos Direitos Humanos que não tem mais como escamotear. Ainda as forças armadas e Pinochet eram tão poderosos a ponto de construir uma “verdade hegemônica” sobre os acontecimentos. Na autodefesa, o Exército elabora uma versão ins-

titucional dos fatos, não reconhecendo mais nas pessoas, nos militares individualmente, os crimes da Ditadura. Pela primeira vez, o Exército reconhece a memória institucional insistindo na tese da guerra civil em detrimento do terrorismo de Estado.

A historiografia gradativamente elabora uma imagem contrária, refutando a tese de guerra civil admitindo o terrorismo de Estado. Também passou a refutar a tese de que foi a Unidade Popular, de cunho socialista, a responsável pelo Golpe Militar e pela Ditadura Pinochet, cuja própria prisão por crimes ditatoriais elucidou a questão.

Por fim, a batalha nas escolas, na construção do conhecimento histórico sobre os acontecimentos da Ditadura e os planos de estudos (currículo, conteúdos, competências, habilidades). Os professores foram afetados pela repressão ditatorial, que fechou o grêmio (agremiação, sindicato) de professores e foi atacado, perseguido, além da alteração significativa dos planos de estudos. A reforma educacional da Ditadura se manteve até 1990, demonstrando o quanto foi perversa, impregnando medo nos professores. Aos poucos, os planos de estudos foram reformados, o pavor foi superado pela coragem de mudança, liberdade e democracia. Recentemente, tem se incorporado a produção historiográfica contemporânea sobre a Ditadura nas escolas. Com base nessas novas abordagens, se or-

ganiza a luta contra-hegemônica.

Henrique Serra Padrós – UFRGS

Padrós expôs sobre a luta por memória e por justiça na Argentina, começando por afirmar que a experiência Argentina de recuperação da história e da memória do seu passado traumático é reconhecida mundialmente como uma das mais consequentes e eficientes nesse processo. Também é paradigmática no que tange ao julgamento dos responsáveis militares e civis que, durante a vigência da ditadura de segurança nacional, cometeram crimes de violação de Direitos Humanos, ou seja, ações de sequestro, detenção ilegal, tortura, execução sumária, desaparecimento de corpos e apropriação de crianças (vários desses atos são identificados e tipificados pelo direito internacional como crimes de lesa-humanidade).

“Cabe lembrar que a Ditadura, nesse país, se iniciou em 1976 e se prolongou até 1983, após o colapso militar da Guerra das Malvinas. Essa experiência de estado de exceção foi parte de um processo histórico marcado no século XX por intensos conflitos decorrentes de dinâmicas internas e da sua combinação com os efeitos de cenários de efervescência política e mudanças estruturais internacionais que impactaram a relação de forças e a ordem vigente em

dadas conjunturas da formação social argentina”.

“O Golpe de Estado que instalou o denominado Proceso de Reorganización Nacional resultou da necessidade de enquadrar um movimento social cada vez mais agitado e relacionado com os setores radicalizados da esquerda peronista – o movimento de resistência e insurgência do final dos anos 60, que teve seu epicentro no emblemático Cordobazo –, é um movimento estudantil cada vez mais próximo das organizações armadas (as quais representavam outro enorme desafio). Particularmente, a existência de um significativo movimento operário vinculado a um peronismo que estava proibido, proscrito e com seus dirigentes condenados ao exílio desde 1955, gerava um quadro de permanente instabilidade e cíclicos confrontos. O fato de que houvesse uma parcela significativa da sociedade organizada e combativa sem direito a ter interlocutores nem interlocução com os governos que se sucederam até 1973 é um fator sintomático que ajuda a medir o grau de hostilidade que, vindo das classes dominantes, se projetava sobre amplas camadas populares. Não surpreende, por conseguinte, que parte dessas camadas bem como certos grupos estudantis acabassem seduzidos pelo discurso e pela prática de organizações armadas que se multiplicavam, no final dos anos 60, sob o influxo da Revolução Cubana. Montoneros foi a mais importante das que surgiram

no interior da esquerda peronista, enquanto o Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP), vinculado ao trotskista Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT), acabaria ocupando o espaço central no campo da esquerda internacionalista”.

A irrupção de regimes de exceção no Cone Sul permitiu aos militares de argentinos avaliarem as medidas implementadas pelas forças golpistas dos países vizinhos no combate à subversão e ao comunismo. Com isso, quando chegou a vez de atuar na Argentina, os militares puderam agir com maior rapidez e contundência ante aqueles que deviam ser confrontados e destruídos. Dentre os alvos mais visados, estavam, entre outros, as massivas correntes sindicais e estudantis peronistas, as quais, antes do Golpe de Estado, já vinham sendo violentamente atacadas pela direita e pela extrema direita peronista encastelada no governo de Isabel Perón, especialmente no Ministério de Bem-Estar Social dirigido por José López Rega, maior responsável pelos grupos operativos e esquadrões paramilitares da Triple A (Alianza Anticomunista Argentina).

Esse paradoxo – o de um governo peronista que, direta ou indiretamente, arremetia com dura violência contra o movimento social organizado, inclusive a esquerda peronista – permanecia, até pouco tempo atrás, emoldurado em um constrangedor silêncio. Tanto é assim que eram os próprios porta-vozes dos militares acusados e

condenados, e das Forças Armadas em geral, os que lembravam tal situação. Eles alegavam sempre que não foi a instituição militar que iniciou a escalada da violência estatal. No máximo, só havia cumprido ordens após o pedido do poder civil para que suprimisse a oposição armada e que impusesse a ordem. Seja como for, a veracidade dessa informação não justifica a ação de extermínio levada a cabo pelos militares uma vez que assumiram o controle do Estado.

“A violência histórica desencadeada pelo Estado antes de 1973 relacionava-se, diretamente, com a percepção de ameaça que constituíam os coletivos sociais (poderosos sindicatos, movimentos sociais e estruturas armadas), que vinham radicalizando posições. Entrementes, cabe ressaltar que aos mesmos se lhes negava a possibilidade de existência político-partidária no campo que lhes conferia identidade (o peronismo); consequentemente estavam alijados das negociações políticas e sofriam com a ausência de diálogo. Em tempos de crise socioeconômica, deterioração dos níveis de sobrevivência das camadas sociais mais empobrecidas e do permanente e crescente clima de tensão, o Estado respondia com mais controle, ameaça e violência policial. Porém, a ineficácia desses métodos de contenção obrigou a dialogar como forma de distender e desarmar o que parecia ser uma bomba de tempo. Foi assim que se negociou o fim da

proscrição do peronismo (Partido Justicialista); em curto espaço de tempo, via eleitoral, Juan Domingo Perón retornou ao governo do país, secundado por sua esposa na vice-presidência. Na prática, se tratou de um curtíssimo interregno agravado pela ruptura do velho caudilho com suas bases mais à esquerda (a juventude peronista e os Montoneros) e a morte do próprio Perón, o que acelerou mortalmente a crise política e econômica que antecederia o Golpe de 1976”.

Um objetivo central por detrás da presença institucional dos militares no controle do Estado foi a necessidade de disciplinar os setores contrários ao projeto econômico que pretendia aplicar um novo modelo de acumulação, o qual estaria marcado pela desindustrialização, pela desnacionalização da economia e, conseqüentemente, pela intensificação da abertura ao capital estrangeiro. O custo humano desse processo era considerado alto, pois, sabidamente, o movimento operário argentino carregava uma história de lutas que fazia antever que não claudicaria passivamente ante essa ofensiva contra seus direitos e conquistas políticas e sociais. Portanto, a destruição humana era condição para impor um projeto como esse e fazia parte do cálculo da imposição do novo modelo econômico.

O caráter repressivo aplicado pelas Juntas Militares esteve associado a uma política de exter-

mínio montada com base em um complexo “ciclo sequestro-tortura-execução-desaparecimento de cadáver”, ou seja, em último caso, tratava-se do apagamento da evidência do crime. Para tanto, era necessário blindar fronteiras, passos fronteiriços, portos, aeroportos e o entorno territorial das embaixadas. “Ou seja, impedir ao máximo a saída dos ‘inimigos internos’ para um exílio sempre incômodo (porque podia servir para denunciar, questionar a propaganda oficial, permanecer politicamente ativo e insistir na resistência ao regime).

O sucesso desse bloqueio foi vital para eliminar uma geração comprometida com o questionamento do status quo e defensora de projetos de mudanças sociais estruturais”. Os generais argentinos mostraram conhecer os problemas produzidos pelos “subversivos” das ditaduras vizinhas quando atravessavam fronteiras e criavam santuários ou bases de atuação no exterior. Compreender essa dinâmica é fundamental para processar e explicar a enorme destruição humana. Igual aos países vizinhos e sócios na lógica da aplicação dos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e dos mecanismos de terrorismo de Estado, na Argentina, milhares de pessoas foram sequestradas, torturadas, censuradas e perseguidas de todas as formas. Mas, a sua marca registrada foi a imposição da prática da execução clan-

destina e do desaparecimento do corpo em uma escala incomparável ao dos demais países do Cone Sul (em que tal prática também aconteceu como política estatal).

Um dado a mais que se deve considerar ao procurar compreender as múltiplas faces da Ditadura argentina é aquele que parte do reconhecimento de que, sendo a última democracia a cair no Cone Sul, o país albergava milhares de exilados da região. Para a repressão, esses estrangeiros eram tão inimigos quanto os próprios cidadãos nacionais assim considerados. Todos, sem exclusão, foram identificados como “subversivos”, “terroristas”, integrantes de organizações marxistas e defensores de valores que colocavam em risco os fundamentos da sociedade ocidental, as diretrizes da doutrina de segurança nacional e os elementos basilares do capitalismo. Na prática, corriam a mesma sorte daqueles argentinos considerados perigosos. Por isso, a comunidade de exilados foi alvo de sucessivos ataques, o que explica o porquê da presença de centenas de cidadãos chilenos, uruguaios, paraguaios, bolivianos e brasileiros entre os milhares de vítimas da repressão desencadeada na Argentina. Saliu-se, ainda, que esse país foi o principal palco de atuação dos comandos da conexão repressiva orquestrada pelos Estados de segurança nacional da região, que teve na Operação Condor seu maior destaque. Esses comandos

agiram coordenadamente, aterrorizaram e devastaram o universo exilar, monitorando, sequestrando, torturando, executando, retirando ilegalmente do país ou desaparecendo com muitos dos seus integrantes. As centenas de depoimentos de sobreviventes ou familiares de desaparecidos existentes na Causa Orletti (também conhecida como Causa Cóndor) constituem o maior atestado da colaboração repressiva, criminosa e extra-fronteiriça do Cone Sul.

“O número de desaparecidos na Argentina continua impreciso. A Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep), nomeada pelo presidente Raul Alfonsín, o primeiro eleito depois do período discricionário, apontou, no momento da divulgação do seu Informe, um dado aproximado a nove mil vítimas. Contudo, nos anos seguintes, à medida que se descobriam novos casos, os acervos documentais se tornavam públicos – e acabou se consagrando como consigna a cifra de trinta mil, número defendido pelas organizações de Direitos Humanos e pelos governos que abraçaram a causa da reparação do passado imediato. Independentemente de controvérsias, tanto um dado quanto o outro atestam o gigantismo da capacidade destrutiva do aparato repressivo argentino”.

O fim do regime das Juntas Militares, em 1983, foi acompanhado da imediata nomeação da Conadep. Essa instituição visou levan-

tar o conjunto das violações graves, reiteradas e planejadas aos Direitos Humanos, perpetrado durante 1976 e 1983. Sua atuação foi central no intuito de começar a resgatar, em um contexto democrático, o que de fato havia ocorrido. A Comissão ouviu centenas de depoimentos e realizou ampla investigação nos centros de detenções, instalações policiais e cemitérios clandestinos. Finalmente, em setembro de 1984, o escritor Ernesto Sabato, coordenador dos trabalhos, entregou publicamente ao Poder Executivo o Informe Final, documento primordial para compreender a magnitude da violência estatal sofrida pelos perseguidos políticos a partir de março de 1976. O Informe Final acabou sendo publicado como livro e se tornou mundialmente conhecido como *Nunca Más*. Os dados ali contidos e divulgados nas sucessivas edições do escrito foram o substrato que deu materialidade às provas de acusação utilizadas no Julgamento das Juntas Militares, instalado como consequência direta do processo de exposição dos crimes das Juntas Militares e da cadeia repressiva inerente.

“O fim da Ditadura se explica, entre outros motivos, pelo fracasso na Guerra das Malvinas e pelo desgaste que se acumulava há muito tempo. Diferentemente dos países vizinhos da região, os militares argentinos abandonaram o poder muito desgastados (mas não necessariamente derrota-

dos). Mas a pressão societária pelo restabelecimento da normalidade institucional e democrática, tanto tempo contida, se plasmou no plano eleitoral com a vitória de Raul Alfonsín, do Partido Radical. O início do processo de redemocratização acabou marcado pela tentativa de punir os crimes cometidos nos marcos do *Proceso de Reorganización Nacional*: a nomeação da Conadep e o posterior Julgamento das Juntas Militares eram parte dessa inflexão. Porém, isso só ocorreu porque as Forças Armadas se encontravam acuadas por uma sociedade que exigia conhecer a profundidade das feridas e demandava justiça”.

“O resultado do Julgamento (e as condenações decorrentes de altos oficiais) acabou torpedeado pelas quarteladas golpistas dos militares “caras-pintadas”, que ameaçaram com uma forte insurreição a delicada e frágil democracia, caso não houvesse interrupção imediata dos processos em andamento. Mediante uma negociação muito questionada por segmentos da sociedade civil, o governo Alfonsín, que havia recebido massivo respaldo da cidadania diante da crise institucional, acabou recuando e aprovando a Lei de Obediência Devida e a Lei de Ponto Final, o que limitava sensivelmente a capacidade de atuação e o alcance da Justiça. Em síntese, somente os integrantes da cúpula acabaram julgados e punidos. Tal resultado foi ava-

liado como um franco retrocesso da administração Alfonsín, a qual, por sua vez, esclarecia que o fundamental era impedir a volta dos militares ao poder”.

O recuo do governo, entretanto, encorajou ainda mais os segmentos das Forças Armadas que se negavam a ser julgados por ações que não reconheciam como criminosas, e que, bem ao contrário, segundo eles, havia salvado a pátria do comunismo internacional. Assim, na administração do peronista Carlos Menem, uma nova quartelada obteve o indulto presidencial que anulava os efeitos do Julgamento das Juntas e devolvia a liberdade aos comandantes e oficiais legalmente presos. Essa medida era a consagração da política de recuo do poder civil ante o militar, e da mais abjeta impunidade. Parte da população, ao avaliar os fatos, compreendia o quanto permanecia exposta e desprotegida em uma democracia tão fragilizada. Não foram poucos os que comemoraram a imunidade da impunidade conquistada ao ameaçar o sistema democrático. Todavia, inegavelmente, eram muitos mais os que lamentaram tal desfecho, percebendo a profunda derrota da sociedade e do sistema político democrático.

Na dura década menemista (os anos 1990), a luta pelos Direitos Humanos persiste, mesmo que com enorme dificuldade. A impunidade garantida legalmente aos

repressores e o descompromisso estatal com as feridas abertas do passado traumático davam a tônica de uma sociedade atingida pelo silêncio, pelas políticas de esquecimento induzido e pela exacerbação dos discursos apologéticos do individualismo, do fim da história e de um pós-modernismo rasteiro e despolitizador. A imposição de um modelo neoliberal de exclusão galopante como o implantado na Argentina deve ser mensurado levando em conta o significado da ausência dos milhares de jovens assassinados, desaparecidos ou politicamente neutralizados pela brutalidade da “pedagogia do medo” praticada anos antes por Videla e companhia. A explicação para a falta de maior resistência social nos anos 1990 implica em reconhecer a destruição de uma geração de militantes – física, política, psicológica, moral –, ou seja, o esvaziamento de lideranças, a interrupção geracional, a desconexão no processo de luta dos setores populares, o impacto sobre uma base massacrada, aterrorizada diante de um aparato policial e militar que não havia sido desativado.

Dentro desse cenário, o protagonismo das “Madres da Praça de Maio” ganhou maior legitimidade e reconhecimento do conjunto das organizações sociais ao incorporar, no espectro das suas reivindicações específicas, as demandas e as denúncias que se referiam às mazelas produzidas pelo cho-

que econômico provocado pelas políticas de privatização da economia, desestatização e exclusão social. Apesar do esforço midiático comprometido com a tentativa de impor um pensamento único avassalador, e encerrar, definitivamente, um passado que naquele momento, continuava totalmente impune e bastante desconhecido, a voz das Madres, embora ignorada pelo poder vigente, não foi apagada. “Nem mesmo a divisão no interior do campo dos Direitos Humanos enfraqueceu a luta; pelo contrário, a fragmentação de coletivos e as questões particulares de cizânia não impediram que o universal prevalecesse e continuasse multiplicando solidariedade e indicando um norte de atuação. Nesse contexto, ganhou especial destaque as Abuelas, a associação que congregava aquelas Madres que também procuravam crianças roubadas (seus netos). A crescente simpatia capitalizada por essa causa estimulou inúmeras iniciativas de identidade junto à geração desses netos; muitos jovens se envolveram cada vez mais em atos de solidariedade e em trabalho voluntário, militante, junto a Abuelas e também a Madres; como decorrência disso, surgiram novos coletivos, como Hijos e, posteriormente, Nietos, os quais se somaram aos já existentes no país e no exterior”.

As políticas neoliberais do menemismo foram a principal causa do colapso político-econômico-insti-

tucional que a Argentina sofreu no final dos anos 1990 e que explodiu com extrema violência em 2001, empurrando amplas parcelas da população a níveis inéditos de degradação social. Do interior desse brutal caldo de cultura e de uma instabilidade política dramática, surgiram novas lideranças políticas que se posicionaram ao redor do casal Kirchner-Fernández. Independente de quaisquer outros aspectos dos seus projetos de governo e da avaliação das suas administrações, o que se deve ressaltar aqui é a sensibilidade que tiveram para buscar atender as demandas históricas do campo dos Direitos Humanos, o que lhes proporcionou uma adesão constante e fiel das mais prestigiosas organizações. “É obrigação reconhecer que durante seus sucessivos governos, Nestor Kirchner e Cristina Fernández propiciaram condições e se comprometeram com uma política de Direitos Humanos sobre o passado recente argentino que garantiu suporte para os julgamentos e para a promoção de inúmeras iniciativas dentro dos marcos de efetivas e concretas políticas de memória. Nesse sentido, merecem destaque as iniciativas de reparação dos traumas persistentes através do processo de revogação e revisão de leis que estavam associadas à paralisia da Justiça e que protegiam, com a impunidade perpétua, os acusados de crimes de lesa-humanidade”.

Não há como desconhecer que

a Argentina é, nestes últimos anos, o país que mais avançou no estabelecimento e na universalização de uma ética que emoldura a tríade Memória, Verdade e Justiça. Sua trajetória é considerada paradigmática e objeto de estudo dos mais diversos centros acadêmicos do mundo, em que se realizam pesquisas de ponta sobre justiça de transição e realidades pós-traumáticas.

O fomento à criação de espaços de memória por todo o país, o trabalho realizado com a reconstituição e devolução pública dos antigos centros clandestinos de detenção, a reparação das vítimas e da militância atingida, por meio de memoriais e de eventos, a acolhida a diversos projetos de iniciativas populares e do campo dos direitos humanos (caso do Projeto Baldosas – Azulejos – X la memoria), a instituição do dia 24 de Março, como dia da memória e da resistência, a reconversão do enorme complexo da ex-Esma, a supressão de símbolos do terrorismo de Estado (como a retirada dos quadros dos membros das Juntas Militares dos espaços públicos, incluindo os estabelecimentos militares), o apoio constante e o trabalho desenvolvido conjuntamente com Madres e Abuelas, o envolvimento direto no âmbito da busca das crianças sequestradas, o suporte a dezenas de propostas de âmbito artístico-cultural sobre a temática, etc. Tudo isso obriga a reconhecer que, nesta última

década e meia, a Argentina transitou do silêncio institucional para um ativismo estatal no campo do resgate da história, da memória e das responsabilidades dos crimes cometidos. O apoio franco, como política de governo, à longa luta das Madres, Abuelas e demais organizações de sobreviventes e familiares se mostrou extremamente fecundo e consequente. Entretanto, se a importância das políticas de Direitos Humanos e das políticas de memória é algo inquestionável e louvável, muito maior impacto produz a ação no âmbito da Justiça.

Com o fim das leis de impunidade e a retomada dos julgamentos, em 2006, ocorreu uma revalorização da figura do testemunho. Surpreendentemente, não só apareceram novos casos e se ampliaram ou precisaram informações que já eram relativamente conhecidas como surgiram novos temas e novas questões, o que ampliou muito mais o entendimento e o redimensionamento do alcance da violência estatal e da imposição de uma “cultura do medo”. Questões referentes à violência sexual, aos crimes econômicos, ao papel dos civis no sistema repressivo, ao sequestro e à apropriação de crianças, à coordenação repressiva, entre tantos outros, confirmam que o horizonte de atuação dos regimes de segurança nacional extrapolou o âmbito meramente policial ou a geografia dos inimigos internos, independente de quem fossem.

A experiência jurídica argentina comprova que, com exceção dos sócios e dos apoiadores da Ditadura, o conjunto social foi transformado em refém de um sistema que não só torturou e desapareceu, mas também controlou, espiou, ameaçou, criou condições para impedir o protesto social diante do maior arrocho salarial, da concentração de riquezas e do empobrecimento dos setores mais vulneráveis da sociedade. Por outro lado, cabe recordar que apesar do avanço concreto dos julgamentos, há muitas críticas quanto à lentidão dos processos, à postura de certos magistrados revitimizando os depoentes, à conivência com os entraves e às obstruções impetrados pelos advogados de defesa, falta de maior rigor nas punições de muitos culpados, etc. Mesmo assim, não se pode negar os resultados positivos, os ganhos coletivos e o atendimento das necessidades psicológicas das testemunhas, preparadas, acolhidas e contidas diante das suas necessidades psicológicas, jurídicas, políticas, médicas.

Por fim, dados do final de 2015, publicados pelo Centro de Estudios Legales (CELS), indicam que dez anos depois da retomada dos julgamentos contra os crimes de lesa-humanidade, nas 156 sentenças proferidas até agora aconteceram 669 condenações e 62 absolvições. Nesse tempo, 255 acusados faleceram, e uns 60 estão prófugos enquanto outros

1.368 estão sendo processados. Atualmente, há 13 julgamentos em aberto, destacando-se, entre eles, as denominadas megacausas, como as da Esma, de La Perla (Córdoba) e da Operação Condor. É evidente que a dinâmica de julgamentos não está isenta de críticas. Bem pelo contrário. Mas essa é outra discussão.

Em síntese, as políticas de memórias e de Direitos Humanos vigentes na Argentina bem como a dinâmica de julgamento dos responsáveis pelos crimes de lesa-humanidade têm ocorrido dentro de um contexto social remarcado pela existência de um amplo e profundo consenso em relação às consignas de Memória, Verdade e Justiça, além do reconhecimento da validade de políticas reparatórias e de atos que corroboram o resgate do protagonismo e a militância política daqueles que foram perseguidos pelo regime.

“Pode-se afirmar que se instalou no coração de boa parte da sociedade argentina uma predisposição profunda e abrangente que, a cada dia que passa, parece reafirmar algo que, a priori, pode ser visto como um desejo pouco racional, carregado de emoções e de impressionismo. Mas uma avaliação mais acurada do seu cotidiano democrático permite visualizar nessa postura uma questão filosófica, de fundo ético, corporificada em um compromisso militante que fundamenta valores, atitudes, ações e que se susten-

ta em um consenso que é bem maior do que as divisões político-partidárias vigentes. Esse grande consenso, que ainda persiste, é o Nunca Mais, premissa de convivência presente e futura. Como amostragem disso, se pode recordar que, em dezembro de 2001, o então presidente Fernando De La Rúa proclamou o estado de sítio e jogou o aparato policial para conter o protesto social que denunciava os desmandos acumulados do seu governo e das gestões menemistas. Como uma verdadeira maré humana, a população tomou conta das ruas e marchou em todo o país em direção à(s) praça(s), para ocupá-la(s), como obrigação cidadã. Quase trinta manifestantes foram mortos pelo resquício do terrorismo de Estado, mas a sociedade argentina impediu o retrocesso, confirmou que superava a “cultura do medo” que tanto paralisava, disse não ao estado de sítio e expulsou o presidente, deixando bem claro que não havia mais espaço para recaídas autoritárias”.

Nesse sentido, o dia 24 de março de cada ano (dia do Golpe de Estado que derrubou o governo constitucional) é a reafirmação da grande consigna e do grande acordo majoritário. Trata-se do dia “que não quer calar”, que não é mais um feriado, mas é a vigília constante feita em espaço público, nas grandes praças de todo o país e, sobretudo, naquela praça transformada no maior símbolo da

resistência contra o poder discriminatório e contra o silêncio opressor. É na Praça das Madres que o “Nunca Mais” ganha convicção e consciência política, consciência cidadã, e é assumido como consigna motivadora, aglutinadora, mobilizadora. Na Argentina, apesar de tantas contramarchas, o “Nunca Mais” é um diferencial em relação aos países vizinhos no que se refere ao tratamento dado ao passado traumático; na Argentina, o “Nunca Mais” continua sendo, acima de tudo, um compromisso político e coletivo.

Ao final do Seminário, foi realizada uma homenagem aos expurgados da UFRGS, num ato simbólico extensivo a todos aqueles que dedicaram suas vidas a lutar por um Brasil mais democrático, igualitário e justo, e, por conta disso, foram perseguidos, presos e torturados durante a Ditadura Empresarial-Militar. O ato contou com a presença dos representantes latino-americanos que participaram do Seminário, professores de várias partes do país, alunos e técnicos.

Em um primeiro momento, foram lidos os nomes dos 41 professores da UFRGS, que foram expurgados (afastados sumariamente) durante o período ditatorial (1964-1985), sendo que, em nenhum desses casos, os docentes foram afastados por cor-

rupção ou improbidade administrativa, mas apenas por motivos político-ideológicos.

Os homenageados foram aplaudidos de pé pelos participantes. Em seguida, foi aprovada a solicitação levada aos Conselhos Superiores da UFRGS para que denomine a Sala 102 da Faculdade de Educação da UFRGS, local em que ocorreu o Seminário, de Sala dos Expurgados, em memória. Depois, o evento se encerrou

com a apresentação artística de integrantes do projeto “Direito em Canto & Verso”, da Universidade de Santa Maria, que recitaram poesia e cantaram canções que foram censuradas durante o período da Ditadura. O “canto” teve a voz e violão de Gustavo Kraemer e Paula Dürks e participação de André Curvello (gaita). O “verso” ficou ao encargo de Bia Oliveira, Carlise Dieminger, Jaqueline Bertoldo, Lucas Holz e Márcio Brum.







www.andes.org.br